

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPI:  
MESTRADO**

**RENATA RODRIGUES PENHA DE SOUZA OLIVEIRA**

**O PROJETO DOS PAIS COM A PSICOTERAPIA DE SEUS FILHOS:  
UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL**

**Maringá  
2018**

**RENATA RODRIGUES PENHA DE SOUZA OLIVEIRA**

**O PROJETO DOS PAIS COM A PSICOTERAPIA DE SEUS FILHOS:  
UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, para fins de obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Phd<sup>a</sup> Lucia Cecilia da Silva

Maringá

2018

## FOLHA DE APROVAÇÃO

RENATA RODRIGUES PENHA DE SOUZA OLIVEIRA

### O Projeto dos Pais com a Psicoterapia de seus Filhos: Um Estudo Fenomenológico-Existencial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

#### BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr<sup>a</sup> Lucia Cecilia da Silva

PPI/ Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr<sup>a</sup> Eliane Domingues

PPI/ Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dra. Zuleica Pretto

Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Aprovado em: 05 de Março de 2018

Local da defesa: Universidade Estadual de Maringá

**Para Denise, João, Renato e Malu**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus;

À querida professora e orientadora Dra. Phd. Lucia Cecilia da Silva, pelas valiosas orientações e incansáveis correções do nosso trabalho;

Aos meus amados pais pela torcida, incentivo e apoio durante toda a vida;

Ao meu marido pela paciência e cuidado principalmente nos últimos 10 meses;

Ao meu pequeno grande presente, Malu, por me apresentar o amor pelas crianças;

Aos meus irmãos, companheiros de vida, que me acompanharam e respeitaram os meus muitos momentos de estudo em casa;

À minha grande parceira, Marina Meneguetti Vaccaro, que desde a faculdade vem caminhando ao meu lado, nessa longa trajetória de estudos, leituras e pesquisa;

À professora Sylvia Mara Pires de Freitas, quem me apresentou ao existencialismo de Jean Paul Sartre;

À minha psicoterapeuta, que, a partir da experiência que tivemos juntas, tornou-se meu modelo de psicóloga clínica;

Às minhas amigas da faculdade e da vida que aceitaram minhas ausências nesses dois anos;

A todos os professores que participaram da minha graduação de Psicologia e Pós-Graduação na Universidade Estadual de Maringá;

A todos os professores da Pós-Graduação em Psicologia Clínica Fenomenológico Existencial do Instituto de Fenomenologia e Existencial-IFEN, do Rio de Janeiro, que contribuíram grandemente para a minha formação.

## RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, com o objetivo de compreender o projeto dos pais em relação ao processo psicoterapêutico de seus filhos, a partir do olhar da psicologia fenomenológico-existencial, de Jean-Paul Sartre. Para tanto, foram entrevistadas seis mães e dois casais, que tem ou tiveram seus filhos em processo de psicoterapia, para que pudéssemos analisar como foi vivenciada essa experiência e compreender quais as expectativas e objetivos dos pais ao levar o filho ao psicólogo. Para se alcançar esta análise, foi primeiro necessário retomar a noção de criança e entender que a criança é uma construção social e histórica que acompanha o movimento e as mudanças das sociedades. Pensamos as crianças da sociedade pós-moderna, que são estas as atendidas nas clínicas de psicologia, e como as características desta sociedade determina o seu modo de ser atualmente. A sociedade têm expectativas em relação às crianças, e estas são assimiladas pelas famílias, e aparecem nas práticas educacionais. O que pode ser percebido, é que, frequentemente são os pais ou a escola que possuem uma demanda que se refere a um “problema” com a criança. Ao se pré-determinar padrões e modos de ser-criança, pode ser que este não corresponda ao que se apresenta na realidade. A psicoterapia infantil pode então ser entendida socialmente como um meio de alinhar a criança ao que dela se espera, e isto poderá estar presente nas demandas dos pais. A análise dos dados foi realizada sob o referencial do existencialismo de Jean-Paul Sartre, partindo da sua visão de homem livre, então responsável pela construção do seu ser, que terá de se escolher e se constituir nas relações com outros e com o mundo. Compreendeu-se a partir das análises que o processo de psicoterapia é buscado em situações que os pais se veem impotentes frente à lida com a criança. Sendo assim, o processo de psicoterapia pode ser compreendido como um momento de ajuda e de orientação aos pais na relação com os filhos.

**Palavras-chave:** Psicoterapia infantil, Psicologia Fenomenológico-Existencial, Projeto existencial, parentalidade.

## ABSTRACT

Current Master's dissertation within the Post-graduate program in Psychology at the Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brazil, analyzes parents' project on the psychotherapeutic process of their offspring from the phenomenological and existential point of view. Children do not go to a psychology clinic on their own and do not make complaints spontaneously. Rather, it is the parents or tutors who refer to 'a problem' with the child. Clinical practice has revealed that these 'problems' are coherent with our age, the so-called post-modern period, in which certain characteristics such as immediacy, competitiveness, individualism and strive for success are predominant. The community expects many things from children and such expectations are assimilated by the families and emerge in educational practices as in other specialized practices for the attendance of children. Child psychotherapy may be seen as a manner to adjust children to that which is expected of them. Consequently, the main question of current investigation is: When taking the child to the psychologist what do parents expect from Psychotherapy? Current qualitative research, foregrounded on Phenomenology, analyzes parents' project with regard to their children's psychotherapy process. Eight mothers and two fathers who have or had their children at the psychologist were interviewed. Data analysis sought units of significance which, from the phenomenological perspective, revealed aspects of the parents' experience with regard to their children's psychotherapy. Four units of significance emerged: 1) perceiving the necessity of Psychotherapy; 2) the role of the mother and the role of the father; 3) Whose blame is it?; 4) Meanings given to Psychotherapy. These items were discussed from the perspective of Sartre's existentialism which comprises, among its main concepts, the project involving freedom and commitment of the agents, with or without a clear view of the thing, so that the parents' project may be perceived. The process of Psychotherapy is demanded when parents perceive they are impotent to cope with what seems to be problems and suffering for their children. They also do so in situations in which parents accept the recommendation of the school which considers Psychotherapy as its ally since it contributes towards the solution of learning and behavior issues qualified as inadequate and aggressive.

**Keywords:** Child Psychotherapy, Phenomenological and Existential Psychology, Existential project.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>	
<b>1. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA.....</b>	<b>15</b>	
1.1 Família e infância ontem.....	15	
1.2 A infância no Brasil .....	20	
1.3 A infância hoje .....	25	
<b>2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CLÍNICA PSICOLÓGICA .....</b>	<b>34</b>	F
2.1 A história da clínica psicológica .....	34	F
2.2 A Fenomenologia de Husserl.....	39	F
2.3 A Psicanálise Existencial de Jean-Paul Sartre .....	44	F
2.4 As regiões ontológicas do ser: o Para-si e o Em-si.....	49	F
<b>3 A CLÍNICA PSICOLÓGICA INFANTIL: UMA PROPOSTA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL .....</b>	<b>60</b>	F
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>70</b>	F
4.1 Os participantes .....	72	F
4.2 As entrevistas.....	74	F
4.3 Análise dos dados.....	79	F
<b>5 O PROJETO DOS PAIS COM A PSICOTERAPIA DE SEUS FILHOS .....</b>	<b>83</b>	F
5.1 Vislumbrando a necessidade de psicoterapia.....	83	F
5.1.1 Meu filho precisa de psicólogo .....	84	F
5.1.2 A escola quer que meu filho vá ao psicólogo.....	87	F
5.2 O lugar da mãe e o lugar do pai .....	96	F
5.3 De quem é a culpa? .....	100	F
5.4 Sentidos atribuídos à psicoterapia .....	103	F
5.4.1 Uma relação de ajuda.....	104	F
5.4.2 Orientação e estratégias .....	107	F
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>	F
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>	F
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>121</b>	F

## INTRODUÇÃO

As crianças do século XXI vivem na chamada pós-modernidade, sendo criadas e educadas em famílias que têm os seus valores entrelaçados aos valores da sociedade e cultura na qual estão inseridas. Essas são premidas desde cedo por valores que prezam a competição, o sucesso pessoal, educacional e profissional, o bom desempenho nos diversos contextos vivenciados. Essa ideia de ser alguém de sucesso e com bom desempenho, independentemente do que isso possa significar para os diferentes estratos sociais, significa que é exigido da criança dar conta das demandas que lhe são apresentadas e, de preferência, sem atrapalhar o cotidiano dos adultos. A criança nasce em uma situação já posta e pronta, precisando, então, adequar-se a ela. Costa (2004) afirma que, na sociedade ocidental e, portanto, na sociedade brasileira também, é preciso ser um “vencedor, maleável, criativo, afirmativo e, sobretudo, superficial nos contatos pessoais e indiferente a projetos de vida duradouros” (p. 4). A criança estaria em preparo para esse futuro.

Mattar (2015), ao pensar sobre as crianças, salienta que elas “recebem pressões para serem bem sucedidas, para não demonstrar insegurança, a fim de estarem aptas para mais tarde ingressar no mercado de trabalho em condições de vencer, escolher profissões rentáveis, independente de sua vocação” (p. 29). Sendo assim, parece-nos que, já desde muito pequenas, elas vão se constituindo a partir da alta expectativa e necessidade de alcançar sucesso no futuro, sucesso o qual parece ser baseado em padrões já pré-estabelecidos socialmente, que podem ou não coincidir com o que elas e suas famílias desejam. Aquilo que foi pré-concebido como bom e correto, como ideal de sucesso, de uma vida satisfatória, é, por muitas vezes, o que direciona o caminhar de muitos indivíduos.

Com um conjunto de ideias já prontos e bem propagandeados, pouco tempo resta para se voltar aos desejos, aos sentimentos e à experiência de cada um. É nesse sentido que entendemos ser preciso pensar o indivíduo em situação, pois partimos da compreensão de que a sociedade é constituída por indivíduos, eles a criam e são produzidos por ela, são constituídos nessa relação. É sempre o processo de se relacionar e se construir em situação, a partir do que já se tem pronto, e também de agir nesse mundo.

Pensar nessa sociedade narcisista, como colocou Lasch (1983), ou como a Sociedade do Espetáculo, como chamou Débord (1967), pode nos ajudar a pensar alguns aspectos desse fenômeno. Kehl (2015) discorre sobre a Sociedade do Espetáculo, de Débord (1967), e chama a atenção para como a televisão tornou-se um aparelho tão presente e tão importante nas vidas dos sujeitos do nosso tempo. Atualmente, podemos incluir as novas tecnologias, como a

internet, os aparelhos celulares que nos acompanham a todo o momento, a necessidade de estar conectados às redes sociais, acompanhando o que é postado. É importante refletirmos sobre os atuais modos de comunicação propiciados pelas novas tecnologias e redes sociais virtuais, visto ser difícil abrir mão delas, principalmente, pelo tanto que facilitam nossas vidas.

Nesse sentido, Kehl (2015) afirma que a televisão e, acrescentamos, o mundo virtual mostram o espetáculo da vida bem sucedida, a felicidade dos artistas, a beleza dos cabelos bem tratados, da pele cuidada e propagandeam os novos produtos, os lançamentos, que, pela forma como são propagandeados, trazem a ideia de que todos necessitam deles. Mostram o que se tem de ter e ser, o que é considerado universalmente bonito e bom ao determinar o que tem de ser consumido. Nessa gama de produtos a serem consumidos, encontramos a psicoterapia, que, paradoxalmente ao imediatismo e às rápidas soluções buscadas pelas pessoas, viria propor espaços de reflexão, de contato, de escuta e acolhimento, o que requer um tempo, talvez, maior do que as pessoas, hoje, podem dispor a partir da vigência do caráter de urgência. Como bem apontam Campos e Alt (2015),

frente às atuais demandas, sentimentos genuinamente humanos de nossa existência, como a solidão, o vazio, a tristeza, o tédio e a angústia não encontram espaço. E, conseqüentemente, para tratar desses sentimentos, ou melhor, para tentar eliminá-los, percebemos, cada vez mais, a busca por soluções rápidas no uso de psicofármacos (p. 138).

As autoras citadas consideram que algumas perspectivas e abordagens clínicas foram adaptadas para melhor atender demandas mais apressadas e pontuais, como as propostas de psicoterapias breve e focal. Por outro lado, outras tantas propostas para psicoterapia não atuam dessa forma e precisam, hoje, cuidar para não recaírem na rotulação, a uma prescrição simplista, e no distanciamento de sua proposta original, que não condiz com atendimentos rápidos e resultados imediatos.

Segundo Mattar (2015), os pais de nosso tempo chegam ao psicólogo trazendo seus filhos, que deveriam ser a projeção para um futuro de sucesso, e “dizem não saber mais como serem pais e mães, como agirem com seus filhos, como educá-los e orientá-los” (p. 31). E, nessa crise, diversos especialistas surgem para dar conta das questões e sofrimentos desta época e dessa relação, como neuropediatras, psiquiatras, especialistas em atendimento infantil, e, entre esses, temos também o psicólogo.

Essa “crise de parâmetros”, como Mattar (2015) chama, produz especialistas para dar conta do movimento inevitável da vida e aumenta, ainda mais, a sensação de insegurança e

incertezas, quando, na realidade, buscam-se certezas, verdades que gerem a sensação de segurança e de se estar fazendo o certo.

Atualmente, deparamo-nos com dezenas de livros, dicas e fórmulas de como os pais devem educar seus filhos, com apelos prescritivos de como fazê-los comportados, felizes e criá-los para serem adultos de sucesso. Mesmo com esses roteiros prontos, a procura pelos especialistas não diminui, e os conflitos da relação entre pais e filhos continuam acontecendo. É sentida a necessidade de ampliar as literaturas que discorram sobre a experiência de ser pais, a julgar que nem os roteiros educativos da relação entre pais e filhos, tampouco a psicoterapia, conseguirão, como técnicas em si, resolver os infinitos conflitos que podem ocorrer nessa relação.

Segundo Mattar (2015), as crianças estão

ocupadas, medicalizadas, apressadas, equipadas, as crianças compartilham hoje de todas as determinações do mundo antes considerado adulto. Violência, sexualidade, festas, salões de beleza, ingestão de álcool, disputas judiciais em família, conflitos e separação dos pais, decisões sobre onde e quando estudar, sobre ver TV, usar o computador ou jogar vídeo game, sobre o que comer e vestir, para onde viajar, ou sobre a compra de equipamentos eletrônicos de última geração, muito do que vem sendo delegado à criança antes era decidido por seus pais (p. 31).

Acreditamos ser importante pensar sobre a criança hoje, sobre o modo como está organizada a instituição familiar, para refletirmos como se dá a vida entre pais e filhos. O modo como a criança é vista, qual é o lugar na família, qual é a função da família na nossa sociedade: são questões significativas para entendermos o projeto dos pais com o processo de psicoterapia dos filhos. O espaço da psicologia clínica pode ser o lugar em que possamos estudar esses elementos que envolvem a infância e a família e compreender como se dá o movimento dos pais de procura de psicoterapia para o filho.

Ao pensarmos a clínica psicológica infantil, Azevedo (2002) nos faz atentar para o fato de que nenhuma criança chegará sozinha ao consultório: será levada pelos pais ou cuidadores. Geralmente, é um adulto que identifica um problema ou é motivado por alguma questão a levar a criança ao psicólogo. Queixas voltadas ao que é disseminado socialmente sobre a necessidade de sucesso, de acúmulo de bens materiais, de satisfação individual aparecem com frequência nos discursos dos pais. Há aqueles que, por exemplo, queixam-se que seu “filho não está aprendendo o que se espera de uma criança de 6 anos”; que “não está se comportando bem na escola, como se espera que se comporte”; que sua “filha é muito

irritada e brava, quando ela não deveria ser”; como, frequentemente, tenho ouvido dos pais que procuram meus serviços de psicóloga.

Minha experiência com o atendimento infantil, desde 2012, permite perceber o desconforto dos pais ou cuidadores da criança quando essas não correspondem às expectativas já organizadas e projetadas para elas. E, na maioria das vezes, é por esse motivo que são levadas ao psicólogo para que se possa avaliar, explicar e resolver o que há de errado com a criança.

Consideramos importante refletir sobre a expectativa dos pais com relação ao processo de psicoterapia dos filhos. O que os pais esperam que o psicólogo faça com seus filhos? Quais são as expectativas com relação aos “resultados” da psicoterapia? Qual o projeto que os pais têm em relação à psicoterapia de seus filhos?

Há situações em que, para os pais, o caráter corretivo se mostra explicitamente, e a singularidade da criança não é prioridade, como em uma situação que vivenciei em minha prática clínica. Uma criança foi trazida, porque falava muito dentro de casa e incomodava os pais; insistia muito em um mesmo assunto; por vezes, era repetitiva e não conseguia manter-se calada. A partir dos atendimentos realizados, compreendi que, para os pais, o importante era que conseguíssemos que a criança falasse menos dentro de casa e, assim, não os atrapalhasse. O que nos mostra que o interesse dos pais pode estar distante do que o profissional de Psicologia pode fazer nos atendimentos com a criança. O psicólogo, não terá a intenção de calar a criança, ou de educá-la, mas de compreender o que acontece e compreender a vida desses pais com a criança, para que se possa tentar clarificar isso com a criança e para os pais.

Outro exemplo é dado por Angerami (2011), que relata o caso de uma criança que vivia em uma instituição de acolhimento para menores e quem a levou ao psicólogo foi uma das responsáveis pelo local. A queixa foi de que a menina não fazia as tarefas da escola, não brincava com as outras crianças de maneira apropriada e acabava sempre em brigas, já havia sido reprovada na escola e estava atrasada. A todo momento, envolvia-se em confusões dentro da instituição, e isso atrapalhava as atividades. No decorrer da descrição do caso, o que se pode perceber é que havia a preocupação com a rotina institucional e como esta estava sendo perturbada pelos comportamentos dessa criança. Não se atentaram para como é que a criança estava e seu possível sofrimento.

A questão que os pais trazem como sendo problema, o mal-estar, aquilo que os está incomodando na vida com o filho é acolhido pelo psicólogo, entretanto, não pode, instantaneamente, ser compreendido como, também, o problema da criança. O que é, para os

pais, a situação problemática tem de ser analisada se o será também para a criança. Azevedo (2002) chama a atenção para a possível incongruência entre o que está incomodando os pais e qual seria a questão para a criança, que, por vezes, é bastante distinta. Não que seja preciso encontrar qual seria a queixa correta, mas o lugar do psicólogo seria de compreender essa diferença e clarificá-la aos pais e à criança, para que pudessem juntos, quem sabe, compreender o que acontece para que haja tamanha discrepância.

Como no exemplo anteriormente citado, para os pais, a questão seria o recorrente falatório da filha, que incansavelmente os incomodava e atrapalhava com falas repetidas e, para eles, sem sentido. No decorrer dos atendimentos, foi possível compreender, com a paciente, que havia, para ela, uma grande falta de espaço com os pais: não se sentia acolhida, sentia-se pouco ouvida por eles, pois o casal tinha um ritmo que demonstrava pouca disponibilidade para estar com ela. Esta nunca se percebia com eles, sentia-se como que deixada para trás e tentando alcançá-los. Isso não era compreendido pelos pais: o falatório, para eles, tinha um sentido diferente do que foi desvelado pela criança. O que leva os pais a darem um sentido diferente do da crianças?

Por isso, Maichin (2011), que compartilha da ideia de Azevedo (2002), diz que é importante que a criança conheça qual é a queixa dos pais ou os motivos que os levaram a procurar o psicólogo, mas que ela sinta que, ali, em sessão, há espaço para que ela se coloque e se expresse em relação a isso. “Este momento passa a ser bastante significativo, uma vez que o psicoterapeuta estará dando oportunidade à criança de se posicionar em relação ao que os pais pensam sobre ela” (2011, p. 237).

Sabendo que a visão que os pais tem dos filhos pode estar distante do que estes estão vivendo, podemos pensar também que, no processo de psicoterapia, eles podem apresentar dificuldade para se disponibilizar a compreender, junto com o psicólogo, a situação da qual se queixam, ou mesmo compreender o momento da criança e que a família vivencia. A demanda é frequente para que o psicólogo lhes diga o que acontece e o que se tem de fazer para solucionar o problema.

Considerando que a clínica psicológica infantil apresenta elementos característicos por não ser um processo que envolve, exclusivamente, a criança, é fundamental pensar seu entorno, como a família e os pais percebem esse processo e o que esperam dele.

Tem-se poucos estudos na literatura que discutem essa questão da clínica infantil, especialmente, quando buscamos algo na perspectiva da psicologia clínica fenomenológico-existencial. Dentre os muitos autores que podem ser incluídos nessa perspectiva, optou-se pela filosofia de Jean-Paul Sartre, pois este filósofo deixou uma proposta de psicologia clínica

e, apesar, de não ter se pautado, especificamente, na infância, apresentou uma visão de homem que contempla a infância e parece ser muito rica para pensá-la.

Para discorrer sobre as questões levantadas, o trabalho está apresentado em seis capítulos. O primeiro retoma, brevemente, as compreensões acerca das noções de criança e família desde o século XVI até a atualidade. Procuramos destacar como a criança é vista e qual é seu papel na sociedade capitalista do século XXI, relacionando, sempre, com a concepção de família e de pais.

No segundo capítulo, está apresentada a construção do fazer clínico do psicólogo e como tomou as configurações atuais, priorizando as reflexões para uma possível clínica de orientação sartreana. Para tanto, apresentou-se a Psicanálise Existencial de Jean-Paul Sartre.

No terceiro capítulo, discute-se sobre a clínica infantil e suas possibilidades a partir do pensamento de Sartre. Já no quarto capítulo, a metodologia da pesquisa de campo é apresentada, e no quinto capítulo realizamos a discussão e análise das entrevistas e, a partir deles e em diálogo com o existencialismo de Sartre, discute-se o projeto dos pais com a psicoterapia dos filhos.

Pensamos e esperamos que a presente pesquisa possa contribuir com os profissionais da área, trazendo novos conhecimentos sobre o projeto dos pais com o processo de psicoterapia dos filhos, e criar subsídios para outras reflexões e questionamentos sobre a psicoterapia infantil, levantando reflexões sobre a construção da infância e o lugar das crianças e dos pais na família, especialmente na clínica psicológica infantil.

## 1. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA

O termo *infância*, ou mesmo o substantivo *criança*, foi empregado e conceituado de diversas maneiras no decorrer da história humana, sendo difícil alcançar uma definição atemporal ou única para esse fenômeno, o que mostra seu caráter não absoluto e sua constituição histórica. Muller (2002) afirma que o conceito de criança foi concretamente construído e desenvolvido acompanhando o seu tempo e a sociedade.

Sendo assim, neste capítulo, tem-se o objetivo de realizar uma retomada histórica do conceito de infância e do significado de ser criança, para que possamos acompanhar as mudanças e as várias alterações que tiveram no decorrer da história. Almejamos conseguir demonstrar a forte relação que existe entre a noção de infância e a sua construção a partir do contexto histórico e cultural e sempre entrelaçada a noção de família.

Para tanto, o capítulo será dividido em três seções. Na seção 1.1, A infância ontem, será descrita a construção e alterações do significado de infância no decorrer da história. Na segunda seção, 1.2 A infância no Brasil, trataremos como a noção de infância se desdobra em nosso país a partir do período da colonização. E, por fim, na seção 1.3, A infância hoje, retratamos como está, hoje, de modo geral, a noção de infância. Evidentemente, ao falarmos sobre a infância no decorrer histórico, não deixaremos de falar também sobre a família, já que essas categorias relacionam-se entre si.

Realizaremos esse percurso por entender ser importante que tenhamos em mente que as crianças que atendemos, hoje, na clínica, são seres sociais, produtos e produtoras da nossa sociedade, compartilham dos valores, dos ideais, dos costumes, da rotina social e familiar. O modo como a família está organizada, como prepara o espaço da criança é muito significativo. Dessa forma, o que vivenciamos, hoje, na clínica infantil, tem relação com a noção de criança, com o significado de infância que é compartilhado e construído socialmente, não sendo estático ou fixo em todas as épocas e culturas. E a forma como vão sendo configuradas as famílias, sua rotina e o seu lugar são pensados aqui.

### 1.1 Família e infância ontem

A concepção de infância, o modo de criar e cuidar das crianças não é estático e atemporal. Pelo contrário. Agora, buscaremos demonstrar como foi construída e reconstruída a noção e o sentimento de infância e de família, de acordo com o momento histórico e social vivido, além de ter sido construída de modos diversos em cada sociedade, visto serem sempre

expressões de um determinado tempo histórico e de seus valores, concepções e cultura. Aqui, faremos um pequeno recorte, tomando em consideração a sociedade ocidental, como referência o continente europeu.

Postman (1982/2012) assinala que, para os Gregos, não existia uma palavra que designasse criança ou infância. Havia uma única palavra, que era usada para qualquer um que estivesse entre a infância e a velhice. Ressalta que, na Idade Média do continente europeu, a ideia de infância era limitada à dominação da fala. Quando se tinha essa capacidade bem desenvolvida, por volta dos sete anos, já não se considerava o indivíduo como criança. O que começa a aparecer é a ideia ou a compreensão de que há algo que distancia a criança dos adultos, algo em seu modo de se relacionar, de se comunicar, de lidar com a vida que é distinto do modo dos adultos.

Ariès (1973/2015) faz uma retomada da construção da noção e do sentimento de infância e de família a partir da Europa da Idade Média até o século XX. Afirma que as crianças, durante a Idade Média, ficavam com suas famílias somente até os sete ou nove anos, depois, eram enviadas para outras famílias para aprenderem algum serviço; nessa fase, eram chamadas *aprendizes*. A criança era quem realizava os serviços domésticos, mesmo as de famílias mais abastadas, pois o trabalho não era percebido como degradante. Aprendiam desde cedo uma função social, e os pais se ocupavam delas pela contribuição social que elas poderiam trazer, não havendo proximidade entre pais e filhos.

Até o século XIII, não se encontra representações de crianças ou algo que remeta a uma diferenciação de criança e adulto. É, somente depois, que se começa a representar, na arte, as crianças como anjos e vinculadas a imagens religiosas de Jesus Cristo e da Virgem Maria. No século XV, dois novos tipos de representações da criança são vistos: o *putto*, as crianças pintadas nuas, e o retrato. Essas mudanças constatadas nas pinturas podem indicar as mudanças do lugar da criança dentro da família e na sociedade de acordo com cada época (Ariès, 1973/2015).

Para esse historiador, até o século XV, tinham-se muitos filhos para que alguns sobrevivessem até a idade adulta, já que a mortalidade infantil era altíssima. Não havia o sentimento de tristeza ao se perder uma criança, era um acontecimento tomado como natural e esperado. No Império Romano, tinha-se túmulos das crianças enterradas com seus pais e inscrições sobre eles; depois, desapareceram, e voltamos a ver os túmulos infantis no século XV.

Devido à alta taxa de mortalidade infantil e à grande possibilidade da criança não passar dos primeiros anos de vida, o envolvimento emocional dos pais com ela era mínimo.

Muitos filhos não recebiam um nome ao nascer, não sabiam sua idade exata ou não eram nem contadas como membros da família quando ainda muito pequenos. Nesse momento, ainda não existia o sentimento de infância ou de família (Ariès, 1973/2015).

Segundo Muller (2002), pode-se dizer que, até o século XVI, as crianças viviam à beira da morte, não somente pelas péssimas condições de higiene da época ou pelo pouco desenvolvimento tecnológico e científico, mas pelo pouco cuidado que lhes era destinado por seus pais e amas de leite, que chegavam a matá-las, intencionalmente ou não. Eram seres inacabados, vistos como pecadores pela igreja até receberem o sacramento do batismo.

Ariès (1973/2015) considera que o sentimento de infância pode começar a ser percebido no século XVI, quando os retratos das crianças mortas tornam-se frequentes até meados do século XVIII. No século XVII, cada família já queria ter seu retrato com os filhos. A criança aparece de uma forma diferente dentro da família, e o filho perdido é relembrado, faz parte da família, tem seu retrato, sua importância. Mesmo assim, o autor afirma que essas representações se adiantaram em mais de um século à mudança demográfica que aconteceu, somente, após o século XVIII, quando a mortalidade infantil começou a diminuir.

Ainda nos séculos XVI e XVII, as crianças viviam muito próximas a tudo que os adultos faziam, participavam de tudo. As casas não apresentavam divisões em cômodos, como vemos hoje, e não tinham suas funções bem determinadas. O cômodo onde se dormia também era usado para receber visitas, tratar de negócios, fazer as refeições. As grandes casas estavam sempre cheias, tinha-se os criados convivendo livremente com seus patrões, com as crianças, com amigos, vizinhos. As famílias e as casas não ficavam excluídas do movimento social, mas apresentavam, em seu interior, uma vida social intensa (Ariès, 1973/2015).

Ariès (1973/2015) aponta que o sentimento de família, de afeto entre pais e filhos começa a aparecer muito lentamente, junto ao movimento de privatização da família e de atenção à escola. A escola, no século XVIII, toma um lugar significativo: passa a ser importante que a criança receba uma educação para além da casa ou das casas de outras famílias, mas nas escolas, com conteúdos que, no século XIX, seriam organizados para cada faixa de idade. Para o autor, a escola teve um papel fundamental para a criação do que entendemos como família na Idade Moderna.

A preocupação com a educação moral delas e a distinção entre ser bem-educado e mal-educado começam a aparecer e tornar-se efetivas: primeiro, entre as pessoas de uma classe social mais privilegiada, mas, aos poucos, alcança a todos. O costume de ter, em média, 30 pessoas morando em uma única casa, compartilhando todos os cômodos, começa a ser substituído por casas com cômodos bem divididos e com, somente, uma utilidade. Até então,

não havia uma separação nítida entre a vida privada e a vida pública, entre a vida profissional e a vida familiar, os jogos, os trabalhos aconteciam, em conjunto, no mesmo ambiente. Nesse sentido, Ariès (1973/2015) chama a atenção para algo caro à nossa sociedade atual: o lugar e o espaço que o trabalho ocupa na vida das pessoas e o modo como se estabelecia uma relação com ele.

Na sociedade antiga, o trabalho não ocupava tanto tempo do dia, nem tinha tanta importância na opinião comum: não tinha o valor existencial que lhe atribuímos há pouco mais de meio século. Mal podemos dizer que tivesse o mesmo sentido. Por outro lado, os jogos e divertimentos estendiam-se muito além dos momentos furtivos que lhes dedicamos: formavam um dos principais meios de que dispunha uma sociedade para estreitar seus laços coletivos, para se sentir unida. Isso se aplicava a quase todos os jogos, mas esse papel social aparecia melhor nas grandes festas sazonais e tradicionais (p. 51).

Apesar de não podermos identificar o sentimento de infância ou de família e de não haver situações específicas destinadas às crianças na Idade Média, estavam todos sempre juntos, compartilhando, face a face, todas as situações, o que não se encontra mais na sociedade atual, como bem apontou Castro (2013), quando afirma que as crianças, hoje, estão fechadas a poucos espaços, como a família e a escola.

A partir do século XVI até a Revolução Francesa, em 1789, mudanças mundiais aconteceram, tais como a queda da monarquia e promulgação da primeira constituição francesa, a fortificação dos ideais iluministas, o que refletiu, também, na percepção da infância. As crianças passaram a ser retratadas em pinturas com formas mais belas e meigas, com certa ingenuidade, mais próxima da sua fisionomia, não mais como um adulto em miniatura. O ideal da Revolução Francesa – igualdade, fraternidade e liberdade – requereu um Estado mais atuante na preservação dos indivíduos, que, agora, vão aparecer mais particularizados e individualizados (Muller, 2002).

Segundo Ariès (1973/2015), no século XVII, as crianças já ganham vestimentas mais adequadas ao seu tamanho e diferentes das dos adultos, o que, até então, não ocorria. No final do século XVIII, Rousseau introduziu a ideia das crianças necessitarem de cuidados, de serem inocentes, e a Igreja e o Estado começaram a apresentar a preocupação com a preservação da infância para garantir que houvesse, no futuro, homens e mulheres. O cuidado com as crianças era empregado, prioritariamente, pelas mães, mas o padre e o médico da família opinavam e a instruíam nesse processo. Nesse sentido, Muller (2002) observa que “todos opinavam, e a mulher ia sendo responsabilizada pelo êxito da formação de seus pequenos, ao mesmo tempo que o patriarca da família ia perdendo a autoridade para o Estado” (p. 11).

A Revolução Industrial, ocorrida entre o século XVIII e XIX, propiciou mudanças do sistema econômico e político. A Igreja e o Estado foram destituídos dos seus poderes e controle da economia, das leis e do povo. O trabalho assalariado, as fábricas, a produção do ferro, a maior eficiência da energia à água e à vapor, entre outras mudanças, alteraram ao modo de vida daquela época.

As crianças são a esperança do futuro e seu lugar já não é idealmente a rua, senão a instituição: familiar, pública ou privada, leiga ou religiosa. A criança é, pois, institucionalizada. Passa a ser o centro e o porvir. É considerada inocente e naturalmente incapaz de raciocinar. Ela é herdeira dos frutos do trabalho dos pais e também da sociedade que está sendo construída e deve ser conservada (Muller, 2002, p. 12).

As crianças tornam-se figuras significativas para a sociedade, e cuidar delas é importante. É a família a instituição que tem o dever de criar e educar as crianças. A ideia da construção de um espaço privado, da conquista da casa e da manutenção desta, começou a fazer parte do ideário dos trabalhadores. A casa como o lugar da família particular e nuclear, onde pais e filhos, já com seus quartos separados e organizados, viveriam. Os móveis tornaram-se móveis fixos, não mais dobráveis. Cada cômodo com sua mobília, não mobílias que podiam servir para vários usos (Ariès, 1973/2015). Nesse movimento da necessidade de se ter casas particulares, que abrigassem uma só família, aparece, também, a necessidade de controle do cuidado. Quando a família se torna menor, particular e não mais “aberta” ao social, o controle também aparece, como uma saída para aquilo que, agora, não é mais público ou controlado pela Igreja ou Estado.

Entretanto, o controle infantil se deu de modos distintos de acordo com a classe social. Crianças de famílias mais abastadas tinham as escolas particulares, e as crianças pobres e órfãs foram enviadas aos orfanatos e escolas públicas ou religiosas. Muller (2002) chama a atenção para a primeira “disposição legislativa” (p. 13) de cuidado à infância na Inglaterra, a *Factory Act*, e, em 1865, em Paris, é fundada a primeira sociedade protetora da infância.

No final do século XIX e início do século XX, as casas de crianças abandonadas estavam lotadas, e os gastos que o Estado tinha para criá-las era enorme. Passou-se a incentivar que as mães ficassem com seus filhos, até mesmo as mães solteiras, para que os gastos do Estado com esses cuidados fossem diminuídos. A atenção à educação formal das crianças é incentivada e percebida como importante e necessária. Em 1857, na Espanha, em 1881, na França, e 1893, na Inglaterra, passa a ser obrigatório que as crianças frequentem a escola formal (Muller, 2002).

Esse controle e vigilância não são percebidos, somente, porque as crianças passaram a ser enviadas para a escola, mas, nesse mesmo período, houve a multiplicação dos códigos de civilidade: tratados que apresentavam as regras para uma boa e educada convivência social. Não se podia mais ter toda aquela intimidade que se tinha com os criados, cada um teria que passar a dormir sozinho, nem criança com outra criança, somente os adultos dormiriam juntos após o casamento.

Os pais se preocupariam com a higiene e com a saúde da criança. Mesmo que os homens saíssem de casa para viagens e trabalho, cobravam notícias e cartas sobre a saúde dos filhos e da esposa. O sentimento de perder um filho é novo, é sentido com muita tristeza e pesar, outro filho não substitui o filho falecido. O sentimento de infância e família vai sendo modificado. As crianças são importantes aos pais e à família, precisam ser cuidadas, enviadas às melhores escolas, com os melhores mestres, e isso passou a ser obrigação dos pais com seus filhos (Ariès, 1973/2015). Nessa época, também acontece a repugnância às prioridades dadas, antes, ao filho primogênito: todos os filhos de uma família precisam ser tratados igualmente, recebendo todos o mesmo afeto e cuidado.

No fim do século XVIII e século XIX, o sentimento de infância e o novo lugar da família já estavam firmes e bem difundidos. O controle sobre os filhos e a obrigação de cuidar e educar eram bastante claros aos pais: os filhos tornam-se suas responsabilidades, o que permanece ainda, com nuances próprias, as quais trataremos adiante, ao tratarmos da infância hoje.

## **1. 2 A infância no Brasil**

Nossa pesquisa acontece no Brasil, então, julgamos ser importante relatarmos o desenvolvimento da noção de infância em nosso país para apreendermos o contexto histórico das crianças e pais brasileiros que buscam psicoterapia.

No Brasil, podemos visualizar e pensar o movimento de construção da infância de uma maneira mais específica. No século XVI, o processo de colonização pelos portugueses trouxe a cultura e a mentalidade europeia para o país. Muller (2002) denomina esse período, até o século XVII, de “infância colonizada” (p. 15). Naquela época, formam-se os engenhos, onde as famílias eram gerenciadas pelos portugueses, donos das terras. Os nativos foram civilizados com violência e amedrontados pela moralidade cristã ensinada pelos jesuítas. Os negros, que representavam aproximadamente 50% da população do país, estavam

escravizados, sofreram, consideravelmente, ao serem afastados de suas famílias, e as mães negras separadas de seus filhos.

No Brasil Colônia, a dependência dos mandos e desmandos de Portugal restringiam muito as possibilidades do povo que aqui habitava: produtos brasileiros tinham somente um destino, Portugal. Nesse contexto, o papel da mulher e da família estava totalmente ligado aos donos dos engenhos, que tinham poder não somente sobre a sua família consanguínea, mas sobre todos que estavam em sua propriedade, “o dono das vidas que dele dependiam economicamente” (Muller, 2002, p. 16).

Segundo Muller (2002), foi criado, no Brasil Colônia, a ideia de “grande família”, de “grande família feliz” (p. 16), uma cultura patriarcal que foi imposta aos índios e escravos, os quais não aceitavam tal concepção e, por isso, foram violentados, fugiram ou tiveram de aceitar esse ideal de família. As mulheres escravas foram vistas como possibilidade de negócio, de reproduzir escravos, e algumas índias foram escolhidas para terem filhos de portugueses e ampliar a população. Havia, também, as mulheres ideais, que completariam o ideal de matrimônio, constituindo as famílias privadas e valorizadas. “Tudo o que saía deste padrão era considerado irregular, imoral e pecaminoso. Assim se inventaram valores menores para as solteiras, para as viúvas, para as mães solteiras, ideias e valores, até então, desconhecidos no Brasil” (Muller, 2002, p. 17).

Nesse movimento, delineou-se o ideal de família a partir dos princípios da Igreja: o ideal de casamento monogâmico, de pai provedor, mãe cuidadora dos filhos e filhos legítimos da união entre pai e essa mãe. Os filhos bastardos, os de mães solteiras, não tinham o mesmo valor e prestígio, estavam em pecado e eram rejeitados pela Igreja. Os nativos da colônia não tinham a ideia de filhos legítimos ou ilegítimos, a criação das crianças se dava pela “aldeia” ou comunidade, não havia a valorização maior de um ou de outro (Muller, 2002). Esses valores, de certa forma, atualizam-se nos dias de hoje, já que encontramos um alto número de casais divorciados e novas configurações familiares com filhos de pais diferentes.

Os jesuítas estavam na colônia com a função principal de salvar esse povo que não conheciam os ensinamentos da Igreja e viviam em pecado. Esse ideal foi atingido com muito sofrimento do povo que já tinha uma cultura bastante distinta daquilo que vieram ensinar. As escolas jesuítas foram criadas e tinham, como objetivo, educar as crianças a partir da ideologia religiosa e católica.

A inocência perdida deveria ser corrigida na retidão do comportamento imposto e na aprendizagem do conteúdo religioso e clássico europeu. Nas relações entre crianças e adultos

sistematicamente refletiram-se o sofrimento, entendido como caminho à purificação, a crítica ao prazer em qualquer sentido, a limitação da imaginação e das atitudes corporais, o condicionamento do afeto (Muller, 2002, p. 20).

Nativos, escravos e portugueses, ao se miscigenarem, criaram uma nova cultura brasileira, que, contudo, impunha sofrimento ao povo que, aqui, vivia. Diante desse contexto, Muller (2002) descreve que, na era Colonial, tinha-se três crianças distintas e que recebiam cuidados diferenciados. Os pequenos índios, chamados curumins, foram cuidados pelos jesuítas como pequenos anjos que precisavam tornar-se obedientes e dóceis de acordo com os ensinamentos cristãos e, para tal, foram violentamente “civilizados” (Muller, 2002, p. 19). Tiveram sua cultura e sua língua proibidas, foram alfabetizados no português e iniciados na religião.

A criança branca, privilegiada por ser branca e filha do dono das terras, deveria seguir todos os padrões culturais e honrar seus pais com os bons costumes. Eram os senhores em miniatura, “sinhazinha” ou “sinhozinho”. Entre eles, também havia diferença. Aos “sinhozinhos”, ficava a obrigação de crescerem e tornarem-se patrões, eram enviados às escolas e, provavelmente, quando maiores, iriam estudar fora do país. Já as “sinhazinhas” deveriam tornar-se mães e boas cuidadoras de filhos e da casa (Muller, 2002).

E os moleques, as crianças negras, escravas desde muito cedo, abusadas até mesmo pelas crianças brancas, foram objeto dos caprichos e vontades destas. Tinham o valor por serem escravos. A partir dos sete ou oito anos, podiam servir como escravos para serviços mais leves, para divertir os filhos dos senhores e auxiliar na cozinha. Não tinham a possibilidade de acesso às escolas e, na maioria das vezes, não tinham conhecimento da língua portuguesa (Muller, 2002).

Sinhozinhos(as), moleques(cas) e curumins, de maneira geral, não tiveram infâncias parecidas. Viveram em espaços diferentes, com relações de poder que advinham de sujeitos e/ou instituições distintas, que incidiam sobre suas culturas, originalmente diferentes entre si (Muller, 2002, p. 24).

No ano de 1808, houve a abertura dos portos: comercialização livre com outros países, maior flexibilidade nas negociações, possibilidades de ir e vir. Em 1827, a Constituição do Império, influenciada pelos ideais europeus, passou a vigorar no país, anteriormente, colônia. Os ideais liberais europeus chegaram até o país trazendo mudanças na organização social. Entretanto, metade da população era escrava, muitos eram mal vestidos, mal alimentados, mal

cuidados, sem condições de lutar por mudanças. Os escravos estavam totalmente excluídos dos preceitos da Constituição.

Com a chegada da corte ao Brasil, a vida das crianças ricas também sofreu mudanças. A cobrança e controle em relação aos costumes e boas maneiras delas foi intensificado. A sua criatividade, alegria, tranquilidade e espontaneidade foram limitadas. A diferenciação, e até a discriminação, intensificou-se entre meninos e meninas, o que tornou-se bastante perceptível, e as meninas sofreram com tal diferença. A elas, caberia somente os cuidados com a casa, com os filhos e marido, os bordados e a costura (Muller, 2002).

A educação das crianças abastadas se dava em escolas distantes das cidades em que seus pais moravam. Separadas de suas famílias e lares ainda pequenas, com seis a oito anos e durante todo o período escolar, mantinham pouco contato com eles. Já as crianças negras ainda sofriam preconceito e não tinham acesso aos estudos, podiam ser alugadas ou vendidas como escravos para outras famílias, o que fazia com que perdessem o contato com sua família de origem.

As escolas eram destinadas aos meninos ou às meninas: não havia a mistura dos sexos. Os professores já não eram bem remunerados, e o número desses profissionais teve uma baixa. As mulheres, que antes tinham que cuidar da casa e dos filhos, são pensadas, também, como educadoras e deveriam fazer isso somente por amor às crianças, sem se preocuparem com os baixos salários. A mulher passa, agora, a ser vista como a “mulher educadora”.

Foi somente com a Lei do Ventre Livre, de 1871, que essa realidade começou a ser alterada. A partir dessa data, as crianças que nascessem de mulheres negras estariam livres. A Lei também previa que, até os oitos anos de idade, a criança ficaria com a mãe sob a autoridade do seu senhor. Entretanto, concretamente, não era exatamente isso o que acontecia. Pais e mães continuavam a ser vendidos separados de seus filhos, o que mobilizava muitas mães a entregarem seus filhos às instituições de acolhimento de crianças órfãs para que pudessem, quem sabe, ter um futuro melhor. Nesse período, o número de abandono de crianças triplicou. O número de nascimentos de crianças diminuiu, e a morte era muito frequente e vivida sem sofrimento ou tristeza, uma vez que se tornou recorrente e percebida como uma sorte para a família e para a criança que, como anjo, retornava ao céu (Muller, 2002).

A partir de 1890, as crianças começam a aparecer também na Constituição. Na 1ª Constituição, criou-se a Lei do Discernimento, que propunha que as crianças entre nove e quatorze anos, que estivessem envolvidas em contravenções e crimes, seriam avaliadas.

Poderiam pegar a pena de um adulto ou ser considerada imputável. Após trinta anos, em 1921, a idade mínima para responder criminalmente é elevada para os quatorze anos.

Casos de maus tratos a crianças dentro das prisões passam a mobilizar a população, e a importância de se ter outro tipo de lugar para as crianças cumprirem suas penas começa a ser considerado. No fim do ano de 1927, com a promulgação do 1º Código de Menores, eleva-se mais uma vez a idade mínima para responder criminalmente, agora, passaria a ser dezoito anos. Com o presidente Vargas, em 1932, a maioria penal volta a ser rebaixada para os quatorze anos. Essa discussão sobre a idade em que crianças e adolescentes devem ser responsabilizados pelos crimes cometidos nos acompanha até a atualidade.

Nos anos subsequentes, várias mudanças aconteceram na legislação, códigos foram criados e reformulados, tentando abarcar todos os cuidados necessários com as crianças e adolescentes. Mesmo assim, o número de crianças na rua é alto, a realidade não condiz com o que prevê a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990. Embora “todos” estejam incluídos nas legislações enquanto cidadãos, não são todos que têm seus direitos respeitados ou que têm possibilidades concretas para isso.

O ECA foi

formulado com o objetivo de intervir positivamente na tragédia de exclusão experimentada pela nossa infância e juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta duas propostas fundamentais quais sejam: a) garantir que as crianças e adolescentes brasileiros, até então reconhecidos como meros objetos de intervenção da família e do Estado, passem a ser tratados como sujeito de direitos; b) o desenvolvimento de uma nova política de atendimento à infância e juventude, informada pelos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa (com a consequente municipalização das ações) e da participação da sociedade civil (Neto, 2013, p. 6).

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, afirma que há, no país, quarenta milhões de carentes e abandonados que precisariam ser beneficiados por essa lei. Reconhece, também, que somente a promulgação do ECA não teve e tem o poder de ação, de agir sobre a realidade.

O que transforma a sociedade é, na verdade, o efetivo exercício dos direitos previstos na lei, a partir de uma atuação firme e decidida daqueles que, de uma forma ou de outra, detém o poder e, por via de consequência, a responsabilidade para criar as condições e os meios indispensáveis ao exercício de tais direitos (Neto, 2013, p. 6).

Pode-se então pensar que desde o final do século XIX, tem-se também na Constituição a necessidade de delimitar quem seria criança e quem seria adulto, e como cada um destes

seriam julgados. Ao que poderiam responder e a partir de qual idade? Em seguida a legislação vem apresentar o modo como as crianças deveriam ser tratadas, O que indica que não havia uma igualdade, ou um modo comum de lidar com a infância, e houve a necessidade de se estipular como deveria ser feito. Fez-se então leis, que almejavam garantir alguns direitos, ou padronizar este trato, que até os dias de hoje, não pode encontrar uma regularidade e um modo único vigente. Parece que a relação com a criança e as relações familiares extrapolam as determinações jurídicas, são mais amplas e fogem a possibilidade de serem controladas unicamente por leis.

Com essa retomada histórica, almejou-se contextualizar e atualizar o leitor sobre quais crianças e pais estaríamos falando em nossa pesquisa. São esses brasileiros que vivem e compartilham o nosso tempo do século XXI. Temos, hoje, diversos recursos legislativos que prescrevem o modo como devem ser tratadas e criadas as crianças para garantir-lhes aquilo que a sociedade espera da família e da escola em relação a elas, como veremos adiante.

### **1.3 A infância hoje**

Até o momento, buscou-se apresentar, brevemente, a trajetória da noção de infância, e como ela foi se construindo e reconstruindo dentro da história ocidental. Além disso, foi descrita a história da infância no Brasil a partir da Era Colonial. Feito isso com a intenção de nos prepararmos para as reflexões que virão. Nessa última seção, almeja-se apresentar a infância atual na pós-modernidade. Perceberemos como, ainda, é vigente muito dos valores, da moral e do modo de vida que foi “imposto” no Brasil Colonial; embora com outro figurino, ainda são a base da estrutura familiar.

Para Muller (2002), pensar a infância, hoje, em nosso país, é percebê-la de três formas: “a criança da lei, as crianças adjetivadas e as crianças organizadas” (p. 6). A criança da lei é aquela descrita na Constituição, considerada cidadão de direitos à moradia, à educação, ao lazer, à proteção, entre outros. O Brasil é considerado como um dos países com leis mais avançadas sobre a infância.

Por outro lado, e apesar do avanço alcançado com a legislação, na prática, temos a segunda classificação das crianças apresentadas por Muller (2002): as crianças adjetivadas, que são “os(as) meninos(as) de rua, crianças desnutridas, drogadas, maltratadas, assassinadas, abusadas sexualmente, desaparecidas, traficadas...” (p. 7). Essas crianças, em grande parte, precisam se responsabilizar por seu sustento, não têm seus direitos atendidos, como prevê o ECA, e não estão nas escolas. Já as crianças que frequentam as escolas, os “alunos”,

geralmente, crescem acompanhadas e cuidadas por pais e outros profissionais, não trabalham e não precisam buscar seu próprio sustento (Muller, 2002).

As crianças organizadas, são, para a autora, as que, apesar da anestesia geral que vivemos em relação às suas precárias situações de vida, vivem a necessidade de se organizarem, de compreender a sua condição e lutarem por melhorias como aquelas que participam do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Essa divisão didática, feita por Muller (2002), demonstra que não temos um modo único de infância ou um sentimento homogêneo em relação a esses pequenos seres. Pensando nas três categorias de crianças descritas, nota-se que somente uma delas descreve crianças tuteladas ou cuidadas por adultos, provavelmente, as que chegarão às clínicas de atendimento psicológico serão essas.

Pensamos ser interessante esses dados trazidos por Muller (2002), já que relatam, a partir de uma perspectiva político-social, quais são as condições das crianças no século XXI. São apontamentos que podem favorecer nossa compreensão sobre o lugar que as crianças estão tendo nas famílias e na sociedade de um modo geral. Qual é o olhar que se tem da infância hoje? Como ela está configurada nas leis e como se dá concretamente? Podemos constatar que aquilo que está legislado está distante da realidade.

Outros autores apontam que estamos vivendo uma mudança na concepção e na lida com as crianças. Postman (1982/2012) afirma que estaríamos vivendo o “desaparecimento da infância”, considerado, por esse autor, como um desastre social, como veremos a seguir. Mattar (2015), por sua vez, chama de “crise de parâmetros” o momento vivido entre pais e filhos, entre a família e a sociedade.

Ariès (1973/2015) indica que, até o século XV, não tínhamos a classe “crianças”. Estas viviam totalmente misturadas com os adultos, sem apresentar distinções. É, no século XV, com as mudanças sociais, políticas e as novas invenções tecnológicas e científicas, que se tem, então, o solo fecundo para vislumbrarmos a noção de criança. A partir do século XVII, elas começam a serem compreendidas, concretamente e sentimentalmente, diferenciadas dos adultos. Já no século XX, as crianças começam a desaparecer novamente, igualando-se ao modo de ser dos adultos, e estes passando por um processo de infantilização.

Postman (1982/2012) esclarece o que chamou de desaparecimento da infância. No fim do século XIX, após o envio da primeira mensagem elétrica, a noção de comunicação, de aprendizagem, começa a passar por transformações nunca vividas, que culminariam por diluir as diferenças entre a criança e o adulto. De lá para cá, tivemos avanços bastante significativos com relação a técnica e a tecnologia que envolvem a comunicação. “O telégrafo elétrico foi o

primeiro meio de comunicação a permitir que a velocidade da mensagem ultrapassasse a velocidade do corpo humano” (Postman, 1982/2012, p. 84).

A mensagem elétrica encurtou o tempo e diminuiu distâncias para a comunicação. Até então, a comunicação dependia do contato face a face ou da escrita para acontecer. Postman (1982/2012) assinala que, a partir desse feito, a informação perdeu seu informante. Isso, porque, ao ser construída a mensagem e enviada pelas vias elétricas, ela pôde ser ampliada e desdobrada ao ponto de não ser mais responsabilidade de ninguém.

Houve uma mudança e abertura de possibilidades na forma de se comunicar, de estabelecer contato. Para nos falarmos, eu não mais preciso dizer diretamente a você: podemos estar muito distantes, geograficamente, e, mesmo assim, conseguirmos nos comunicar e nos vermos. E o que isso resvalará na relação familiar? Na relação pais e filhos? A relação pode se dar mesmo sem a presença física? Todas essas informações, sem precedentes e destino, alcançam muita gente indiscriminadamente. Quais informações se quer que as crianças tenham? E quais ainda não?

A relação ponderada, organizada e periodizada de transmissão de conteúdo realizada nas escolas parece estar atropelada pela avalanche de informações que todos passariam a ter acesso. A questão se amplia ao passo que a comunicação elétrica não parou no telégrafo, e, ainda hoje, não podemos afirmar quais serão seus futuros desdobramentos tecnológicos. Postman (1982/2012) indica que, em meados do fim do século XIX e começo do século XX, tivemos diversas invenções, nesse sentido, que favoreceram ainda mais o aceleração do transporte das notícias e da comunicação. E, para o autor, é a televisão que assumiria uma posição de destaque entre eles. Um novo mundo simbólico aparece aí, o das imagens, estampas, desenhos, anúncios, antes pouco comuns.

Não se pode exagerar a importância desse fato. Pois enquanto a velocidade de transmissão tornou impossível o controle da informação, a imagem produzida em massa mudou a própria forma da informação, passando-a de discursiva a não-discursiva, de proposicional a apresentacional, de racionalista a emotiva. A linguagem é uma abstração da experiência, ao passo que as imagens são representações concretas da experiência. Uma imagem pode, na verdade, valer mil palavras, mas em nenhum sentido é *equivalente* a mil palavras, ou cem, ou duas (Postman, 1982/2012, p. 87).

Esse, para o autor, seria um ponto caro à questão do desaparecimento da infância. A partir do momento em que todos têm acesso a “todas” as informações que são veiculadas pelos diversos meios modernos de comunicação, passamos a não conseguir mais identificar diferenças entre crianças e adultos. As imagens dispensam a necessidade de saber ler,

interpretar, ficam mais próximas do entendimento infantil. O que não acontecia com a palavra escrita, que exigia a leitura e criava uma diferenciação entre quem era letrado, os adultos, e quem caminhava para isso, as crianças.

Seria um olhar possível para a situação da infância hoje, uma posição interessante para pensarmos o impacto que a ampliação das redes sociais, das tecnologias possam estar gerando na nossa sociedade e como atinge a infância. Não temos a intenção de afirmar que as mídias eletrônicas são causadores do fim da infância ou mesmo que estejamos passando pelo fim da infância, mas almejamos levantar esse questionamento, abrir a possibilidade para refletirmos.

Nesse sentido, Postman (1982/2012) discute algumas consequências desse movimento de total alteração dos meios de comunicação e relação interpessoal. Afirma estarmos vivendo o rompimento com as questões moralizantes e controladoras que vigoraram, especialmente, no século XIX, e estaríamos no caminho do modo medieval de sociedade. Sob o julgo do olhar moderno, talvez os medievais apareçam como bárbaros, um povo não civilizado, mal-educado, sem pudor ou vergonha. Crianças e adultos partilhavam de todos os momentos juntos, desde jogos, refeições e até trabalhos. Foi, a partir do século XVII, que se teve um forte movimento em prol da civilidade, do controle dos impulsos, da educação e do controle das crianças e jovens por seus pais e dentro das escolas.

Sendo assim, parece que aquela coesão valorizada para instituição familiar, na modernidade não mais persistiria,. Mattar (2015) retoma o que Costa apontou, em 1989, em seu livro *Ordem Médica e Norma Familiar: a família, no século XX*, não teria mais aquele espaço significativo de cuidadora, acolhedora, de lugar de pertencimento e de referência. O sentimento de família privada, de casa, de normas, o sentimento de pais e filhos, dessa relação específica, começou a ser modificado.

A autoridade do adulto sobre a criança perde força, e elas estão imersas, muitas vezes, indiscriminadamente, no mundo adulto. Nesse sentido, Mattar (2015) afirma que as crianças estão

ocupadas, medicalizadas, apressadas, equipadas, as crianças, hoje, compartilham de todas as determinações do mundo antes considerado adulto. Violência, sexualidade, festas, salões de beleza, ingestão de álcool, disputas judiciais em família, conflitos e separação dos pais, decisões sobre onde e quando estudar, sobre ver TV, usar o computador ou jogar vídeo-game, sobre o que comer e vestir, para onde viajar, ou sobre a compra de equipamentos eletrônicos de última geração, muito do que vem sendo delegado à criança, antes era decidido por seus pais (p. 31).

A criança, nesse mundo mediado pelas mídias, no mundo globalizado, poderá sofrer tanto quanto o adulto com a imediatividade que esses meios proporcionam. Receberá todas as informações sem preparo algum, e não há um controle do que chegará até ela. Isso, porque o modo com as informações estão organizadas permite que as crianças e adultos entendam o que está sendo transmitido.

Postman (1982/2012) chama os comerciais de parábolas, como as parábolas religiosas, e os critica por reduzirem as experiências e simplificarem as soluções dos conflitos. O autor cita a parábola da mancha na dobra do colarinho, na qual a mulher resolve com um sabão em pó especial, ou a do homem que corre pelo aeroporto, e o céu é alcançado na locadora de carros. Os comerciais são curtos, atraentes e generalizantes. Apresentam os produtos como se todos tivessem aquela necessidade a ser satisfeita e, quando contentada, alcançassem o céu que é acessível a todos, “o céu que é aqui, agora, na Terra, nos Estados Unidos, e quase sempre no Havaí” (p. 126). Esses comerciais são veiculados, assistidos por crianças e adultos e estão dizendo que não há problema que não tenha uma solução rápida, imediata e eficaz, possível de ser comprada. Entretanto, nem tudo se reduz a essa regra simplista. Nem todos têm a condição de comprar aquele produto milagroso. Entretanto, essa é a mensagem passada repetidamente para todos, inclusive, para as crianças, que crescem com vários anúncios desse tipo.

Parece, então, que não só alguns produtos, mas muitas outras coisas podem aparecer como tendo essa lógica mágica, uma solução milagrosa e rápida. Não seria essa a lógica do mundo atual? Ampliando essa visão, pensamos que, possivelmente, tal lógica perpassa as relações interpessoais, as relações familiares e as relações de trabalho, como se também fosse possível encontrarmos respostas instantâneas para os conflitos inerentes a elas. Ademais, a partir de nossa experiência com clínica infantil, podemos dizer que tal expectativa por uma resolução rápida está presente nos anseios dos pais e responsáveis que procuram o atendimento psicológico para seu filho.

Maria Rita Kehl (2003) partilha da mesma ideia de Postman e aponta, ainda, que os indivíduos estão em seus pequenos apartamentos e se colocam como se fossem independentes, distantes uns dos outros e cada vez mais próximos e refêns do poder do capital, propagandeado na TV. Hoje, os aparelhos celulares, computadores, *tablets*, unidos à TV, podem distanciar e minimizar as relações presenciais entre as pessoas. Criou-se uma dependência por tais aparelhos tecnológicos e uma distância entre os sujeitos jamais vista na história humana.

Kehl (2003) também afirma, a partir de Débord (1967), que a alienação do espectador fica maior quanto mais se assiste. Quanto mais se vê, mais se aceita e menos se consegue alcançar uma diferenciação daquilo que é mostrado na televisão e na mídia. Quanto mais se acredita que a felicidade é alcançada a partir de um sucesso profissional, que a alegria da criança está em ter a Barbie recém-lançada, que a vida vai ficar melhor se comprar o carro em lançamento, mais se distancia da realidade vivida e sentida.

Sendo assim, o que se percebe é que os conteúdos e as informações disponibilizadas a todos tornaram homogêneo o conhecimento da criança e do adulto. Ambos compartilham das mesmas pressões e anseios. Precisam alcançar sucesso, acumular riquezas, assistem já sem muita surpresa ou choque às reportagens dos telejornais e compram os produtos que são propagandeados no intervalo da novela das nove. Estão ocupados com todas essas requisições que precisam dar conta e ainda têm *Facebook*, *Instagram* para atualizar e grupos de *Whatsapp* para responder. Será que o tempo tornou-se escasso às relações face a face? Nesse passo pós-moderno, o sentimento de infância e de família pode existir? E Ariès (1973/2015) afirma que, quando tivemos o nascimento do sentimento de infância, foi justamente quando o de família também tornou-se forte, quando um se perde, o outro também será modificado.

Para Ariès (1973/2015), a formalização da escola, a diferença que ela instaurou entre estudante infantil e adulto é que possibilitou essa classe, infância. As escolas tornam-se mais numerosas, e as crianças deixaram de ser enviadas como aprendizes para casas de outras famílias. Passaram a ficar dentro de casa, e houve movimento de separação entre a vida privada e a vida pública. O fechamento das casas, a divisão dos cômodos, o resguardo ao que é privado favoreceram o fortalecimento dos laços familiares e à construção do sentimento de família.

Ao constatarmos o movimento contrário que vem se dando, da abertura do privado ao público, assistimos a perda do lugar e sentimento de infância e da família. Os valores, antes formalizados nos tratados de civilidade que orientavam as relações sociais até o século XVIII, foram enfraquecidos, e a lógica do capital tem assumido com força dissolvendo as categorias criança e adulto.

As crianças estão se constituindo em famílias que, como Mattar (2015) bem pontuou, já não se consideram capazes a dar encaminhamento, educação, limites a elas. As crianças voltam a ser enviadas para fora de casa para receber educação, conhecimento, para ter as experiências necessárias para ser um vencedor na sociedade atual. O cuidado com os filhos parece estar terceirizado. Os pais trabalhadores e ocupados como são estão fora de casa para angariar fundos para o sustento das necessidades familiar, e as crianças estão nas escolas,

aulas de inglês, reforço, *internet*, celular, jogos, aprendendo como sobreviver nessa realidade social.

Parece ser uma questão muito contraditória e muito difícil de encontrar um equilíbrio. Qual a medida? Vivemos a desmedida, a falta de uma medida, quanto se deve trabalhar? Quanto se deve cuidar dos filhos? Quanto devemos estudar?

O modo como a criança e a infância foram descritas por Mattar (2015) e Postman (1982/2012) pode nos dar a sensação de que a criança seria, exclusivamente, um produto da família e da sociedade. Também, de que a criança é um ser em desenvolvimento, que está superando algumas fases até alcançar a maturidade tanto física como emocional e psicológica. Contudo, há estudiosos que trabalham essa questão, principalmente, a da dependência da criança de outro modo. Castro (2013) apresenta um outro olhar sobre as crianças, colocando-as em uma posição diferente em sua relação com a sociedade, fazendo um caminho contrário ao que, comumente, escuta-se falar dos infantes.

É fato que a criança, principalmente, nos primeiros anos de vida, apresenta dependência e necessita de alguns cuidados específicos para que possa ter satisfeitas suas necessidades básicas e, até mesmo, para que consiga sobreviver. Ela não tem capacidades para se alimentar sozinha ou se cuidar, sendo assim, precisa que um terceiro realize essas funções. Ainda assim, Castro (2013) afirma que, apesar da criança carecer de atenção especial em alguns momentos, não podemos reduzi-la a isso. O infante depende, sim, do adulto, entretanto essa dependência “não pode ser considerada atributo exclusivo da criança” (Castro, 2013, p. 25). O adulto se mostra tão dependente dela quanto a criança dele, embora essa dependência de um e de outro possa representar necessidades diferenciadas, como bem observa a autora:

a criança precisa ser cuidada e protegida pelo adulto, portanto, ela é incapaz de ser porta-voz de seus próprios desejos e direitos, e torna-se dependente do adulto para que este aja como seu porta-voz único e absoluto. (...) Na verdade inúmeros exemplos vem na contra-corrente desta perspectiva: a clínica psicológica de adultos e crianças pode trazer ilustrações contundentes de como adultos são psicologicamente dependentes de seus filhos: para serem felizes, para terem coragem e poderem ousar, em quem se apoiam em momentos difíceis, ou para serem elas, as crianças, seus porta-vozes, quando eles, os adultos, se sentem inseguros (Castro, 2013, p. 23).

A autora mostra que, apesar do referencial evolutivo, há outras maneiras de olharmos as crianças, já que esse modelo reduz, e muito, o modo de ser da criança e não levanta possibilidades de como os pequenos poderiam ser, mas traz aos olhos a forma como já está acontecendo. Tem-se uma visão adultocêntrica sobre o que são, como devem ser e para que

devem crescer e “evoluir” os infantes. As crianças não são meros reflexos do que a sociedade ou a família fez delas. Elas são constituídas, também, nessas relações. “Os países ocidentais modernos construíram uma infância tutelada, dependente emocionalmente da família, e juridicamente do Estado” (Castro, 2013, p.22). Ela aparece como aquela que se prepara para o futuro, para aquilo que será: o agora monta o que deverá ser lá na frente. “A definição social da infância como etapa preparatória para etapas subsequentes quando, então, ingressaria no mundo produtivo, resultou na espacialização da infância a determinados claustros – a casa e a escola” (Castro, 2013, p. 22).

Estando concentradas em poucos espaços de convivência e socialização, lidando com poucas situações, Castro (2013) chama a atenção para a possibilidade de estarmos construindo seres com dificuldade de socialização, preconceituosos e xenofóbicos, já que acabam por ter uma convivência muito restrita. As crianças teriam o seu acesso reservado a poucos lugares, como se a participação delas não fossem algo que acrescentaria ou contribuiria para as suas próprias relações.

Todos têm a capacidade de ação, “o conceito de ação, enquanto capacidade de intervenção no mundo” (Castro, 2013, p. 43). Não há dúvidas de que a criança tanto quanto o adulto apresenta tal habilidade. A criança age no mundo, é tanto construída nele como o constrói, deixa suas marcas. Essa capacidade de agir aproximaria, e muito, a criança do adulto, o homem da mulher, já que esse seria um atributo do homem de um modo geral, não restrito a uma de suas categorias. As diferenças entre eles apareceriam depois, não determinadas *a priori*, dotando crianças, mulheres e homens de categorias e parâmetros que deveriam ser alcançados e conquistados no futuro.

a ação enquanto capacidade humana, igual, portanto, homens e mulheres, crianças e adultos, mas enquanto acontecimento no mundo os diferencia fazendo-os aparecer na sua singularidade. Entretanto, a marca da diferenciação não pode ser de antemão determinadas, como, por exemplo, quando se atribuem características fixas tanto ao adulto, como à criança. Diferenças entre adultos e crianças emergem a partir de como se estruturam os cursos da ação para estes sujeitos, ou seja, o contexto de condições que possibilitam a ação para ambos. Neste sentido, tais diferenças são consequências contingentes da ação, não viabilizando a postulação de atributos que definem “naturezas” ou “identidades” (Castro, 2013, p. 43).

Partindo desse entendimento, propõem-se que suspendam um tanto das grandes teorias que explicam e descrevem o caminho a ser percorrido na infância e colocam todas as crianças da mesma forma e com fases já pré-determinadas a serem superadas, até atingirem o modo de ser do adulto. Esse entendimento de Castro (2013) se aproxima da visão que o referencial

fenomenológico-existencial apresenta sobre o ser do homem (adulto e criança), o qual será apresentado no próximo capítulo.

## 2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CLÍNICA PSICOLÓGICA

A área de atuação do psicólogo ainda mais conhecida em meio aos leigos e, também, uma das mais almejadas entre os estudantes de psicologia é a área clínica, que sofreu grande influência da perspectiva médica clínica, que surgiu no fim do século XVIII e meados do século XIX (Schneider, 2002).

Sabendo disso, na primeira seção deste segundo capítulo, almejamos sintetizar o percurso da psicologia clínica, retomando a partir do surgimento da clínica médica para que possamos compreender os fundamentos dessa prática. Com essa retomada histórica, podemos entender o sentido e o lugar que a clínica passou a ocupar em tais áreas profissionais, dando mais aporte para que possamos compreender as expectativas e as vivências de pais que tem seus filhos em processo de psicoterapia.

Para tanto, fundamentaremos nosso estudo em Michel Foucault, importante filósofo francês do século XX, que traz, em seu livro *O Nascimento da Clínica*, toda uma discussão sobre a trajetória que nos interessa aqui. Além dele, convidamos à discussão Schneider (2002), psicóloga e pesquisadora brasileira, que elaborou tese de doutorado rica no assunto, relacionando as contribuições de Foucault sobre a clínica médica com o percurso da clínica psicológica.

Dando continuidade ao trabalho, discorreremos sobre os pressupostos da Fenomenologia de Husserl e suas bases para a Psicologia Fenomenológico-Existencial na seção 2.2. E, por fim, na seção 2.3, deter-nos-emos na Psicanálise Existencial de Jean Paul Sartre, abordagem eleita para se pensar a clínica psicológica.

Sartre foi um filósofo francês do século passado, quem nos deixou um longo material muito significativo tanto para as temáticas da filosofia e da política como, também, da psicologia. Construiu uma proposta para a clínica psicológica, a qual intitulou de *Psicanálise Existencial*, seguindo sua filosofia e sua visão de homem. Será a partir dele que pensaremos a clínica infantil e a relação dos pais nesse processo dos filhos.

### 2.1 A história da clínica psicológica

Foucault (1977/2011), em seu livro *O Nascimento da Clínica*, afirma que o primeiro modelo de clínica médica não surgiu ao mesmo tempo em que podemos identificar o surgimento da medicina. Até o século XVIII, a ideia da clínica médica era muito pouco difundida, entretanto algumas práticas se aproximavam do que seria, mais tarde, a clínica,

como as práticas de médico e alunos fazerem visitas a hospitais e o acompanhamento de médicos mais experientes em seus atendimentos a doentes.

Foucault (1977/2011) afirma que, até meados do século XVIII, o entendimento da clínica médica estava pautado em estudo de casos, o qual foi, até aquele momento, um modo simplificado de se fazer clínica e um olhar clínico mais reduzido ao sintoma. No século XVIII, a medicina vivia o momento de se formatar enquanto ciência e, ainda, preconizava muito o empirismo, a verificação e a classificação do objeto que se estava estudando para que pudesse ser pensada enquanto ciência.

Nesse sentido, Schneider (2002) afirma que

Foucault irá nos mostrar como a “clínica dos casos”- reflexo do empirismo predominante no século XVIII, que preconizava a necessidade de sistematização de diferentes dados e informações, a descrição de situações experimentadas pelo doente, o cruzamento de uma série de fatos isolados a fim de chegar a um quadro de doença, conforme os procedimentos que caracterizavam o pensamento classificatório e que redundaram na constituição dos grandes sistemas e nosologias (Sydenham, Pinel e etc) – irá aos pouco sendo substituída por uma perspectiva experimental e científica, e levará à consolidação da clínica moderna, pautada na medicina anátomo-patológica do século XIX (Schneider, 2002, pp. 39-40).

E, nas palavras de Foucault (1977/2010),

No século XVIII, a clínica, é portanto, uma figura muito mais complexa do que um puro e simples conhecimento de casos. E, no entanto, ela não desempenhou papel específico no movimento do conhecimento científico; forma uma estrutura marginal que se articula com o campo hospitalar sem ter a mesma configuração que ele; visa à aprendizagem de uma prática que ela resume mais do que analisa; agrupa toda a experiência em torno dos jogos de um desvelamento verbal que nada mais é do que sua simples forma de transmissão, teatralmente retardada. Ora, em alguns anos, os últimos do século, a clínica vai ser bruscamente reestruturada: separada do contexto teórico em que nascera, vai receber um campo de aplicação não mais limitado àquele em que se *diz* um saber, mas coexistensivo àquele em que nasce, se experimenta e se realiza: ela fará corpo com a *totalidade* da experiência médica. Para isso, entretanto, ainda será preciso que seja armada de novos poderes, separada da linguagem a partir de que era proferida como lição e libertada por um movimento de descoberta (p. 67).

O autor continua a explicar que, a partir da Revolução Industrial, a medicina recebeu a função de controle higiênico e social. Os hospitais ganharam o caráter de serem, também, escola, e cabia ao professor de medicina explicar os signos e sintomas que iriam caracterizar cada doença. A observação e a análise dos signos e sintomas, a descrição exaustiva, juntamente, com os avanços da anatomia patológica permitiram avanços consideráveis à medicina e suas classificações e compreensões das doenças.

Schneider (2002) afirma, também, que, a partir da possibilidade do estudo e análise de cadáveres, o conceito de doença sofreu mais uma modificação, deixando de ser entendido como algo que acometia o corpo, como algo externo, para ser do próprio corpo. “A doença deixou de ser uma ‘espécie patológica’ que se inseria no corpo, para ser ele próprio tornando-se doente” (p. 41).

Pode-se, a partir de então compreender melhor quais as condições de surgimento, aparecimento da doença no movimento da vida e do corpo, quais são as possibilidades de prevenção e quais são as condições de exposição e de surgimento facilitado da doença. A medicina foi se distanciando da metafísica e se aproximando cada vez mais de métodos científicos, pautados no conhecimento advindo dos estudos anatomopatológicos (Schneider, 2002).

A psiquiatria veio acompanhando o movimento da medicina e confirmou-se enquanto uma de suas especialidade. Encontrou campo fértil na França do século XVIII e vem se desenvolvendo desde então. “Impregnada do espírito da época, tornou-se uma clínica de casos, corroborando para definir o indivíduo, definitivamente, como objeto científico”. (Schneider, 2002, p. 42)

Schneider (2002) destaca que a psiquiatria, desde sua constituição até seu movimento mais atual, sempre se viu dividida entre duas formas de compreensão sobre as doenças mentais: a perspectiva organicista e a perspectiva psicológica. A primeira afirma que as disfunções orgânicas, neurológicas ou bioquímicas seriam as causas dos transtornos mentais, até pouco tempo, ainda chamados de loucura. A segunda vertente afirma que as doenças mentais são causadas por questões psicológicas. Porém, o que ressalta a autora e que se faz importante salientar, aqui, é que ambas consideram “a existência de uma ‘natureza a priori’ (seja orgânica ou psíquica, racional) que determina a ‘doença’ e que, portanto, deve ser desvelada” (Schneider, 2002, p.43). Estando ambas presas ao racionalismo, há uma explicação, pontual e praticamente concreta, para a doença mental.

A psicologia clínica, por sua vez, aparece como a herdeira da psiquiatria no final do século XIX, após diversas mudanças no entendimento da loucura pela psiquiatria, quando a psicologia descola-se da psiquiatria e de outras áreas da medicina das quais sempre esteve muito próxima, como da neurologia.

Pode-se citar Charcot (1825-1893), médico neurologista, bastante importante para o caminho vivido pela clínica psicológica. Ele usou a hipnose para mostrar que os sintomas das histéricas não tinham uma causa orgânica. Foi base de estudo para a psicanálise, tanto com a hipnose como com a afirmação de que os sintomas histéricos tinham relação com a

sexualidade daquela mulher, e que a sexualidade no seu confronto com a moral tinha grande função para o desenvolvimento da loucura (Schneider, 2002).

Além de Charcot, Schneider (2002) chama a atenção para o trabalho e os estudos de outros estudiosos da época, que também são significativos para o desenvolvimento de uma clínica psicológica. Pierre Janet (1851-1947) estudou com Charcot e desenvolveu muitos estudos de psicopatologia de cunho, prioritariamente, voltado à Psicologia. Foi o primeiro a usar o termo “psicologia clínica”. E Sigmund Freud (1856 -1939), médico formado em Viena, que estuda, primeiramente, fisiologia, mas que, a partir dos estudos com Breuer, escreve seu primeiro livro, a *Terapia pela fala, ‘Estudos sobre a Histeria’*, onde traz o caso de Anna O. Passou um período estudando com Charcot em Paris e, lá, ficou encantado com a psicologia. Aprendeu a hipnose, a diagnosticar e a identificar os casos de histeria.

Freud montou uma clínica particular quando retornou à Viena e começou seus atendimentos utilizando a hipnose. Entretanto, passado certo tempo, percebe que os sintomas histéricos voltam depois que a paciente saía do transe. Então, o médico abre mão de tal método para se utilizar da ‘associação livre’, ou seja, o paciente fala, discorre sobre determinado assunto, e o psicanalista vai, em atenção flutuante, buscar não mais somente descrever os sintomas, mas interpretá-los, compreender e decifrar o que causa o sintoma. Freud partiu de sua autoanálise e da análise de outros tantos pacientes para desenvolver a sua proposta de psicanálise, com métodos e teoria específicas. Freud foi um dos grandes pensadores da psicologia clínica (Schneider, 2002).

A psicologia clínica da qual tratamos aqui, também, foi influenciada por outras vertentes, como a psicomетria. Em uma sociedade que estava tornando-se bastante competitiva e que precisava adequar todos para que seu funcionamento fosse o melhor possível, a quantificação de algumas das funções psicológicas seria de grande valia. Quantificar a inteligência, a aprendizagem, entre outros, gerou o desenvolvimento de vários testes que passaram a ser largamente utilizados na psicologia clínica (Schneider, 2002).

Schneider (2002) destaca, também, que foi com a psicologia experimental e seus estudos que a Psicologia foi tida como ciência independente e que ganhou legitimidade. Entretanto, a psicologia clínica veio em sua contramão para desenvolver um outro modo de fazer psicologia e de alcançar conhecimento psicológico que não esse modo empírico e experimental.

Os Estados Unidos foram um solo importante para o desenvolvimento da psicologia clínica. Com a Primeira e Segunda Guerra Mundial, fez-se necessário a avaliação dos soldados para a guerra e o tratamento deles no pós-guerra. No começo do século XX, houve a

multiplicação das clínicas psicológicas no país, e os estudos foram incentivados. Após a Segunda Guerra Mundial, a profissão do psicólogo foi regulamentada.

Schneider (2002) destaca, ainda, os trabalhos de Lagache, na França, como também sendo trabalhos significativos ao desenvolvimento da psicologia clínica. Até a metade do século XX, Lagache, que ocupou a cadeira de Psicologia da Sorbonne, propôs que os objetivos da psicologia seriam

aconselhar, curar, educar ou reeducar; ou melhor ainda, prevenir e resolver conflitos. A psicologia clínica deve responder à demanda do sujeito que sofre e que procura seus serviços para curar sua “dor”. Além disso, juntamente com outros trabalhadores sociais, o psicólogo clínico deve trabalhar situações concretas, contribuindo na prevenção dos problemas sociais, como a delinquência e a criminalidade. O método clínico foi pensando como sendo o levantamento e a análise de fatos através da observação, de entrevistas e da análise das produções do sujeito. A atividade fundamental que embasa o trabalho do psicológico e que viabiliza os objetivos citados é o diagnóstico, que é considerado a característica central do trabalho clínico (Schneider, 2002, p. 58).

Sendo assim, entende-se que questões relacionadas à cura dos sintomas, ao diagnóstico e à classificação do que estava acontecendo com o paciente se faziam já bastante importantes.

De modo geral, pode-se dizer que, até os dias de hoje, a definição do que seria uma psicologia clínica é bastante conflitante, e tem-se várias definições e propostas de atuação. Não há um consenso ou uma definição comum, entretanto, segundo Schneider (2002), podemos encontrar alguns pontos de convergência entre essas apresentadas e tantas outras que se desdobram a partir delas.

Schneider (2002) afirma que a psicologia clínica vai muito além do que simplificaríamos poderíamos pensar quanto ao seu local de trabalho, à prática do psicólogo que atua em consultório, em uma clínica. Esse seria, somente, um dos locais possíveis de pensar essa atuação clínica, mas jamais seria sua única forma. Também, não seria somente um estudo de caso. A autora aponta que a psicologia clínica poderia, então, ser pensada como um método, um campo de atuação do psicólogo e, também, como área de produção de conhecimento.

Seria, então, um método de como chegar a conhecer aquele que é atendido, cuidado, pelo profissional.

Um *método*, na medida em que postula a avaliação e o diagnóstico criteriosos da situação e da história do sujeito concreto que demanda sua atuação, a fim de viabilizar uma intervenção segura (seja ela preventiva, psicoterapêutica, educativa, etc) em sua realidade individual e

social, pautando-se nos princípios da ciência. Para tanto, utiliza-se de diferentes técnicas, sejam elas específicas (testes psicológico, dinâmicas de grupo) ou mais gerais (entrevistas, etc). Segundo, define-se enquanto um *campo de atuação* do psicólogo, inserido na área da saúde e voltado para a superação do sofrimento psíquico dos sujeito, seja em uma perspectiva individual e/ou grupal (famílias, equipes de trabalho, etc). Terceiro, implica na constituição de uma *área de produção de conhecimento*, ao ter como função, a partir da realização de pesquisas ou da prática, a elaboração de teorias e concepções acerca da realidade psicossocial e dos sujeitos nela inseridos, estejam em situação de sofrimento psíquico ou não. (Schneider, 2002, p. 61, grifos da autora).

Sendo assim, é clara a amplitude e a extensão que a psicologia clínica alcança. Desde Freud e sua então proposta de uma clínica em consultório, individual, muitas outras propostas foram sendo desenvolvidas e praticadas. Atualmente, tem-se muitos modos de se fazer clínica em psicologia, entretanto, neste trabalho, nosso foco ficará com as psicologias fenomenológico-existenciais, especialmente, a fundamentada no existencialismo do filósofo Jean-Paul Sartre.

## **2.2 A Fenomenologia de Husserl**

No período entre Guerras, na Alemanha, o matemático Edmund Husserl (1859-1938) torna-se conhecido como o pai da Fenomenologia. Acreditamos ser necessário, agora, retomarmos a proposta de Fenomenologia do estudioso, porque ela tornou-se fundamento para as psicologias de base existencial, para a Gestalt-Terapia, e os pressupostos desenvolvidos por Husserl são fundamentais para o pensamento sartreano. Sendo assim, vale entendermos como ele alcançou a noção de intencionalidade e como desenvolveu a fenomenologia (Moutinho, 1995).

No fim do século XIX, período em que Husserl escrevia, não somente na Alemanha, mas, de modo geral, na Europa, um novo sistema econômico, político e social consolidava-se, o Capitalismo. Sistema que enfatizava a racionalidade humana, uso da lógica, do pensamento, do questionamento dos princípios que normatizavam e guiavam a vida na Idade Média. Ideias que, em momentos anteriores, não poderiam ser pensadas, já que tudo era muito bem determinado e direcionado, principalmente, pelos princípios da Igreja católica. As teorias e filosofias tradicionais que organizavam a vida no feudalismo já não mais davam conta de todos os questionamentos que tornaram-se constantes na modernidade (Dartigues, 2003).

O movimento da construção da ciência, fundamentada no positivismo, previa que o conhecimento verdadeiro seria somente alcançado de modo objetivo a partir do uso de uma

metodologia cientificamente validada. As construções filosóficas e crenças que não respondiam a esse fundamento já não mais eram aceitas (Dartigues, 2003).

Como Dartigues (2003) afirma, a psicologia não escapou a esse olhar e, também, fundou-se sob um viés positivista e buscou, nos moldes das ciências naturais, os métodos para se fazer e se validar enquanto ciência. O que incomodava grandemente a Husserl é que, desse modo, os estudos de psicologia de sua época suprimiam as questões subjetivas do homem, já que não poderiam ser comprovadas de modo objetivo ou estudadas a partir dos métodos das ciências naturais, não sendo, então, concebidas como científicas.

Husserl estuda com Franz Brentano e tem acesso aos seus estudos sobre a diferença entre os fenômenos físicos e os fenômenos psíquicos que “comportam uma *intencionalidade* (Dartigues, 2003, p. 10, grifos do autor) e ratifica sua crítica ao modo como as ciências humanas reduzem o homem a elementos somente racionais, concretos, excluindo a subjetividade. Com relação a isso, Husserl entendia que a Psicologia, pretendendo ser a ciência dos fenômenos psíquicos, necessitaria encontrar métodos diversos daqueles das ciências naturais para conhecê-los, descrevê-los e compreendê-los, já que seu objeto de estudo é diferente.

Fundamentado nisso, Husserl propõe a fenomenologia, “o estudo ou a ciência do fenômeno. Como tudo o que aparece é fenômeno, o domínio da fenomenologia é praticamente ilimitado e não poderíamos, pois, confiná-lo numa ciência particular.” (Dartigues, 2003, p. 1). A proposta husserliana não visou somente “resolver” o problema da Psicologia, mas abrir uma nova forma de se pensar e estudar a realidade humana em todos os seus possíveis desdobramentos, partindo do fenômeno, daquilo que se desvela.

Husserl apontou que as teorizações não deveriam mais se fundamentar em outras teorias já prontas, mas que teriam seu ponto de partida na própria realidade, na experiência, naquilo que é vida, no estudo do fenômeno que aparece. Esse é o movimento que o filósofo chamou de “voltar às coisas mesmas”, voltar àquilo que seria comum, que seria o objetivo maior da fenomenologia, o fenômeno, para que os estudos e as teorias não fossem somente uma releitura ou críticas àquelas que já estavam postas, mas que superassem esse modo de pensar para um outro, partindo daquilo que se mostra.

Para estudar o fenômeno, Husserl, influenciado por Franz Brentano, compreende a consciência como intencional, ou seja, a consciência extrapola ao mundo para conhecê-lo e, nesse movimento, abre aos objetos do mundo o seu sentido. Os objetos do mundo, as coisas não estão *a priori* dotados de sentido, dotados de um modo específico de aparecer à consciência. É o movimento da consciência – intencionalidade – que vai alcançá-los e, nesse

movimento, o sentido se desvelará. É esse movimento que a fenomenologia husserliana busca estudar (Dartigues, 2003).

O objeto, para Husserl, é sempre objeto-para-uma-consciência, ele não será jamais objeto em si, mas sim objeto-percebido ou objeto-pensado, rememorado, imaginado, assim como a consciência também será sempre consciência *de* alguma coisa. O que Dartigues (2003) enfatiza é que a consciência e objeto não podem ser separados, como se quiséssemos alcançar a essência daquele objeto sem ser visado por uma consciência, eles são sempre essa correlação consciência-objeto. Sartre (1939/2011) compartilha dessa noção e afirma que consciência e mundo aparecem juntos, é co-originária a aparição deles, não há separação.

Para Husserl, o “voltar às coisas mesmas” seria reestabelecer essa correlação originária que antecede qualquer tipo de conhecimento, teoria ou filosofia. O que pretende não é retornar à interioridade do sujeito, como se esta existisse, mas voltar ao próprio mundo tal como a consciência o vive antes de toda elaboração conceitual, retornar à vida, a experiência como fenômeno (Dartigues, 2003).

Podemos afirmar que a intencionalidade da consciência que Husserl apresenta e Sartre ratifica é que a consciência é sempre consciência de alguma coisa, que só é consciência estando dirigida a um objeto, para alguma coisa, é consciência *de*. Assim sendo, o objeto só pode ser definido em relação à consciência, é sempre coisa para um sujeito, objeto visado por uma consciência, por alguém. Então, com a noção de intencionalidade da consciência de Husserl, abandona qualquer referência a uma suposta “interioridade”, a um encapsulamento ou solipsismo do sujeito. Não se concebe a consciência como uma “substância” em separado que, só posteriormente, entraria em relação com o objeto, mas, sim, a consciência é concebida como fluxo intencional. As coisas, os objetos são acessíveis somente na consciência, o que não significa que as coisas estejam dentro da consciência. O objeto só tem seu sentido e significação quando é objeto para uma consciência, e, quando ele não é visado por uma consciência, não se pode falar em objeto ou essência de objeto (Moutinho, 1995).

Partindo disso, Husserl pensou o método fenomenológico. Com o objetivo de realizar a proposta da sua Fenomenologia, de estudar os fenômenos, é preciso “voltar às coisas mesmas”, voltar-se ao fenômeno como ele aparece. Struchiner (2007) afirma que a proposta husserliana não seria um método somente para pesquisa, para a psicologia, mas um método para ser aplicado a outras ciências. A autora afirma que seria uma forma de encarar a realidade, uma própria mudança no olhar, um modo de pensar e viver as relações.

Struchiner (2007) pontua, ainda, que não poderíamos tratar a Fenomenologia somente como um método, pois não sairíamos do paradigma instrumentalista e tecnicista que Husserl

criticou nas ciências naturais. O método é o caminho o qual será percorrido para chegar a algum lugar. E, pensando a Fenomenologia, podemos dizer que seria o modo como se irá olhar o mundo: pelo olhar fenomenológico. Struchiner (2007) afirma, de modo até poético, que

acreditamos que compreender a fenomenologia apenas explicitando seus conceitos básicos sem se dispor a mudar a forma de olhar o mundo, sem de fato praticá-la, seja tão difícil quanto conhecer o sabor de um bolo a partir das informações contidas na receita, a respeito dos seus ingredientes e da forma de misturá-los (p. 3).

O método fenomenológico é a direção a ser seguida. Bello (2006) explica que, no percorrer desse método, teremos duas pausas. A primeira foi chamada de ‘redução à essência’, e a segunda de ‘redução ao sujeito’, entretanto Husserl dispensou a segunda pausa para a psicologia. Sendo assim, deter-nos-emos ao primeiro momento, à ‘redução à essência’ ou ‘redução eidética’ ou *epoché*.

Para explicar esse momento, a redução eidética, podemos pensar nas situações em que escutamos um barulho. Possivelmente, sabe-se que barulho é esse, se é de chuva, de uma máquina funcionando, da chave abrindo a porta. Segundo Bello (2006), Husserl teria explicado que sabemos que é som ou qual som é esse intuitivamente.

Somos capazes de intuir, isto é, colocar em perspectiva a essência, o sentido da coisa. (...) Entretanto, nem todas as coisas são imediatamente compreensíveis. De qualquer modo, compreender o sentido das coisas é uma possibilidade humana. Como o que nos interessa é o sentido das coisas, deixamos de lado tudo aquilo que não é o sentido do que queremos compreender e buscamos, principalmente, o sentido. Husserl diz, por exemplo, que não interessa o fato de existir, mas o sentido desse fato. Este é um ponto muito importante: existem fatos? Certamente, existem. Mas não nos interessa os fatos enquanto fatos, interessamo-nos pelo sentido deles. Por isso, posso também “colocar entre parênteses” a existência dos fatos para compreender sua essência (p. 23).

Deixando claro que não nos interessa exatamente e somente o fato concreto, mas o modo como esse factual é vivido. A existência factual das coisas remete à constatação de que cada coisa tem o seu sentido. Ao realizarmos esse movimento de colocar o fato em suspenso, colocar entre parênteses a existência das coisas entendida como factual – o que significa que ela não me interessa, não que não exista –, podemos alcançar o sentido. O que Husserl quis alcançar não foi o que é concreto, mas o sentido daquilo que se deu. Por isso, a ele, não era importante, talvez, a confirmação de fatos e a conferência deles, mas como foi aquela experiência (Bello, 2006).

Pensemos em outro exemplo: o de ver um livro. Vemos um livro e sabemos o que estamos vendo. Não o livro físico, mas o livro percebido, o ver o livro. Como é essa percepção, esse ver, tocar, entendendo que os objetos não entram na consciência quando o vemos, é sempre o movimento, a relação da consciência e mundo.

Struchiner (2007) aponta que, pelo método fenomenológico, busca-se reaprender a ver o mundo. Com isso e, contrariamente, ao que as leis das ciências propunham, a atitude fenomenológica requer uma humildade de ter

fé nas coisas mesmas, a silenciosa disponibilidade de deixar que elas falem primeiro, de deixar que o fenômeno se anuncie, antes de impor-lhe o nome e a teoria. É a capacidade de escuta verdadeira e a disponibilidade para se reconfigurar diante do novo que se apresenta a cada momento (p. 6).

O que a autora enfatiza seria um novo lugar, da espera, da postura do não saber, de precisar aguardar para que o fenômeno se mostre. Mesmo enquanto profissional, cientista, estudioso, o lugar seria do aguardar o desvelar do fenômeno e de colocar, em suspenso, as muitas teorias, técnicas e orientações. Postura essa que podemos dizer não ser tão simples. Como já mencionamos no capítulo anterior, vivemos na sociedade da urgência, do espetáculo, do efêmero, não da paciência e do acalmar. Em uma atitude fenomenológica, é fundamental esse aguardar, não somente entendido como o tempo cronológico linear, mas como atitude, como postura diante do fenômeno. Quando pensamos na clínica psicológica, isso torna-se essencial. A atitude do profissional em esperar que o analisando possa colocar o que aconteceu e como foi isso para ele. Um aguardar e confiar que as questões se mostram como são, realizando o esforço para que o olhar do psicólogo não seja tomado pelos rótulos, pelas classificações e estereótipos bastante difundidos socialmente. Dessa forma, abriria espaço para o acompanhar daquele que procura a clínica de psicologia.

O método fenomenológico, a epoché, tornou-se ponto central nas propostas das abordagens em Psicologia Fenomenológico-Existenciais. Não se tem, também, uma uniformidade entre os autores dessa linha teórica e tem-se várias possibilidades de aplicação delas na prática da psicologia de um modo geral. Aqui, deter-nos-emos à aplicabilidade clínica. A atitude de dar um passo atrás para aguardar o quê vai se desvelar antes do que a teoria diria, antes da classificação ou do próprio consenso social é algo caro a essa proposta clínica.

### 2.3 A Psicanálise Existencial de Jean-Paul Sartre

O pensamento sartreano recebeu influência, principalmente, da filosofia de Sören Kierkegaard (1813-1855), da fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938), da filosofia de Martin Heidegger (1889-1976), dentre outros filósofos e pensadores. Sartre apresentou, em seus escritos, uma proposta de compreender a realidade humana, de pensar o homem em sociedade bastante diferente das que vinham sendo postuladas e pensadas até então. Assim como alguns estudiosos de sua época, estava muito incomodado com as teorias e pensamentos racionalistas, com a dicotomia presente na maioria das filosofias e teorias sobre o homem que o dividiam em corpo e mente, homem e mundo, apresentando o ser humano como dotado de uma interioridade e uma exterioridade que ora poderia entrar em relação, ora não (Schneider, 2002).

Para Sartre, isso já não fazia mais sentido, a compreensão de homem, de subjetividade que ele vai apresentar e que se tornará muito rica à Psicologia, caminha contrariamente ao pensamento dominante até a metade do século XX. Ele foi um pensador muito estudado e importante ao pensamento moderno, mas também foi muito criticado. Em seu texto *O Existencialismo é um Humanismo*, de 1946, buscou explicar seu pensamento em respostas às muitas críticas que havia recebido pelo livro *O Ser e o Nada*, de 1943. Apesar disso, o pensamento sartreano tem se apresentado como muito rico e com possibilidades importantes para a aplicação clínica psicológica.

Segundo Schneider (2002), Sartre teve a intenção de remodelar a Psicologia e trazer, para essa ciência, novos horizontes, um novo modo de fazê-la a partir de um novo olhar sobre o homem, suas relações, seus modos de existir no mundo e principalmente sobre sua ontologia. No último capítulo de *O Ser e o Nada*, Sartre (1943/2011) apresenta sua proposta para uma possível clínica psicológica, a Psicanálise Existencial, que sofreu influências da psicanálise freudiana. Ambas as psicanálises entendem o homem como uma historização perpétua, todos os atos humanos comportam uma simbolização, consideram sempre o homem no mundo e situado nele e compartilha a ideia que o homem sozinho não estaria na melhor posição para refletir sobre si mesmo. Todavia, Sartre acabou por distanciar-se bastante da proposta de Freud, pois, por exemplo, não considera o inconsciente, e entende que nada poderá ficar abrigado na consciência, ela não é, para o filósofo, uma estrutura que guarda conteúdos e que retém o Eu. Para o filósofo, o Eu está no mundo e, tampouco, concebe uma instância inconsciente.

Em *Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl: a Intencionalidade*, de 1939/2005, Sartre declara que Husserl não se cansou de dizer que não se pode dissolver as coisas na consciência, as coisas não entram na consciência, a consciência é sempre translúcida, vazia, não há nada dentro dela. A consciência e os objetos, as coisas têm modos diferentes de ser e não entram na consciência, é a consciência que se transcende a todo momento e alcança o mundo. Sartre afirma que, se quiséssemos desenhar a consciência, mostrar como ela seria, teríamos que pensar em um estouro, jamais nada ficaria “dentro” da consciência. Como já dissemos, a consciência é entendida sempre como movimento para fora, como a transcendência de si para o mundo, para o que está *fora*, é relação com as coisas, com os objetos, a consciência *intenciona* as coisas, os objetos. As coisas aparecem para a consciência, não estão na consciência como se pudessem estar dentro dela (Sartre, 1939/2005).

Sartre (1939/2005) concorda com as críticas que Husserl teceu sobre as ciências humanas, que queriam compreender o homem a partir das mesmas regras e métodos das ciências naturais. Com esse pensamento, o estudioso combate muito do que se tinha na época sobre a consciência, psicologia, percepção, sensação e apresenta um modo especial de olhar o homem.

Conhecimento, representação, sensação são, para Sartre, uma das formas da consciência,. São apenas maneiras de descobrir, de desvelar o mundo, de estourar para o mundo. E é com esse entendimento do que seria a consciência, da intencionalidade e transcendência da consciência, que pensaremos o homem e suas relações.

Sartre (1943/2011) assevera que há maneiras diferentes da realidade humana estar aberta ao mundo a partir de uma percepção espontânea ou partindo da reflexão, o que ele nominou como consciência reflexiva e irreflexiva. A consciência irreflexiva – não posicional – seria o movimento mais impessoal e imediato: quando imagino o presente que vou ganhar ou quando assisto à televisão, escrevo ou dirijo, simplesmente o faço, não penso como o estou fazendo ou que sou eu quem está fazendo. A consciência reflexiva – posicional, posiciona o eu – já seria o movimento de me perceber enquanto escrevo, como escrevo, e a consciência reflexiva crítica ainda se desdobra no que significa o escrever, o dirigir, como é isso para mim. Esse modo da consciência posiciona o Eu no mundo e traz a compreensão de que sou eu quem faço a ação. Posso, então, pensar essa ação, o seu sentido, significado dela para mim.

Sartre (1939/2011), nesse sentido, afirma que

o que importa aqui é apenas mostrar que a ação como consciência espontânea irrefletida constitui uma certa camada existencial no mundo, e que não há necessidade de ser consciente de si como agente para agir – muito pelo contrário. Em suma, uma conduta irrefletida não é uma conduta inconsciente, ela é consciente dela mesma não-teticamente, e sua maneira de ser teticamente consciente dela mesma é transcender-se e perceber-se no mundo como uma qualidade de coisas (pp. 61-62).

Nesse sentido, podemos citar o exemplo dado por Sartre (1939/2011) sobre o cacho de uva. Vejo o cacho de uva e o acho atraente, caminho até ele e, quando me aproximo, percebo a incapacidade de alcançá-lo, está muito alto para arrancá-lo da parreira. Então, me viro e, com desdém, afirmo que está mesmo muito verde e, por isso, não quero pegá-lo para comer. Confiro, magicamente, ao cacho de uva a qualidade de estar muito verde, sendo assim, não vou querer mesmo comê-lo. Entretanto, não posso agir quimicamente sobre a uva para que fique realmente muito verde a ponto de estar ainda ruim para o consumo, mas posso atribuir a qualidade de não estar bom mesmo para que eu deseje comê-la. Esse movimento se dá sem que eu precise ter uma consciência reflexiva sobre meu agir. Não deixo de ser consciente, apenas não há reflexão.

Como nesse exemplo, quando pensamos sobre as emoções, que são um modo de perceber o mundo, de *viver* esse mundo, seria possível afirmarmos que estamos bravos, com medo, mas o medo ou a irritação não são, originalmente, consciência de medo: primeiramente, é medo, é medo *de* alguma coisa, é estar bravo com alguém. “A consciência emocional é, em primeiro lugar, consciência *do* mundo” (Sartre, 1939/2010, p. 56, grifos do autor). O modo como o mundo vai nos aparecer não, necessariamente, aparece a partir de uma consciência reflexiva, mas de um movimento irrefletido. A lida com o mundo não precisa ser ao modo da reflexão, na maioria das vezes, é ao modo irreflexivo, espontâneo.

Maheirie (2002) assevera que

Além disso, uma outra questão fundamental que surge na utilização desta perspectiva ontológica é que as emoções deixam de ser um fenômeno secundário na compreensão do sujeito. Emocionar-se é, de acordo com uma visão não dicotomizada do sujeito, uma possibilidade concreta capaz de proporcionar transformações na história singular e coletiva dos homens (p. 37).

É nesse sentido que Sartre (1939/2010, p. 65, grifo do autor) aponta que

a conduta emotiva não está no mesmo plano que as outras condutas, ela não é *efetiva*. Não tem por finalidade agir realmente sobre o objeto enquanto tal por meios particulares. Ela busca conferir ao objeto, por ela mesma e sem modificá-lo em sua estrutura real, uma outra qualidade, uma menor existência ou menor presença (ou maior existência etc.). Em suma, na

emoção é o corpo que, dirigido pela consciência, muda suas relações com o mundo para que o mundo mude suas qualidades.

Sabendo que Sartre entende que o homem é consciência e que não há como ser consciência sem corpo, o filósofo não descarta os fenômenos fisiológicos: eles não podem ser separados da conduta. Nas palavras de Maheirie (2002), “sendo corpo e consciência, ao mesmo tempo, o sujeito é objetividade (pois é corpo) e subjetividade (pois é consciência), não podendo ser reduzido a nenhuma destas duas dimensões.” (p. 35). É quando *vivo* o corpo que treme de medo, que transpira no momento de raiva, que posso *viver* a raiva, a vergonha, a alegria etc.

Sartre, em *O Ser e o Nada* (1943), afirma que não haverá consciência sem corpo, nem corpo sem consciência. É pelo corpo que se *vive* o mundo, que se está no mundo. O corpo biológico, material, que é vivido, pelo qual se sente a dor no peito, a sudorese, a tremedeira, que vai se poder *viver* o mundo e dizer o que são essas reações fisiológicas, pois, em si mesmas, elas não são nada. É na experiência do viver que se poderá dizer que o suar é pelo nervoso de falar em público. E é por estar nesse mundo, já dotado de sentidos e significações, que pode ser uma possibilidade ficar nervoso ao falar em público, por exemplo.

O que Sartre propõem é que o mundo, dotado de inúmeras determinações, compartilhado entre muitos homens, desvela-se de um modo singular a cada um. “Toda emoção tem uma significação própria” (Maheirie, 2002, p. 38). O modo como o mundo aparece ao pai, por exemplo, pode não ser dotado dos mesmo sentidos como se desvela ao filho. Questões essas que são fundamentais ao pensarmos a clínica. Compreender o movimento do paciente no mundo, nas situações trazidas à clínica, para que o psicólogo possa acompanhá-lo e compreendê-lo. Não reduzi-lo a classificações, mas compreender de que tristeza se fala, que alegria, como é ruim ou boa aquela experiência. Olhar para o fenômeno que se ilumina ali. O método fenomenológico, a visão de mundo que a fenomenologia husserliana apresenta está presente aqui.

Todo homem, no sentido genérico, tem a capacidade de se emocionar, mas nem todo homem se emociona pelas mesmos motivos ou objetos. Em contextos diferenciados, as motivações emocionais também são diferenciadas. Em um mesmo contexto, dois sujeitos podem não se emocionar pelas mesmas coisas. Portanto, as significações, compreendidas como superações concretas da objetividade, é o que garante a diversidade das possibilidades de emocionar-se. Tornando singulares os objetos coletivos, as significações expressam a subjetividade objetivando-se, espalhando-se e fixando-se nas coisas, nos objetos, no mundo. As significações estão em cada ato humano e estão presentes na totalização histórica, transformando-se ao longo dela, sendo superadas por outras significações que vão surgindo (Maheirie, 2002, pp. 38-39).

Entende-se, então, que a proposta sartreana pode buscar compreender a caminhada singular de cada sujeito, mas será sempre na relação com a construção social, com a coletividade, com o universal. O modo de ser no mundo de um sujeito é singular, porém não particular, por ser sempre em relação, compartilhado com outros sujeitos. Como Maheirie (2002) aponta, é a superação da objetividade posta e a construção de novas objetividades. O emocionar-se, o imaginar, o perceber são modos do mundo aparecer, que se revelam em cada ato humano singular, mas que foram mediatizados e construídos na relação com o universal.

Sartre (2010) continua explicando que, mesmo que se possa alcançar o entendimento do porque de eu “estar suando de nervoso” – “pois tenho apresentação a fazer para muitas pessoas” –, isso não significa que tenho uma consciência reflexiva – posicional – de me emocionar assim. Apenas estou nervoso, tento controlar essa emoção para realizar o trabalho e posso conseguir ou não. Mas não se tem, ainda, a consciência reflexiva sobre o sentido do estar nervoso ao ter que realizar a apresentação, que poderia ser entendido como o medo do julgamento de tantos *outros*.

Pensando um exemplo mais próximo da temática aqui estudada: quando um pai chega ao psicólogo e afirma “não aguento mais o meu filho. Ele me irrita. É muito desobediente, é estressado e não respeita os mais velhos”. Diante dessa queixa, tem-se que haver um cuidado para não recairmos na prescrição do nosso mundo e nos distanciarmos da criança e do pai que ali estão. É somente acompanhando esse pai, aguardando e compreendendo a criança que a questão se mostra. Talvez, o pai ou a criança possam ter uma consciência reflexiva sobre essa situação.

Voltamos a dizer que homem e mundo surgem ao mesmo tempo. Não que os objetos fáticos, concretos não estivessem aqui antes de “eu” nascer, mas só é mundo, para mim, na medida em que existo, mundo e consciência surgem juntos. E é nessa relação de consciência-mundo e mundo-consciência que a emoção pode aparecer. As emoções não são da ordem das sensações, da interioridade do sujeito. Não sou eu que as produzo, nem o objeto que produz em mim aquela emoção, mas é o modo como me relaciono com as coisas, é uma forma de estar presente às coisas, ao mundo. Sendo assim, Sartre (2010) nega que as emoções sejam conteúdos da consciência, a consciência é vazia, translúcida, não comporta nada dentro de si.

A emoção “tem um sentido, ela *significa alguma coisa para minha vida psíquica*” (Sartre, 2010, p. 91, grifos do autor). E não seria o afirmar que quem chora o faz por estar triste com alguma coisa. Isso seria o que autor chamou de reflexão cúmplice, reduzida ao que o mundo fala, ao que já temos pronto, que permeia o senso comum. A partir de uma redução

fenomenológica, da suspensão de tudo o que já está posto e da significação pronta, pode-se olhar para o fenômeno como ele se mostra, com as lentes da vivência de quem experiencia o choro, não com as lentes prontas do mundo. É nesse movimento que, por uma consciência reflexiva, em que se volta a consciência para esse choro, que se pode entender e pensar o significado dessa emoção, a alegria, a tristeza, o desespero, e como são elas para quem as vive.

Seria, nesse caminho, o fazer do profissional da psicologia, de acompanhar esse desvelamento e compreendê-lo, cuidando para que o sentido não seja atravessado e arrancado pelas determinações do mundo, pelo sopro do social, do que é preciso ser feito. O cuidado na lida com a clínica infantil precisa ser retomado a todo momento, a suspensão daquilo que esperam daquela criança naquela específica idade necessita ser feita para que se possa estar próxima a ela, junto no seu movimento no mundo.

#### **2.4 As regiões ontológicas do ser: o Para-si e o Em-si**

Continuemos com as ideias sartreanas. Para Sartre, homem e consciência coincidem, é um nada, que nasce em um mundo já posto e vai, em sua existência, buscar encontrar determinações para o seu ser. Não há nada que o determine ou o direcione *a priori*, é sempre um vazio que, no mundo e a partir das relações estabelecidas com ele e com os outros, vai buscar sua completude. Completude essa que, para o filósofo, jamais será alcançada, já que entende como sendo uma condição ontológica o nada como constituição do homem, é de sua constituição essa indeterminação. Haverá somente a possibilidade do homem caminhar para a totalização, para o fechamento, sem nunca alcançá-lo. O homem é ontologicamente vazio, negatividade, nada, não há como completá-lo ou fechá-lo, é sempre abertura, sempre busca de ser, é projeto em curso (Sartre, 1943/2011).

Na perspectiva sartreana, o modo de ser do homem é o que ele chamou de Para-Si. Ao contrário do modo de ser do Para-si, tem-se o modo de ser das coisas, o Em-si, aquilo que é fechado, acabado. Sartre (1943/2011) afirma que

o Para-si é o ser que é para si mesmo sua própria falta de ser. E o ser que falta ao Para-si é o Em-si. O Para-si surge como nadificação do Em-si, e tal nadificação se define como projeto rumo ao Em-si: entre o Em-si nadificado e o Em-si projetado, o Para-si é o nada. Assim, o objetivo e o fim da nadificação que eu sou é o Em-si. Logo, a realidade humana é o desejo de ser Em-si. Mas o Em-si que ela deseja não poderia ser puro Em-si contingente e absurdo, comparável em todos os aspectos ao Em-si que ela encontra e nadifica (...) dizer que o Para-si existe sua facticidade equivale a dizer que a nadificação é um vão esforço de um ser para

fundamentar seu próprio ser, e que é o recuo fundador que provoca a ínfima defasagem pela qual o nada entra no ser (p. 692).

O que Sartre (1943/2011) quis dizer é que é na existência que o homem irá buscar preencher a falta que é ontologicamente, vai tentar se construir, definir-se. O que significa que o Para-si vem ao mundo e se utiliza do que já está posto, das determinações do mundo, das construções sociais, para constituir-se a si mesmo. Por exemplo, as determinações e explicações do que seria ser mãe e pai. Classificações já criadas socialmente, funções já pré-estabelecidas do que a mãe deve fazer e do que o pai deve fazer. Como devem se comportar em relação à sociedade, como devem tratar as crianças. As convenções do que deve já conseguir fazer ou aprender uma criança com seus seis ou sete anos, como precisam se portar, o que é bom e o que é ruim. Essas convenções, de um modo geral, respaldam as escolhas, o comportamento, de muitos pais e mães, entretanto, não as encerram ou as determina.

O Para-si é o homem que surge no mundo já pronto, com um campo de sentidos já postos e, a partir do momento que existe, precisará se constituir, escolher seu modo de ser em meio ao mundo e aos outros. O Para-si somente pode existir situado, concretamente, geograficamente e, também, permeado pelos valores, costumes, tradições, modos de vida desse mundo (Sartre, 1946/2011).

Maheirie (2002, grifos da autora) pontua que

o Para-si é o tipo de ser que é *para si* mesmo, ou seja, é um tipo de ser que estabelece sentidos, significados para o mundo e também para si mesmo. Este tipo de ser já se faz, a principio, negação dialética do Em-si. Se o Em-si é *presença*, o Para-si é *ausência*; se o Em-si é *positividade*, o Para-si é *negatividade*; se o Em-si é *afirmação*, o Para-si é *negação*; se o Em-si é *imanência*, o Para-si é *transcendência*. Então, por meio da consciência, que é o Para-si, a subjetividade invade a objetividade, fazendo com que o *mundo* se constitua em uma “organização” que traz a marca da humanidade (p. 33).

Como Maheirie (2002) coloca, isso que já está posto, pronto, fechado, Sartre chamou de primeira região ontológica Em-si, que se apresenta de um modo distinto do Para-si. O Em-si é tudo que é fechado, opaco, tudo que é, que não coloca o seu ser em questão, não se volta a si mesmo. A mesa, a árvore, a garrafa, diferentemente do homem, da consciência, são o que são, são plenas de determinações, são, muitas vezes, pensadas *a priori*, são exemplos do que Sartre chamou de Em-si.

O Em-si existe no mundo e precisa do movimento do Para-si para que este diga que aquilo é uma pedra, e uma pedra serve para construir uma parede, e aquela é boa ou ruim, velha ou nova. A relação entre o Para-si e o Em-si não é possível ou facultativa, é uma relação

ontológica, é fundamental. O que nos retoma ao movimento de Sartre em tentar romper a divisão entre homem e mundo: ambos vão aparecer juntos, são co-origenários, não podemos mais pensar em homem sem mundo nem mundo sem homem, em outras palavras, consciência é sempre consciência de alguma coisa, e um objeto é sempre objeto para uma consciência. Lembrando que, em Sartre, homem e consciência coincidem.

Schneider (2002) contribui para essa discussão quando apresenta um breve resumo do que discorreremos acima:

Resumamos, então: vimos que o absoluto de subjetividade, que é não substancial, não se sustenta em si mesmo, já que a consciência é sempre consciência de algo, necessita, assim, das coisas transcendentais para existir, as quais ele não-é, ele é o nada. Eis que o outro absoluto, o de objetividade, é, então, indiscutível para a compreensão da realidade. Este absoluto, independe da consciência para existir, posto que é ser em-si, porém, por não ter alteridade, só aparece, só é reconhecido, só é organizado por uma consciência. **Portanto, as duas regiões ontológicas que compõem a realidade, o ser e o nada, as coisas e a consciência, ou ainda, o Em-si e o Para-si, são dois absolutos, porém relativos um ao outro.** Relativos porque, o primeiro (Em-si) existe independente do segundo (consciência), mas só se organiza, só ganha sentido, pela presença deste. O segundo (Para-si) para existir depende da relação estabelecida com aquele (com as coisas), apesar de ser distinto dele. Eis a ontologia de Sartre (grifos da autora, p. 82).

Sabendo, então, que o homem é o nada e, na existência, tentaria tornar-se algo, já que sua abertura, sua indeterminação jamais cessariam de aparecer, encontramos o que Sartre chamou de liberdade. O Para-si é negatividade, é consciência, é totalização-em-curso, é liberdade de escolha para se construir no mundo e somente é livre por estar em situação, por ser ser-no-mundo, ser da relação. É, necessariamente, aquilo que se fizer de si.

Em o *Existencialismo é um Humanismo*, de 1946/2010, Sartre almejou radicalizar que a liberdade não é uma possibilidade para o Para-si, mas é exatamente o Para-si. Reforçando o que já havia apresentado em *O Ser e o Nada*: “o homem não pode escolher não ser livre” (Sartre, 1943/2011, p. 542), “o homem é condenado à liberdade”. Não há como fugir desse fardo, a liberdade é condição ontológica.

A liberdade que somos, apresentada por Sartre, não é uma liberdade de obtenção, de conquista e também é bastante diferente das paixões e das vontades como o filósofo bem explica. A liberdade é fundamental, a vontade é tardia, só se pode almejar, querer alguma coisa a partir do fundamento de que se é livre. Aquilo somente pode me aparecer como uma possibilidade de desejo dentro de um mundo, de uma situação.

Sendo, então, radicalmente livre, o homem é também responsável por aquilo que faz de si. O homem é consciência, é liberdade, é responsabilidade. Segundo Sartre, tentaremos

fugir a estas, porém não será possível, seremos sempre indeterminados, tendo de lidar com a gratuidade da existência, o vazio que somos e abertura para as possibilidades que se mostram.

A responsabilidade carrega a condição de ter que arcar com aquilo que vem do que escolhemos ser. Entretanto, nem sempre é cômodo ou fácil sustentar a liberdade que se é. Sartre entende que a escolha é um fardo que temos de carregar, não podemos nos escolher não livres. Isso pode trazer o que o filósofo chamou de angústia, o entendimento que se é aquilo que se fez de si, que não há determinações outras, que não há como radicalmente fugir disso, tem que se escolher. Até mesmo o não escolher já é uma escolha.

Diante dessa angústia, da condição de liberdade, Sartre (1943/2011) apresenta a tentativa de se colocar como não livre, a má-fé. A negação da condição ontológica de liberdade atua como se não o fosse, como se houvesse determinações e limites à liberdade que se é.

Na má-fé, não há mentira cínica nem sábio preparo de conceitos enganadores. O ato primeiro de má-fé é para fugir do que não se pode fugir, fugir do que se é. Ora, o próprio projeto de fuga revela à má-fé uma desagregação íntima no seio do ser, e essa desagregação é o que ela almeja ser (Sartre, 1943/2011, p. 118).

Mesmo na má-fé, a liberdade ou a responsabilidade não lhe são negadas ou obstruídas. É, também, escolha estar na má-fé, nesse movimento de apagar a angústia, de dissimulação das possibilidades de escolha, para, talvez, assentar-se em determinações sociais, em prescrições culturais e afastar a necessidade de escolha.

Independente do modo como vá se colocar no mundo, como irá se escolher frente a muitas possibilidades que se abrem, o homem continua a ser abertura, a ser totalização-em-curso, a ser projeto. Sartre (1943/2011) apresenta todos os fundamentos para a ideia de projeto fundamental, escolha originária, que não diz de uma escolha primeira, como se seguisse uma ordem cronológica ou linear, mas diz de um modo mais fundamental da articulação existencial do Para-si.

O homem é liberdade e, ao passo que existe, precisará escolher o seu ser. O modo como o faz Sartre denominou de projeto, a escolha que cada homem faz de si. Pode-se entender projeto como o projeto de fazer uma faculdade, de se casar, de ter filhos, de ser feliz, entre outros tantos que vamos estabelecendo durante a vida, mas o modo como esses projetos são construídos e colocados em ação, vividos, dizem de algo mais originário, de uma escolha fundamental, que dá sentido a todas as outras escolhas feitas no cotidiano. Seria esse o projeto fundamental, como chama Sartre (1943/2011):

alcançaremos uma escolha que permanece única e que, desde a origem, é a concretude absoluta: as condutas detalhadas podem exprimir ou *particularizar* essa escolha, mas não poderiam concretizá-las mais do que já é. Isso porque essa escolha nada mais é do que o *ser* de cada realidade humana; e tanto faz dizer que tal conduta em particular *é* ou que exprime a escolha original desta realidade humana, pois, para a realidade humana, não há diferença entre existir e escolher-se (p. 700).

Maheirie e Pretto (2007), nesse sentido, afirmam que

o projeto existe desde que o sujeito é lançado no mundo e se encontra condicionado a todas as experiências vividas, as quais oferecem um contorno ou uma coloração particular que resultará no diferencial entre o projeto de um sujeito e de outro sujeito. É uma totalidade de sínteses dialéticas de superações e conservações de aprendizagens passadas e presentes em favor de um futuro. Caracterizado por ser dinâmico, o projeto é sempre atualizado e se constitui num movimento de totalizações, retotalizações e destotalizações incessantes (Maheirie & Pretto, 2007, p. 458).

Sendo assim, fica claro que o projeto fundamental ou escolha originária, como já foi dito, não é entendido como a primeira escolha feita, mas como a escolha sobre a qual o sujeito vai se construir. Esse, no entanto, não é algo fixo ou que possa ser “escolhido” somente uma vez e deva ser seguido.

A proposta sartreana, então, de uma *Psicanálise Existencial* perpassa por tudo que foi apresentado até o momento, e, como Sartre colocou, seu objetivo é elucidar o projeto fundamental de quem procura o psicólogo clínico. Sartre (1943/2010) apresenta o seu método para a Psicanálise Existencial dizendo que

por outro lado, a pura e simples descrição empírica só pode fornecer-nos nomenclaturas e colocar-nos frente a pseudoirredutíveis (desejo de escrever ou de nadar, amor ao perigo, ciúme e etc.). Com efeito, não convém catalogar a lista das condutas, tendências e inclinações, mas, outrossim, é preciso *decifrá-las*, ou seja, saber *interrogá-las*. Tal investigação só pode ser levada a cabo segundo as regras de um método específico. É este método que denominamos psicanálise existencial (p. 695).

Vê-se, então, que a proposta sartreana é de encontrar um modo de fazer a psicologia clínica, mas que leve em consideração sua visão de homem. De homem como liberdade, liberdade não de obtenção, de conquista de tudo aquilo que se deseja, mas de eleição. Liberdade que implica em angústia, frente à gratuidade que se é, da falta de determinações. Um método que compreenda o homem enquanto ser singular, mas que se constitui em relação, em um mundo carregado de objetivações.

Nascimento, Alt e Campos (2012), quando pensam a possibilidade de uma clínica psicológica de orientação sartreana, afirmam que Sartre não nos deixou exemplos de casos clínico, mas percorreu algumas biografias, realizando os seus métodos e buscando compreender o projeto existencial dos personagens estudados. O que aconteceria diferente na clínica, já que esse percurso seria trilhado acompanhando o “analisando” e aguardando para ver aquilo que se mostraria a partir das ações, condutas, e diálogos travados entre analista e analisando.

Sartre (1943/2011) deixou claro que o princípio de sua proposta de clínica psicológica

consiste na assertiva de que o homem é uma totalidade e não uma coleção; em consequência, ele se exprime inteiro na mais insignificante e mais superficial das condutas – em outras palavras: não há um só gesto, um só tique, um único gesto humano que não seja *revelador* (p. 696).

Para Sartre (1943/2011), o psicólogo continua nesse caminho, a seguir o analisando em cada ação, cada escolha relatada e compreendendo o sentido delas, que, provavelmente, terão relação com o significado da escolha mais originária, porque Sartre propõe que se faça uma comparação entre as ações do sujeito, para compreender, nas variadas escolhas, no que se aproximam. O Para-si está inteiro em todas as suas ações, o seu ser se revela sempre em cada ato, em cada escolha, e acompanhar como se dão favorece a construção e o desvelamento do projeto fundamental.

Quando dizemos isso, não almejamos deixar a ideia de que esse projeto seria inconsciente para o sujeito, então, por isso, precisaria passar pela psicanálise existencial para ser revelado. Homem é sempre consciência, não há um momento que seja inconsciente, o que se espera aqui é que o homem tenha conhecimento de seu projeto.

“Se o projeto fundamental é plenamente *vivido* pelo sujeito e, como tal, totalmente consciente, isso não significa em absoluto que deva ser, ao mesmo tempo, *conhecido* por ele” (Sartre, 1943/2011, p. 698, grifos do autor). No início de *O Ser e o Nada*, Sartre (1943/2011) buscou esclarecer a diferença entre conhecimento e consciência, e o conhecimento seria uma das funções da consciência. No processo da Psicanálise Existencial, busca-se clarificar o projeto existencial e torná-lo conhecido à consciência.

Esse projeto, essa escolha de ser no mundo não é algo dado, distante da realidade vivida desse sujeito. Para Sartre, como retoma Vaccaro (2014), o sujeito é a síntese dessa relação homem-mundo, de subjetivação da realidade factual posta, políticas, sociais, familiares, econômicas e a objetivação delas no mundo.

É por este motivo que, numa perspectiva existencial sartreana, diz-se que não há uma subjetividade absoluta, mas sim uma subjetividade objetivada e esta irá se objetivar novamente através da práxis, da ação do sujeito. E é neste movimento dialético entre o objetivo e o subjetivo que o sujeito irá construir sua história e também a história coletiva (Vaccaro, 2014, p. 85).

Vaccaro (2014) continua afirmando que o sujeito realiza, na sua existência, o movimento de interiorizar o que está pronto, construído e exteriorizar as suas construções. “Nesta perspectiva histórico-dialética, é entendê-lo como um projeto que interioriza a exterioridade e exterioriza a interioridade, ou seja, entendê-lo a partir de um processo dialético de superação da realidade dada, rumo a um campo possível.” (Vaccaro, 2014, p. 85). É sujeito singular e universal, vai do universal da história e da construção da humanidade ao seu produto, seu singular não é determinado por essa realidade, pode transcendê-la. Compreender o sujeito que nos chega na clínica seria, então, fazer, também, esse movimento de compreender suas relações, seu contexto histórico e social para que se possa compreender o modo como vem se escolhendo ser.

Entendeu-se, então, que, em Sartre, ao se buscar compreender o sujeito, será preciso pensá-lo sempre em e na relação com o mundo, com outros sujeito, sempre o movimento singular-universal, corpo-consciência, subjetivo-objetivo, sem a possibilidade de polarizações ou de distanciamento. Sendo assim, o método sartreano para desvelamento do projeto fundamental precisaria perpassar por todas essas dimensões, sempre considerando o sujeito social.

O Método Progressivo-Regressivo, o qual iremos agora descrever, foi apresentado por Sartre em uma outra obra posterior ao *O Ser e o Nada*, de 1943, na *Questão de Método*. O método a nós é bastante importante para pensarmos tanto o modo como será conduzido os atendimentos na clínica como o movimento que será feito com os colaboradores dessa pesquisa.

Segundo Diogo e Maheirie (2007),

o método sugerido pelo autor busca compreender as ações dos sujeitos em relação às suas condições objetivas. Este movimento, que é *progressivo-regressivo*, vai da singularidade à universalidade, retornando à singularidade, numa perspectiva histórica, contemplando passado, presente, futuro (p. 141).

Quando as autoras afirmam isso, podemos pensar que o método nos permitirá duas sínteses, como Maheirie e Pretto (2007) colocam: “síntese horizontal, que é relativa à

temporalidade, e uma vertical, relativa à singularidade na multiplicidade” (p. 460). Elas serão alcançadas percorrendo alguns momentos. O primeiro deles seria a descrição, a descrição fenomenológica que já aparece em Husserl.

A descrição fenomenológica é fundamental para a efetivação do método. Partindo da premissa de que ser e aparecer são a mesma coisa, a descrição tem por finalidade trazer à tona a situação do ponto de vista do sujeito que retrata, contextualizando-a na existência do mesmo com toda sua significação e vivência. Resulta num exercício de “olhar com o olhar do outro”, o que, ao mesmo tempo, esclarece para o sujeito e para o pesquisador o fenômeno vivido. (Maheirie, 2007, p. 460).

A descrição e o cuidado para olhá-la pode possibilitar que o pesquisador/psicoterapeuta se aproxime da experiência do sujeito, estar próximo de como foi, para ele, determinada situação, buscando realizar, também, e, em todos os momentos seguintes, a redução fenomenológica. Ou seja, almejar abandonar as concepções, as ideias, os valores pessoais para conseguir “olhar com o olhar do outro”, e não estar na posição de julgamento ou de avaliação, mas de compreensão. Nesse sentido, Vaccaro (2014) complementa que

contudo, o abandono das crenças e preconceitos não significa que devemos abandonar todo o conhecimento já produzido sobre as coisas e os homens, uma vez que a descrição deve sempre se fazer à luz de uma teoria geral, ou seja, de uma concepção de homem e de mundo. O que deve ser abandonado são as deduções apriorísticas sobre o objeto que iremos nos debruçar (p. 84).

Partindo da descrição, daquilo que o sujeito traz, relata e expressa da situação vivida ou sentida, podemos pensar no segundo movimento, o analítico-regressivo. Este diz respeito ao movimento de vai-e-vem que iremos realizar juntamente com o terceiro movimento, o progressivo. O segundo movimento nos leva ao passado, para compreender a realidade concreta experienciada pelo sujeito, seu contexto social, histórico, político, econômico, as suas condições, as possibilidades que lhe foram ofertadas. É um retorno não somente à história singular do sujeito, mas à história coletiva, pensando o momento histórico como, também, a experiência singular naquela época (Vaccaro, 2014). Importante para que se possa compreender de *onde* é que o sujeito nos fala, de qual realidade, de quais oportunidades.

Vai-se, então, no sentido contrário, de partir do presente em direção ao futuro, não mais um retorno, mas um avançar no tempo para compreender qual é o ponto que se quer alcançar com aquele trajeto de vida. Preocupou-se em entender de onde é que o sujeito falava,

agora, preocupa-se com o onde se quer chegar e como vem realizando esse caminho no presente.

Vê-se, então, que a *explicação*, que supõe relações de causalidade, não é um recurso apropriado quando utilizamos o método progressivo-regressivo, mas sim a *compreensão* das relações que o sujeito estabelece com os outros, com seu corpo, com o passado e o futuro, com as coisas e com a natureza (Vaccaro, 2014, p. 84-85).

E, a partir desse método, alcançamos as sínteses horizontal e vertical. A síntese horizontal, no que se refere à temporalidade, não uma temporalidade linear de retorno ao passado, passando para o presente e, depois, ao futuro, mas mostrando a dialética dos tempos em Sartre, que não se restringe a essa fixidez. “Já a síntese vertical visa compreender o sujeito como uma singularização da coletividade, como um produto do coletivo ao mesmo tempo em que é produtor dessa coletividade” (Vaccaro, 2014, p. 88).

Ainda acerca do método, Maheirie (2007, pp. 460-461) esclarece que

a compreensão cúmplice parte da racionalidade do próprio sujeito, sua inteligibilidade e os fatos históricos vividos por ele. A compreensão crítica, por sua vez, implica vislumbrar outras possibilidades diferentes daquelas escolhidas pelo sujeito em sua história, bem como a elucidação do caminho que percorreu, instrumentos de reflexão ou de alienação que lançou mão e que caracterizam seu movimento vivido. A realização da compreensão, nestes termos, pode estar permitindo um futuro aberto para o sujeito. Isto quer dizer que os sujeitos e as situações históricas podem se fazer diferentes do que são, já que considerar a temporalidade e a mudança, pode estar ampliando suas possibilidades de ser no mundo. Tal postura tende a evitar reducionismos e certo conformismo com realidades as quais visam submeter o sujeito a acreditar no caráter a-histórico de sua constituição singular e da realidade na qual está inserido.

Nesses termos, guiados pelo objetivo da pesquisa, podemos entender que aquilo que os pais trazem sobre os seus filhos estão integrados à realidade histórica em que vivem, pois pais e filhos são sujeitos, e nosso esforço, nesse estudo, é não reduzi-los a qualquer conformidade, como assinala Maheire (2007). Tendo, então, apresentado a fenomenologia de Husserl e a filosofia de Jean-Paul Sartre, e de ter conhecido os seus respectivos métodos, podemos olhar a infância a partir desses pressupostos.

Quando pensamos o ser ‘criança’, sustentados no pensamento sartreano, não a entenderemos como uma promessa de ser adulto, como um ser em desenvolvimento, de que, na infância, estaria em um momento menos desenvolvido até alcançar a maturidade na idade adulta. Como se, de antemão, já se pudesse pré-determinar e definir como seria o desenvolvimento do infante até alcançar o pleno desenvolvimento no futuro.

Ademais, já se notou que a criança descrita na legislação, o que está contemplado sobre o modo de ser criança nas leis que visam preservar a infância, não correspondem ao que temos na prática. Não se trata da mesma realidade, o que se tem na lei e as crianças que temos vivendo, pois trata de uma criança genérica, de uma criança que está na média, e não uma criança com suas singularidades situadas.

Pretto (2013) explica que podemos encontrar amparo firme na filosofia de Jean-Paul Sartre, quando buscamos olhar a criança na situação, a criança como ela se mostra na vida. Assim, já não partiremos de teorias postas sobre como “deveriam ser” as crianças, mas lidaremos com o modo como elas se mostram.

Não podemos confundir certo ordenamento na aquisição de aprendizagem entre as crianças ou certa homogeneização no modo das crianças experimentarem suas infâncias, em contextos similares de vida, com a universalização da infância. Essa homogeneização parece ser conquistada mediante densas mediações sociais, governamentais, escolares, familiares, biomédicas, enfim, que buscam uma linear padronização. Além disso, o que deve ser salientado é que esta padronização se dá de modo diverso em cada contexto, ganhando contornos específicos conforme a diversidade racial, étnica, de classe, de gênero, de contexto geográfico, etc. Junto a isso, a singularidade de cada criança e a sua diferença põem por terra as generalizações. Essa constatação nos alerta para o fato de que, no Brasil e fora dele, não podemos mais operar com a lógica universalizante na compreensão do processo de fazer-se criança, bem como fundamentar as práticas dirigidas a elas nessa mesma lógica (Pretto, 2013, p. 624).

Sendo assim, a visão de homem apresentada por Sartre se mostra rica para pensarmos o ser criança. Sartre, como já foi mostrado neste capítulo, entende o homem como um ser que nasce vazio e vai, em suas relações, constituindo-se e construindo seu modo de ser. Tendo que se haver desde sempre com o seu ser. Não há nada que, *a priori*, determine-o, não há um modo pré-estabelecido de como deva ser. O homem nunca é, sempre está sendo, está se fazendo desse modo, não há como enquadrar e classificar esse modo, encerrando, assim, suas possibilidades de ser diferente daquilo que se faz.

Esse pensamento não se difere quando pensamos a criança, visto que o homem já nasce vazio, já nasce liberdade e sendo liberdade é, também, responsabilidade por aquilo que fará de si. E, em Sartre, a liberdade e a responsabilidade são ontológicas, não são conquistadas com a maturidade ou com o desenvolvimento. Sendo assim, quando pensamos as crianças, já a entendemos como liberdade, como responsável pela constituição do seu ser.

Consideraremos, sim, que a criança, quando nasce, também já nasce em uma família, em um contexto histórico, social, econômico e político, e que estes são bases para seu desenvolvimento. Esses elementos são entendidos por Sartre como a situação, são pontos

concretos, estão dados e são base para a constituição do homem. Todavia, não podem ser entendidos como determinantes do modo que a criança escolhe ser. Nada pode determiná-la, há sempre outra possibilidade e outras formas de significar essa situação dada que pode ser escolhida por ela. O que nos interessa é o que será feito daquilo que fizeram dela, e isso já se dá desde o começo da vida, nos primeiros anos, não é algo resguardado a um futuro, dá-se a todo momento.

### **3 A CLÍNICA PSICOLÓGICA INFANTIL: UMA PROPOSTA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL**

Aqui, gostaríamos de nos deter, principalmente, nas especificações que envolvem o atendimento psicológico clínico de crianças, tomando como referencial e norte a filosofia de Jean-Paul Sartre e sua proposta de uma Psicanálise Existencial. Não temos o intuito de oferecer um manual para a aplicação desta, são reflexões sobre a possibilidade do atendimento infantil em uma perspectiva fenomenológico-existencial, amparada pela filosofia deste pensador.

A Psicanálise, de modo geral, contempla a ideia de desenvolvimento infantil com fases e etapas bem determinadas que todas as crianças passariam até alcançar a maturidade. Como Prizskulnik (1995) afirma, a partir de Winnicott, entende-se que as crianças têm uma tendência inata ao amadurecimento e desenvolvimento, e que os pais teriam a função de favorecer esse processo que já seria próprio delas. Sendo assim, a criança tem, em si, elementos que a levariam para o desenvolvimento.

Além da psicanálise, que é uma das teorias hegemônicas que se tem para pensar a clínica infantil, tem-se muitas outras abordagens que também trazem a ideia de etapas de desenvolvimento com características bem definidas. Na contramão das abordagens que partem de fases do desenvolvimento, encontra-se a perspectiva fenomenológico-existencial, que a mim apareceu de modo particularmente especial, no sentido de não partir de uma noção desenvolvimentista da personalidade e, portanto, essencialista do homem. Perspectiva essa que não fornecendo qualquer compreensão e descrição do desenvolvimento, não nos ‘direciona’ para uma essência de criança pré-definida. Por outro lado, lança-nos à relação e ao encontro com o outro, para que, a partir daí, o profissional possa desenvolver o seu fazer clínico.

Sendo assim, partindo de uma ideia de homem que é o nada, que não tem pré-determinações, que não encontra respaldos para se fazer ser, na perspectiva fenomenológico-existencial, somos lançados à relação, convidados a nos aproximar, conhecer e acompanhar aquele que nos procura. E seria nessa aproximação, nesse acompanhar, que poderíamos possibilitar ao outro desvelar os sentidos de sua experiência, visto que são esses sentidos que iluminam nossas ações.

Feijoó (2017), pesquisadora de referência na perspectiva fenomenológico-existencial, defende uma proposta de Psicologia que retorne à experiência, que esteja mais próxima da vivência do que de conceitos, de diagnósticos ou de explicações.

A possibilidade de uma Psicologia que não se deixa seduzir pelo canto da sereia do discurso científico, passaremos a pensar por meio de uma linguagem que, distante do discurso da ciência, possa nos abrir outros campos de explicitação da experiência humana como a literatura, a poesia e a filosofia (p. 19).

Para essa autora, uma possibilidade rica para pensarmos a clínica seria através da literatura. Esta descreve a situação e procura trazer para o leitor a vivência dela, pela qual os personagens estão passando. O psicólogo que se dispõe a atender sob o olhar da perspectiva fenomenológico-existencial situa-se para além dos diagnósticos, das teorias e se encontra na relação com o analisando.

Os estudiosos do saber *psi*, quando querem pensar em uma psicologia que não se sustente nas bases objetivas e causais próprias das ciências naturais, passam a buscar as suas bases de sustentação nos estudos da filosofia, da literatura, dentre outros. Assim, esses estudiosos do saber *psi* tentam escapar do reducionismo presente no modelo científico que tanto influenciou as diferentes teorias psicológicas. A psicologia que denominamos existencial, ao sair das perspectivas que tomam o homem como naturalmente dado, tenta se reencontrar com aquilo que é mais original da existência, ou seja, a experiência. Para podermos conquistar o acesso à experiência faz-se necessário, primeiramente, desembaraçarmo-nos das malhas do conhecimento dado pelos modelos explicativos e interpretativos (Feijoó, 2017, p. 20).

Sobre essa proposta de psicologia clínica, já discorremos no capítulo anterior. Agora, será olhada a partir do viés do atendimento clínico infantil, já que objetivamos levantar reflexões sobre esse fazer. Como bem apontou Britto (2017),

o grande legado da fenomenologia husserliana à Psicologia é o convite a uma atitude de retorno às coisas mesmas, ou seja, ao fenômeno, à experiência tal como é vivenciada. A proposta aqui não é, então, apresentar uma nova teoria para pensar a psicoterapia infantil, mas convidar a uma atitude clínica que recue diante das teorizações, explicações e de um pensamento técnico diante do ser do homem. A aposta é em uma visada que descansa, contempla, acompanha, aguarda, silencia, aproxima-se da experiência (p. 166).

Isso, porque se entende que, talvez assim, possa compreender o sofrimento, a dor, o incômodo, a alegria, o sentimento, a experiência que o outro – a criança – traz e compartilha com o psicólogo na clínica. Como Britto (2017) mesmo assinala, não é que o outro modo de fazer seja “algo ruim ou errado, mas a clínica que posiciona as coisas antes que elas se apresentem talvez distancie mais do que promova um acompanhar existencial” (p. 166). Desse modo, podemos cuidar para aguardar o fenômeno se desvelar, sustentando o caráter de indeterminação do homem, já que é sempre totalização em curso, e não buscando definições

que enclausuram, que fecham, e respostas racionais para algo que transcende a ordem do racional e, muitas vezes, não cabe dentro dessas definições.

Feijó (2017) aponta que a clínica fenomenológica existencial espera que o analisando fale por si mesmo, e não encontre à sua frente a leitura já pronta de seu discurso, como tendo somente aquela possibilidade de compreensão. Mesmo buscando fundamentar nosso olhar nessa proposta da Psicologia Fenomenológico-Existencial e compreender a clínica infantil como também sendo campo para uma atuação do psicólogo a partir dessa visão, encontramos dificuldades. Britto (2017), ao relatar sua experiência, compartilha que, mesmo estudando, realizando supervisão, em alguns momentos, ainda se percebia escorregar no discurso do nosso tempo, no racionalismo e nos ideais de uma psicologia positivista. Acabava por sair do lugar do psicólogo para assumir o lugar de educadora, disciplinadora, distante já da proposta da Psicologia Fenomenológico-Existencial.

Esse relato de experiência ratifica aquilo que já explanamos no primeiro e no segundo capítulos: somos sempre ser-no-mundo, constituídos nele e por ele e, também, construtores desse mundo. Não há como buscarmos a cisão entre homem-mundo, o que dizemos, aqui, é sobre a necessidade da suspensão dos ideais determinantes, redutores e classificadores do nosso mundo, para que possamos estar com a criança que nos chega. Caso contrário, estaremos distantes, buscando colocar a criança dentro da teoria, fechando-a em rótulos que pouco dizem de sua experiência singular. Distanciando-se, assim, da criança e se aproximando somente daquilo que dizem sobre o ser criança. Entretanto, nem sempre se mostra fácil esse movimento. Mesmo sendo psicólogos e buscando uma atuação contra a maré em que vivemos, é preciso pausas, cuidado e reflexão, para que, como colocou Feijó (2017), não caiamos no canto da sereia.

Especialmente quando pensamos nas crianças, reconhecemos haver diversas orientações de como elas devem ser, de como devem se comportar, de tudo que precisam dar conta para, no futuro, alcançarem o sucesso tão almejado. Ao nascerem, as crianças já têm objetivos a atenderem e se constituem, nesse mundo, em meio a essas relações e essas expectativas. As crianças que nos chegam na clínica, pode-se supor, são as que, de algum modo, desviaram desse trilho para o sucesso, e isso, na expectativa dos pais, da escola e de outros, torna-se um problema para o psicólogo resolver. Quando pensamos nos pais, também entendemos que isto não se dá sem um sofrimento, e uma tristeza por parte deles.

Foi nesse sentido que Britto (2017) descreveu a dificuldade de, em alguns momentos, não completar a fala do paciente, não dizer que o ritmo do paciente era muito acelerado, que precisaria ir mais devagar ou que era muito repetitivo em suas brincadeiras, entre outras

avaliações e julgamentos que estamos expostos a fazer durante o atendimento. Ou seja, também pode ser difícil para o profissional da psicologia não buscar corresponder com aquilo que já é esperado e julgar ser um problema aquilo que foge a esse padrão pré-estabelecido. Como se o psicoterapeuta também entrasse na lógica do mundo, de, ao se olhar a criança, já saber como é que ela deveria estar. Dessa forma, estaria bastante distante de ambos os métodos propostos, tanto do método fenomenológico como do método progressivo-regressivo. Esse distanciamento não se mostra como algo positivo, já que, com esses métodos, tem-se a oportunidade de abrir, com o analisando, novas possibilidades de ser, novos modos de lida, de se relacionar.

O método fenomenológico, a atitude fenomenológica, como bem deixou claro Struchiner (2007) e foi explicado no capítulo anterior, tem como proposta olhar o mundo a partir de um viés humilde do não saber, praticando a paciência, a atenção e aguardar para que o fenômeno pudesse aparecer. A necessidade de praticar a suspensão fenomenológica, de atuar com uma atitude fenomenológica para poder estar com o analisando na experiência, precisa ser a todo momento retomado. Caso contrário, corre-se o risco de, na clínica, realizar um trabalho de moralização, de educação, disciplina e de correção das crianças. Faço minhas as palavras de Britto (2017):

A clínica que se quer defender neste estudo é aquela que permeia o afinar de um olhar que estranhe, que desconheça, retirando-se da perspectiva que sustenta uma ótica que geralmente põe e dispõe da lida com as coisas do cotidiano, um olhar que já tem as coisas acabadas, um olhar que logo completa, tampona, um olhar que tem tudo como dado (p. 166).

Sendo assim, o psicólogo perde o lugar do saber, do conhecimento e recai no não saber e no sustentar esse espaço do não saber para a criança e para os seus pais para poder compreender o que se dá ali. O psicólogo não tem, aqui, a teoria que explica, que diz sobre como deve ser nesses casos e com essa idade, e buscará fugir aos diagnósticos, não por desconsiderá-los, mas por entender que estes, por si só, não podem dizer algo que esgote a experiência de um sujeito. Dessa forma, espera-se que o modo de ser do sujeito que nos chega apareça, para que se possa acompanhar, com ele, suas escolhas e sua própria escolha de ser no mundo.

O mesmo cuidado deve haver para com o método progressivo-regressivo de Sartre, que já diz de um acompanhar, de caminhar do passado, presente e futuro do sujeito. Lembrando que, em Sartre, não entendemos a temporalidade como lineares, como determinante do passado, do presente ou do futuro. Entende-se que o passado, mesmo

enquanto Em-si, já dado, acabado e fechado, faz parte da constituição do sujeito, e este terá o espaço que lhe for dado na vida presente ou futura. O sentido do passado é retomado a cada momento, está sempre em jogo na dinâmica existencial, na medida em que a vida é temporal e não há possibilidade de negar aquilo que já se deu. O que se pode é viver o passado de infinitas formas diferentes. É a partir do movimento de descrição, de percorrer a constituição histórica do sujeito, das suas relações, de como foi realizando suas escolhas que se pode compreender o sujeito. Não encontraremos uma só escolha, um só ato que não diga da escolha de ser que o sujeito sempre faz de si. Assim, poderemos compreendê-lo e conhecer seu projeto fundamental, não para que o psicólogo alcance isso, mas para que o analisando possa ter uma consciência reflexiva sobre o modo como se escolhe, como se coloca nas relações e possa, a partir daí, perceber o modo como vem se fazendo e escolher se quer manter, se quer mudar, uma vez que, conhecendo e tendo refletido sobre isso, novas possibilidades podem se abrir.

Feijoó (2017) chama a atenção ao uso da literatura para pensarmos essa psicologia e utiliza o *Menino Maluquinho*, de Ziraldo, o *João sem medo*, dos irmãos Grimm, e *Bentinho*, de Machado de Assis, para exemplificar que, se esses três personagens fossem encaminhados ao psiquiatra e ao psicólogo, muito provavelmente, os três sairiam com diagnósticos e prescrições de medicações para favorecer um bom prognóstico de seus casos. Seriam vistos como problemas que precisam de medicação para serem controlados, suas condutas seriam transtornos, teriam nomes. Ziraldo descreve o Menino Maluquinho como tendo vento nos pés, menino que não se aquietava em momento algum; João sem medo era destemido, não sabia o que era temer algo ou alguém; e Bentinho transformou-se em *Dom Casmurro* de tanto que ficou obstinado por Capitu. Poderíamos ter, então, três diagnósticos: o hiperativo, o destemido e o obsessivo-compulsivo, respectivamente.

Esses exemplos de Feijoó (2017) refletem a lida com a existência que impera em nosso tempo, e é a ela que os profissionais da Psicologia Fenomenológico-Existencial não querem se render, porque se entende que se pode, realmente, classificar os sintomas, nominá-los, descrevê-los de modo genérico, entretanto isso estaria distante da experiência, da experiência da criança. O objetivo dessa proposta de atendimento é de se dispor a acompanhar a experiência e compreendê-la, não justificá-la ou explicá-la.

Não devemos nos esquecer, conforme salienta Freitas (2015), que a maior porção dos estudos feitos sobre as crianças e para as crianças foi elaborada a partir de um olhar e lugar do adulto, não a partir do olhar da criança. Aquilo que se fala e se teoriza sobre a infância é feito sempre por alguém que já ‘saiu’ da infância e já não mais vivencia a experiência de ser

criança. Sendo assim, o que sabemos sobre a criança e a infância é, prioritariamente, o que os adultos entendem delas. É pelo que os adultos entendem ser um problema com as crianças que estas, muitas vezes, chegam à clínica de psicologia.

Azevedo (2002) afirma que, na maioria das vezes, a criança não chegará a clínica sozinha, tendo ela mesma identificado a necessidade de passar por esse profissional. Terá sempre, atrás de si, um adulto que percebeu o sofrimento ou o comportamento inadequado e a encaminhou ao psicólogo. Podem ser os pais ou cuidadores, o médico, professores ou outros membros da escola, o juiz ou advogado. Sendo assim, alguém, que não a criança, entende que aquele comportamento, aquele modo de se portar na vida precisa ser tratado.

Os motivos pelos quais esses adultos direcionam a criança ao psicólogo são vários: a dificuldade de aprendizagem; as altas habilidades intelectuais; a falta de adaptação a questões escolares; a apresentação de comportamentos inadequados; o desrespeito às normas e regras familiares, sociais, escolares; as dificuldades de relacionamento com outras crianças, com familiares; o sofrimento; a tristeza, tanto dos pais como as percebidas nas crianças entre outras tantas queixas possíveis. Porém, a grosso modo, poderíamos resumi-las em uma falta de adequação ao convívio e às exigências sociais, adequação essa que, em tese, garantir-lhes-ia um futuro promissor, como bem assinala Feijó (2017):

a pretensão com a psicoterapia é de que a criança possa entrar na cadência das determinações do mundo moderno. Espera-se que a criança seja estudiosa, alegre, comunicativa, esperta, ou seja, tenha as características necessárias para se tornar um adulto produtivo. Aquelas que não se mostram como recurso potencial para a produtividade, são alvos da preocupação da escola e dos pais. E por não corresponderem ao potencial requerido no mundo da técnica, recebem o rótulo de criança problema. E os pais, conseqüentemente, também são rotulados como incapazes e culpados por não terem tratado de modo suficiente um manancial energético (p. 41).

Diversos autores que estudam a clínica infantil afirmam ser importante estar atento à queixa trazida pelos pais ou responsáveis, buscar compreendê-la e, também, acolher esses pais que chegam. Aqui, entendemos que essa compreensão se faz significativa, já que esses pais são a mediação da criança com o mundo e que suas queixas são as queixas do mundo, do horizonte histórico onde nos situamos. Não há como, então, pensar os pais, os filhos e o que entendem como sendo um problema sem compreender as demandas e as requisições do mundo em que vivem. Precisamos compreender quais são as queixas do mundo, as requisições do mundo, o universal, para compreendermos como isso aparece no singular, em determinados pais e filhos.

Ao nascer, a criança já nasce em uma família, em um lugar social, permeada por expectativas desses pais e sob o olhar deles. É a partir desse lugar que a criança vai se constituir. Para Sartre (1943/2011), somos sempre liberdade, e liberdade situada, situada em nosso contexto histórico, social, político, econômico, que nos é apresentado, primeiramente, pela e na família. Sendo assim, essas relações familiares são bastante significativas e importantes ao nosso olhar clínico, especialmente, quando nos chegam crianças bem pequenas que tem pouco convívio social além do convívio familiar.

Compreender quem são esses pais, que família é essa, quais são seus valores, princípios, como se relacionam, o que entendem como sendo certo e errado, bom ou ruim, quais experiências permitem que seus filhos tenham, faz parte do processo psicoterápico. São dados que podem ser importantes, não para julgá-los ou classificá-los como bons pais ou não, mas para compreender a partir de onde a criança se constitui. Sabe-se que muitas questões dessa família específica já nos atravessa, afinal compartilhamos o mesmo tempo histórico. Mesmo assim, o que buscamos é como esse universal aparece a esses pais, como eles passaram pelo processo universalização-singularização e objetivação-subjetivação para ampliar a compreensão que teremos desse processo da criança.

Para ilustrar nossa discussão, no conto *A infância de um chefe*, Sartre (1939/1990) narra a história de Lucien, filho de uma família burguesa em Paris, e demonstra como o movimento da família, as expectativas dos pais, as relações sociais que os pais tinham iam, também, construindo sua rede de relações e como, nesse contexto, Lucien se construía e reconstruía, encontrava e desencontrava determinações para si. Nesse processo, quando novo, por vezes, era chamado de ‘mocinha’ pelas amigas da mãe, e isso o fazia se questionar se seria mesmo menino ou se seria uma menininha e até se sua mãe seria mesmo uma mulher. Chegava a questioná-la, mas as respostas da mãe não o aquietavam:

Talvez ela tivesse sido outrora um menino e lhe tivessem posto vestidos – como fizeram com ele, aquela tarde – e ela houvesse continuado a vesti-los para parecer uma moça. Apalpou carinhosamente seus belos braços gordos, que, sob a seda, eram macios como manteiga. Que aconteceria se alguém tirasse o vestido de sua mãe e ela pusesse as calças de seu pai? Talvez lhe nascesse, de repente, um bigode preto (Sartre, 1939/1990, p. 142).

Os valores sociais e o modo como uma criança deveria ser aparecem no conto, e, também, como atravessavam a experiência existencial de Lucien. Não o atravessam determinando seu comportamento ou o sentido que iria direcionar sua vida, mas o atravessavam e contornavam sua constituição. E, a partir deles, escolhia os seus valores.

Repetiu: “Eu gosto da mamãe!”, mas sua voz pareceu-lhe estranha, sentiu um medo terrível e correu sem parar até o salão. Desde esse dia, compreendeu que não gostava da mãe. Embora sem se sentir culpado, redobrou seus carinhos, porque pensava que a gente devia fingir sempre amar os pais, senão seria um menino ruim (Sartre, 1939/1990, p. 146).

Nesse trecho, Lucien parece compreender que não gostar dos pais não é algo bem visto, então, mesmo percebendo que não gosta da mãe, prefere fingir e se mostrar sempre atencioso e cuidadoso com ela. Mais adiante na história, Lucien sai com o pai na rua e percebe que os operários passam por ele, olham-no com respeito e tiram o chapéu para cumprimentá-los. Seu pai era respeitado como chefe desses homens e explicava ao filho o que seria isso de ser chefe e, que o filho também se tornaria um quando crescesse.

- Será que me tornarei também um chefe? – perguntou Lucien.
- Mas certamente, meu rapaz, foi para isso que você nasceu.
- E em quem eu mandarei?
- Bem, quando eu morrer, você será o dono da usina e mandará nos operários.
- Mas eles também estarão mortos.
- Então, você mandará nos filhos deles, e será preciso que você saiba fazer-se obedecer e amar (Sartre, 1939/1990, p. 152).

No decorrer do conto, outros tantos trechos demonstram, desde a pequena infância até a idade adulta, o movimento de constituição de seu ser e como esse processo é sempre realizado em relação e na relação. “Ao longo do conto, o discurso de vários outros atribui sentido a definições identitárias que fazem Lucien articular as possibilidades do seu existir” (Britto, 2017, p. 170), ora são as amigas da mãe, ora a própria mãe, ora o pai, ora os amigos da faculdade: movimento que vai demonstrando que somos sempre essa construção e relação com os outros.

No conto sobre a vida de Lucien, Sartre (1939/1990) representou bem a angústia ante o nada, a indeterminação. Como o nada da existência fazia com que Lucien estivesse a todo momento buscando algo que o definisse. No entanto, mesmo que, por algum tempo, a definição fosse confortável, logo já não servia mais e, outra vez, estava lançado à gratuidade. Nas palavras de Britto (2017):

O jovem personagem se movimenta ora checando quão preso poderia estar a alguma das definições com que se depara, ora objetificando-se a partir do que lhe era dito sobre si, ora angustiando-se com a inevitável impossibilidade de estar atado a quaisquer designações. O que se pode ver é Lucien, em seu caráter de ser-aí, angustiado com a indefinição de sua existência, buscando todo tempo muretas que o definam, mas que também o enquadram e limitam (pp. 176-177).

Observa-se que nada o contentava, e buscava encontrar alguma determinação que o fechasse, mas, novamente, seu caráter de indeterminação aparecia. Não há como fugir, seja na idade adulta ou no período que conhecemos como infância, do movimento do ser-aí, que sempre é relação com o mundo, não havendo dissociação entre homem-mundo. O homem está no mundo de modo gratuito, sem por que nem para quê, é na existência que vai buscando encontrar respostas. Pode se segurar naquilo que os pais, familiares, amigos respondem, entretanto são respostas que podem não se sustentar.

Saindo, então, da literatura e transpondo para a realidade, o que se dá é muito próximo a esse processo descrito através do personagem de Lucien. Sartre (1939/1990) mostra, no conto, o movimento que acontece com as crianças. E mostra que, desde muito pequeno, já se é liberdade, esta não seria conquistada com o decorrer da idade e da maturidade, é ontológica. Mesmo que o processo não se dê a partir de uma consciência reflexiva e nem reflexiva crítica, como foi explicado no capítulo anterior, já são feitas escolhas: o modo como Lucien se comportava, seus atos, a compreensão que fazia daquilo que falavam dele já dizia dele, da sua escolha fundamental.

É esse o processo que se pode acompanhar com uma criança na clínica existencial, o seu processo de constituição, de escolha de ser no mundo. Como é que ela vem se articulando, escolhendo-se em meio às possibilidades que lhe são oferecidas e em meio às possibilidades que ela vai elegendo. Como é a lida com os pais, com os colegas, com os professores. Isso já vem dizendo do seu projeto.

Britto (2017) retoma que tem-se aquilo que está pronto, fechado, as construções históricas, mas é no perpétuo movimento dialético objetivação-subjetivação que a existência acontece. “Justamente, porque suas articulações existenciais não são dadas *a priori*, não estão determinadas e limitadas, apesar de estarem atravessadas por seu contexto histórico, é que são sempre singulares” (p. 177). Sendo sempre singulares é que faz sentido o processo de psicoterapia infantil que aqui defendemos, de que o profissional busque não enquadrar e classificar a criança, mas que tenha uma postura de aguardar e de compreender.

Sendo assim, como já foi mencionado, as crianças chegam trazidas para a terapia por alguém, alguém que identifica que algo não vai bem. Essa queixa será sempre levada em consideração. Entretanto, autores como Azevedo (2002) e Mattar (2015) retificam a importância de cuidar da queixa encontrada, percebida junto à criança. A função maior do profissional que se propõe ao atendimento infantil é estar com a criança e compreendê-la e compreender como aquele problema, percebido pelos pais, aparece para ela, na sua vivência, na sua experiência, como está sendo lidar com aquilo ou até mesmo compreender a queixa

que ela própria pode trazer. Os pais são os arredores dela, quem as situam, precisamos deles, mas é fundamental abrir o espaço para que a criança possa se mostrar, não ficar naquilo que dizem dela.

Percebemos que os pais ou responsáveis estão diretamente ligados à psicoterapia dos filhos e não há como excluí-los, já que fazem parte da constituição daquela criança. Já percorremos uma parte da história para compreender que esses sentimentos de infância, pais e filhos, sentimento de família acompanham o momento histórico e não são estáticos. O que entendemos como sendo criança, hoje, não o era há sessenta anos. O que são, hoje, obrigações infantis, talvez não o serão no próximo século. Não temos como estagnar uma definição, um conceito e nem as relações e modo como elas se dão. Sempre seremos ser da relação, entretanto como essas serão não é já pré-definido.

Então, quando pensamos nas queixas dos pais e na expectativa que eles têm sobre a psicoterapia dos filhos, entendemos que falam das queixas e esperanças desse tempo que é o nosso. Os projetos que são construídos também não fogem a isso. É claro, dentro da perspectiva sartriana sempre levaremos em consideração o movimento singular de cada pai e de cada criança. Será esse projeto singular que buscaremos desvelar nas entrevistas que serão feitas com pais de crianças que estão ou estiveram em psicoterapia.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Retomando o que já foi mencionado na Introdução, realizamos uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, com enfoque fenomenológico, que buscou conhecer o projeto dos pais com o processo de psicoterapia de seus filhos. Foram entrevistadas 10 pessoas, seis mães e dois casais heterossexuais, os quais aceitaram participar do estudo. Ressaltamos que o projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá e obteve aprovação em todos os quesitos segundo o parecer número 2.140.466 (Anexo 1).

A pesquisa fenomenológica, segundo Andrade e Holanda (2010), intenciona conhecer o “sentido ou o significado da vivência para a pessoa em determinada situação” (p. 264). Sass (2014) aponta que, a partir do discurso do pesquisado, pode-se chegar à aproximação do fenômeno e, com um enfoque fenomenológico, deixar que o fenômeno se mostre, que venha à luz e possamos, assim, compreendê-lo sem pré-conceitos num movimento de voltar às coisas mesmas, tal como afirmara Husserl.

“Voltar às coisas mesmas” significa reestabelecer a correlação originária entre sujeito e objeto, que antecede qualquer tipo de conhecimento, teórico ou filosófico. Em nosso caso, buscamos pela correlação originária existente entre pais/mães e a psicoterapia de seus filhos. O que se pretende, então, não é retornar à interioridade do sujeito, como se ela existisse, mas voltar ao próprio mundo tal como a consciência o vive antes de toda elaboração conceitual, retornar à vida, à experiência como fenômeno (Dartigues, 2003).

Andrade e Holanda (2010) apontam que a proposta da fenomenologia, enquanto método de pesquisa e desvelamento do fenômeno, dá-se com a descrição da experiência do vivido – que somente pode ser trazido pelo sujeito –, e essa experiência sempre se dá no mundo, pois o sentido do que é vivido é singular e é relacionado ao modo do sujeito existir no mundo. “O mundo vivido, portanto, propicia ao pesquisador ir além do conteúdo meramente intelectual e alcançar o conteúdo afetivo-emocional, que é específico para uma determinada pessoa ou grupo” (Andrade & Holanda, 2010, p. 263).

Feijoo e Mattar (2014) destacam a necessidade de se ter cuidado ao realizar pesquisa em Psicologia com o método fenomenológico, pois os seus princípios básicos não devem ser perdidos, sejam eles: “a redução fenomenológica, a descrição dos vetores internos ao fenômeno e a explicitação das experiências” (p. 441). A redução fenomenológica pode ser entendida como uma mudança do olhar, o não mais partir daquilo que está socialmente naturalizado, que já é fundado em teorias postas, mas buscar a suspensão desses e de outros tantos pré-conceitos para que se possa estar na experiência descrita pelo próprio sujeito.

Assim, o que nos importou, num primeiro momento, foi a intencionalidade da consciência. Na Fenomenologia, diz Sartre (1939/2005), a consciência é entendida como movimento para fora, como a transcendência de si para o mundo, para o que está *fora*, é relação com as coisas, com os objetos, ela *intenciona* as coisas, os objetos. As coisas aparecem para a consciência, não estão na consciência como se pudessem estar dentro dela. Conhecimento, representação, sensação são, para Sartre, uma das formas da consciência. São maneiras de descobrir, de desvelar o mundo, de estourar para o mundo. É com esse entendimento que buscamos compreender o homem e suas relações; em específico, nesta pesquisa, a relação dos pais/mães com seus filhos e com o processo psicoterapêutico destes. Em nossa pesquisa, esse foi o momento da descrição do fenômeno e, para isso, seguimos algumas etapas, que serão apresentadas adiante no item 4.3, Análise dos dados.

Contudo, optamos por não ficar na descrição do fenômeno, mas em fazermos uma leitura reflexiva dele, uma discussão da descrição do fenômeno, subsidiada pelo pensamento existencialista de Sartre, o que se tornou o segundo momento da lida com os dados trazidos nos relatos dos nossos entrevistados. Sartre nos ajuda a entender que as singularidades do sujeito estão conectadas, estão intimamente relacionadas com o social, com a coletividade, com o universal. Sobre esse aspecto, Maheirie (2002), tomando Sartre por referência, aponta que a superação da objetividade posta constrói novas objetividades, ou seja, há a subjetividade entremeando isso, e, da mesma maneira que não é possível considerar a consciência e mundo separadamente, também é impossível ater-se à objetividade sem tomar, ao mesmo tempo, a subjetividade.

O emocionar-se, o imaginar, o perceber são modos do mundo aparecer, que se revelam em cada ato humano singular, mas que foram mediatizados e construídos na relação com o universal; o universal, por sua vez, é subjetivado, e assim por diante. Objetividade e subjetividade são fenômenos co-originários e co-existentes. Por isso, tomamos o cuidado de apresentar, nos primeiros capítulos da dissertação, um histórico, ainda que breve, da família, da infância e do que é ser-criança em cada época até os dias atuais, para que pudéssemos, num movimento regressivo, situar nossos entrevistados e seus problemas. Na lida com as entrevistas, esse foi o segundo momento do trabalho de análise e discussão, no qual procuramos perceber o projeto dos pais/mães com a psicoterapia de seus filhos. Isso também será descrito logo mais.

#### 4.1 Os participantes

Houve dificuldade em encontrar colaboradores para a pesquisa, já que, *a priori*, tinha-se imaginado que eles seriam contatados a partir da indicação de outros colegas psicólogos que realizam o atendimento infantil. Entretanto, houve uma resistência por parte dos profissionais em indicar, pois alguns entenderam, equivocadamente, que, ao fazer isso, estariam quebrando o sigilo dos atendimentos psicológicos. Explicamos que não era caso de quebra de sigilo, uma vez que eles, psicólogos, não nos diriam nada sobre o atendimento, somente nos indicariam contato de pais de crianças em atendimento, ou que já passaram por atendimento, caso estes autorizassem tal indicação. Ao aceitarem participar da pesquisa, seriam os próprios pais que nos passariam as informações, aquelas que se sentissem à vontade para compartilhar. Ao final, tivemos quatro colaboradoras indicadas por colegas profissionais da Psicologia que realizam o atendimento clínico infantil e quatro foram indicação de colegas e familiares que conheciam mães que tinham ou tiveram seus filhos em processo de psicoterapia.

Foram incluídos, na pesquisa, pais/mães que estavam ou estiveram com seus/suas filhos/as em psicoterapia e que tenham comparecido a duas ou mais sessões, no mínimo, com o psicólogo que atende/atendia seu/sua filho/a, ou seja, que tenham comparecido, pelo menos, na primeira entrevista e na entrevista devolutiva. Foram realizadas oito entrevistas semidirigidas com seis mães e dois casais heterossexuais. Uma das mães teve seu filho atendido por uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos. Cinco outras colaboradoras mantiveram seus filhos em psicoterapia em clínica particular: sendo uma menina e um menino na cidade de Nova Esperança<sup>1</sup>, um menino na cidade de Mandaguari e uma menina e um menino na cidade de Maringá<sup>2</sup>. Os outros participantes foram dois casais, cujos filhos, meninos, estavam em processo psicoterapêutico em clínica particular em Maringá. Os cônjuges compareceram juntos à entrevista.

Os colaboradores foram contatados via telefone, apresentei-me e expliquei no que consistia meu trabalho e a importância de poder contar com a colaboração deles. Não houve resistência em participar por parte de ninguém com quem entrei em contato. As entrevistas foram realizadas nas casas das famílias, em minha clínica particular em Maringá - PR ou em Nova Esperança - PR de acordo com a disponibilidade dos colaboradores, sempre presando

---

<sup>1</sup> Nova Esperança, cidade localizada no norte do Estado do Paraná, fundada nos anos 1950, com 28.983 mil habitantes (IBGE/2011),

<sup>2</sup> Maringá, cidade localizada no norte do Estado do Paraná, Terceira maior cidade do estado com 755 mil habitantes, (IBGE/2015) fundada em 1947 e emancipada em 1951.

pelo sigilo. No dia e local combinados para as entrevistas, apresentei, novamente, a pesquisa, e todos os colaboradores receberam, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice 1).

Foram convidados a participar da pesquisa as mães e os pais da criança, entretanto somente dois pais estiveram presentes na entrevista. Isso se deu, pois três mães estão divorciadas dos pais de seus filhos, e quem acompanhou o processo de psicoterapia foi mesmo a mãe; as outras três mães vieram sozinhas, pois os esposos, pais das crianças, estavam em horário de trabalho e não puderam participar da entrevista, além de, também, ter sido a mãe quem acompanhou o processo de psicoterapia do filho.

Para uma apreensão mais geral, segue um quadro com as informações dos colaboradores da pesquisa. Todos os nomes foram alterados visando preservar a sua identidade.

<b>Nome dos pais/mães</b>	<b>Nome da Criança</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Idade da Criança no Início do Atendimento</b>	<b>Duração/ Encerramento</b>	<b>Queixa Inicial</b>
Amanda	Antônio	Delegacia	2 anos	5 anos / Pais interromperam	Sofreu abuso sexual
Bruna Bernardo	Breno	Pais	5 anos	2 períodos de 6 meses/ Recebeu alta	Disfluência na fala e encoprese
Carol	Caio	Mãe	9 anos	9 anos / Com algumas interrupções e uma troca de profissional / Recebeu alta	Timidez; dificuldade de se expressar; tristeza.
Daniela	Drica	Escola	6 anos	5 anos / Mudou 3 vezes de psicóloga / Em atendimento	Dificuldades de aprendizagem e de relacionamento
Eliane	Eliton	Pais e Escola	10 anos	10 anos / 1 troca de profissional/ Recebeu alta	Dificuldades de aprendizagem e de relacionamento
Flávia Fábio	Francisco	Pais e Escola	4 anos	2 meses / Pais interromperam	Agressividade
Gilda	Guto	Mãe	9 anos	1 ano / Pais interromperam	Prevenir/amenizar sofrimento em virtude da separação dos pais
Hisla	Hilda		9 anos	1 ano / Em atendimento	Agressividade

Quadro 1. Participantes da pesquisa e informações sobre o atendimento psicológico

#### 4.2 As entrevistas

As entrevistas foram gravadas por um aparelho celular e transcritas literalmente, sendo esse o material utilizado para a análise. Pensamos como Andrade e Holanda (2010), que afirmam ser a entrevista um recurso amplamente utilizado e que pode permitir ao pesquisador “explorar a experiência vivida e o sentido que o mundo vivido tem para o entrevistado ou entrevistados, e perceber como diferentes sujeitos experienciam certa condição comum a eles” (p. 265). As entrevistas foram iniciadas com a seguinte questão norteadora: “Como é, para você, ter seu filho em atendimento psicoterápico? Conte-me o mais detalhadamente possível e desde o início: como está sendo/foi essa experiência para você.”. A pergunta norteadora visou suscitar o diálogo e a descrição da experiência vivida por eles.

Durante o diálogo estabelecido, quando necessário, outras perguntas foram feitas, tais como: “Como foi a escolha do profissional que o acompanharia?”; “Como era vivenciada a rotina dos atendimentos para vocês e para a criança?”; “Como foi, para vocês (pais/responsáveis), perceberem a necessidade do seu filho passar pela psicoterapia? Como foi, para vocês (pais), receberem essa indicação?”; “Como pensaram que o profissional da psicologia trabalharia com o seu filho? E como isso se deu?”; “Durante o processo de psicoterapia, vocês encontraram alguma dificuldade?”; “Como foi, para você, o encerramento do processo de psicoterapia? E para a criança?”; “Além do psicólogo, a criança foi acompanhada por mais algum outro profissional?”; entre outras. Tais questões foram introduzidas no momento em que sentimos necessidade de esclarecimentos e aprofundamentos dos conteúdos trazidos, bem como de abordar conteúdos de interesse do pesquisador.

A seguir, apresentamos a síntese de cada entrevista para que o leitor possa ter uma ideia geral dos conteúdos trazidos.

**AMANDA**, mãe, foi indicada por uma colega que realizava o atendimento ao seu filho e, desde o primeiro contato, foi muito solícita em participar. A entrevista foi realizada em sua residência, no dia e horário que melhor lhe convieram. Ela, o marido e o filho vieram de Minas Gerais para o Paraná em busca de uma qualidade de vida melhor. Logo que chegaram, encontraram emprego, e o filho de 2 anos passou a ficar, durante o dia, sob os cuidados de uma vizinha para que ambos pudessem trabalhar. Após poucos meses na nova cidade, Amanda percebeu que o filho estava diferente e, um dia, ela percebeu sangue em sua cueca após recolher o filho da casa da vizinha. Com a suspeita de que ele havia sofrido **abuso sexual**, foi para o hospital, onde foi

confirmado o abuso. No hospital, a criança recebeu todos os cuidados, foi medicado, e os pais encaminhados à delegacia da Polícia Civil. Lá, foram atendidos pela psicóloga e receberam as orientações legais do que seria feito e, também, a indicação para que o menino passasse pelo atendimento psicológico. Antônio foi atendido pela **rede pública** e, após dois anos sendo atendido por profissional da psicologia no CREAS, foi encaminhado para uma instituição que também oferece atendimento psicológico gratuito. O abuso que o filho sofreu mobilizou muito tanto pai quanto mãe. Após o acontecimento, a rotina da família foi alterada, a **mãe parou de trabalhar para ficar com os cuidados da casa e dos filhos**. Na ocasião do abuso, Amanda estava grávida de seu segundo filho. Este nasceu com sérios problemas de saúde que requerem muita atenção e dedicação de Amanda, o que justificou a interrupção no atendimento psicoterápico de Antônio. Atualmente, Antônio está com 7 anos, P. com 5 anos e Amanda ainda é mãe de O. com 2 anos.

**BRUNA E BERNARDO** foram indicados pela sócia na clínica da pesquisadora que atendia o filho deles. Como já estavam acostumados a trazer o filho para os atendimentos na clínica, optaram por realizar a entrevista lá mesmo, pois a localização era de fácil acesso para eles e já conheciam o local. O casal morava com os pais de Bruna quando Breno nasceu. Ambos trabalhavam, e a criança ficava aos cuidados da avó materna o dia todo. O casal percebeu que o filho começou a ter dificuldades na fala, apresentando gagueira, principalmente, nos momentos em que ficava nervoso ou estava muito ansioso. Como essa disfluência na fala não melhorava, os pais decidiram buscar uma fonoaudióloga. A indicação dessa profissional veio de um colega de trabalho do pai. Receberam da fonoaudióloga a orientação de que Breno também fosse acompanhado por uma psicóloga, já que, além da **gagueira**, ele apresentava, segundo os próprios pais, ansiedade ao evacuar, chegando a ser necessária lavagem intestinal. Ao chegar a esse extremo, os pais procuraram a psicóloga, perceberam que, sozinhos, era difícil lidar com essas questões do filho. Bernardo também buscou, entre seus colegas de trabalho, a indicação de uma psicóloga. A gagueira e encoprese apareceram em um período de mudanças para a família: foi quando Breno entrou na escola e quando os pais se mudaram de casa para uma que era somente dos três. Tanto os atendimentos com a fonoaudióloga como com a psicóloga foram realizados em clínica **particular**.

**CAROL** participou da pesquisa por indicação de uma colega que foi psicóloga de seu filho, Caio. Carol também preferiu que a entrevista fosse realizada em minha clínica. Contou que é casada e mãe de quatro meninos advindos de duas gestações. Os trigêmeos vieram quando Caio estava com 3 anos, e, após o nascimento dos irmãos, Carol percebeu que o primogênito estava ficando **triste**, muito **calado**, muito **tímido** e que, devido a todos os cuidados com a casa e com os filhos bebês, ela não conseguia suprir as necessidades dele. Carol entendia que o filho precisava de alguém **com quem conversar**, alguém para estar com ele, para que ele pudesse falar sobre coisas que não conseguia falar em casa. Quando Caio nasceu, Carol trabalhava, era educadora infantil, entretanto, após o nascimento dos trigêmeos, **precisou parar de trabalhar para cuidar dos filhos e da casa** e, para isso, contou com a ajuda de sua mãe.

**DANIELA** é conhecida da pesquisadora há algum tempo, por esta prestar atendimento psicoterápico à sua filha, Drica, há dois anos, em Nova Esperança. Daniela foi convidada a participar da pesquisa e, prontamente, mostrou-se disponível para vir até a clínica para a entrevista. Daniela, engravidou com dezessete anos do namorado que a abandonou quando soube da gravidez. Sua família também não aceitou bem a gravidez, então ela passou a morar com a avó materna até que encontrou um novo parceiro e, com ele, casou-se. Ficou casada por oito anos e teve sua segunda filha após sete anos da primeira. Drica reconhecia esse parceiro da mãe como pai. Entretanto, eles se separam, e o pai aparece, somente, para visitar a sua filha biológica e não tem mais contato com Drica. A mãe refere que a menina fica bastante chateada, mas “não tem como obrigá-lo a também cuidar e amar Drica”. Mesmo não tendo contato com os pais, a família do pai biológico de Drica sempre foi bastante participativa, ajudando financeiramente e, também, nos cuidados com a menina, que passava muitos finais de semana com a avó paterna. Daniela era chamada frequentemente à escola para conversar sobre as **dificuldades de aprendizagem** da filha e da difícil socialização e comunicação com as outras crianças que apresentava. Drica não conseguia acompanhar o andamento da turma, além de comparecer às aulas sempre sem a tarefa ou com a tarefa incompleta, não tinha muitas amigas e estava sempre reclamando do que os colegas de sala tinham feito e que ela não tinha gostado, dizia que os colegas não gostavam dela, que ninguém a chamava para

brincar, que ficava excluída e que as outras crianças eram chatas. Daniela entende que os problemas da filha são reflexos do amor que ela nunca teve do pai.

**ELIANE** foi indicada por uma colega psicóloga que, também, atende na clínica em Nova Esperança. A entrevista foi realizada em um local reservado no ambiente de trabalho de Eliane. Ela é casada e tem quatro filhos homens, três biológicos e o último, Eliton, é adotado. A adoção aconteceu, pois uma mulher de sua família extensa engravidou e não teria como cuidar da criança, à pedido da família, Eliane passou a considerar a possibilidade da adoção. No primeiro momento, não era intenção do casal adotar o quarto filho, entretanto foram convencidos, e a adoção aconteceu e foi bem recebida. Atualmente, Eliane diz que não faz diferença entre os quatro filhos. O seu marido é caminhoneiro e fica muito tempo fora de casa, sendo assim, os quatro filhos foram criados por ela e pelo pai longe, mas auxiliando, financeiramente, e a apoiando em suas decisões. Entretanto, **todos os cuidados ficavam com ela**, era ela quem ia à escola quando era chamada, que levava aos médicos, que acompanhava os atendimentos psicológicos. Eliton foi encaminhando à psicoterapia, pois tinha muitos medos, muita dificuldade para se relacionar com as crianças na escola, não conseguia sair de casa sozinho, apresentava problemas de atenção e de aprendizagem.

**FLÁVIA E FÁBIO** são colegas antigos da pesquisadora e se disponibilizaram a participar assim que souberam da pesquisa. O filho do casal, Francisco, de quatro anos, foi encaminhado para a psicóloga pela escola, pois estava com **comportamentos agressivos**: empurrar, morder, brigar com os colegas na sala de aula, além de, também, ter episódios assim com os primos e colegas do condomínio onde mora. Isso gerava um afastamento das outras crianças, elas já não queriam mais brincar com ele, pois sabiam que ele iria brigar e xingar. Fábio concordou em levar o filho ao psicólogo quando Flávia recebeu o relato de outras mães que haviam levado seus filhos à uma psicóloga que realizava, geralmente, três sessões: uma com os pais, uma com a criança e a devolutiva com os pais para passar as estratégias que iriam usar para obterem a mudança de comportamento. **Ambos trabalham**, Flávia em meio período e Fábio em período integral. Francisco **fica em casa pela manhã, com Flávia**, e de tarde vai à escola.

**GILDA** também já era conhecida da pesquisadora e, ao saber da pesquisa, demonstrou interesse em participar e relatar como havia sido o processo de psicoterapia de seu filho, Guto. Gilda e o pai de Guto se separaram há, aproximadamente, três anos, e o **filho ficou sob os cuidados da mãe**. O pai o visita aos finais de semana e, sempre que pode, durante a semana também, mas a rotina diária é de responsabilidade de Gilda. Os ex-cônjuges têm uma convivência amigável, sem problemas maiores. Guto começou a ser atendido por um psicólogo no período de separação dos pais e permaneceu em atendimento por um ano. A mãe insistiu com o pai para que o levassem, já que entendia que, para o filho, o processo de **separação** deles poderia ser um sofrimento grande. Essa decisão foi tomada sem que o menino demonstrasse qualquer alteração de comportamento ou de sofrimento perceptível pelos pais ou pela escola. Gilda disse que foi como uma precaução.

**HISLA** é uma conhecida antiga da pesquisadora e, atualmente, sua filha Hilda está indo ao psicólogo. Hisla dá bastante importância ao trabalho dos profissionais da psicologia, referindo que “todos deveriam fazer psicoterapia”. Demonstrou interesse em participar da pesquisa, apesar de demonstrar medo em errar as respostas. Hisla é separada a cerca de sete anos do pai de Hilda, e eles não têm uma boa convivência. Isso, porque Hilda afirma que o **ex-marido nunca ajudou com nada**, nem financeiramente nem afetivamente com a filha, o que a incomoda muito, já que ela percebe que traz sofrimento para a menina. Contudo, a avó paterna a ajuda nos cuidados com a filha. Hisla foi orientada, pela escola, a levar Hilda ao psicólogo por apresentar, frequentemente, no ambiente **escolar, comportamentos agressivos, de rebeldia, confronto e oposição**. Embora Hisla afirmasse que, com ela, a filha não agia dessa maneira, havia, contudo, observado tais comportamento no contato de Hilda com primos e outras crianças.

### 4.3 Análise dos dados

Para a análise das entrevistas, inicialmente, percorremos os quatro passos propostos por Amadeo Giorgi, um estudioso da Fenomenologia e da pesquisa fenomenológica em Ciências Humanas. Segundo Andrade e Holanda (2010), os quatro passos, descritos por Giorgi, são: buscar o sentido do todo; discriminar unidades significativas com base em uma

perspectiva psicológica e focada no fenômeno que é pesquisado; transformar as expressões cotidianas do sujeito em linguagem psicológica, com ênfase no fenômeno que está sendo investigado; e, por fim, sintetizar as unidades significativas transformadas em uma declaração consistente do fenômeno investigado.

O primeiro procedimento consistiu na leitura e releituras das entrevistas para se chegar ao sentido geral do que foi dito. No passo seguinte, por entendermos ser difícil analisar o texto todo de uma só vez, procuramos pelas unidades significativas que “emergem sempre que se percebe uma mudança psicologicamente sensível de significado da situação do sujeito” (Andrade e Holanda, 2010, p. 266). Essas unidades significativas aparecem sempre em relação ao pesquisador, não estão postas de antemão nos relatos dos colaboradores. Em seguida, no terceiro passo, há uma mudança de linguagem, da linguagem do entrevistado, cotidiana, para uma linguagem propriamente psicológica, buscando encontrar o sentido psicológico contido nas mencionadas unidades de significados que foram elencadas anteriormente. E, por fim, chega-se à síntese das unidades significativas transformadas em uma declaração consistente da estrutura do fenômeno investigado, momento em que “o pesquisador propõe que se sintetizem todas as unidades significativas transformadas em uma declaração consistente da significação psicológica dos fenômenos observados em relação à experiência do sujeito e denomina essa *síntese de estrutura da experiência*” (Andrade e Holanda, 2010, p. 267).

Após as leituras e releituras das entrevistas, conseguimos discriminar alguns aspectos que demarcavam a experiência que os participantes relataram: (1) a situação problema/queixa que mobilizou os pais a procurarem o psicólogo; (2) como foi a vivência dos pais de compreender que seu filho precisaria de psicoterapia; (3) a necessidade de quem a psicoterapia atendia; (4) a expectativa com a psicoterapia; e (5) como vivenciou o processo psicoterapêutico de seu/sua filho/a. Esses aspectos nos ajudaram a identificar e definir as unidades de significado, primeira unidade – vislumbrando a necessidade de psicoterapia; segunda – o lugar da mãe e do pai; terceira – de quem é a culpa?; quarta – sentidos atribuídos à psicoterapia, por meio das quais apresentaremos, no próximo capítulo, os resultados da pesquisa e a sua discussão.

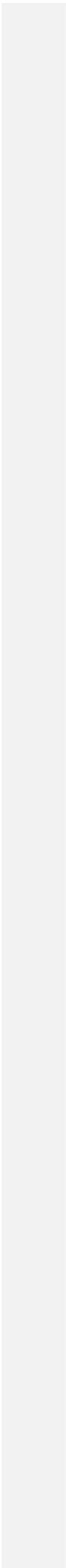
Como afirmamos no início deste capítulo, esses procedimentos de análise nos permitiram elaborar uma descrição do fenômeno investigado. Tal descrição se deu a partir do encontro do pesquisador com os pesquisados, por isso, também contou com a intencionalidade do pesquisador, o que, aliás, seria impossível de não acontecer. Assim, buscou-se olhar para as situações trazidas pelos entrevistados com os olhos deles. Mas visto

que o pesquisador também é um sujeito que olha intencionalmente para as coisas, outros pesquisadores poderiam ter elegido, por exemplo, outras unidades de significado, tê-las enfatizado de modos diferentes, pois, como a fenomenologia nos ensina, fomos ao encontro daquilo que se mostra, mas aquilo que se mostra é visto por alguém, portanto os resultados de nossa pesquisa são, apenas, um dos modos possíveis de aparição, apreensão e apreciação do fenômeno investigado.

A interpretação e discussão dos dados se deu à luz dos pressupostos teóricos do filósofo existencialista Jean-Paul Sartre, o segundo momento que mencionamos anteriormente. Tal como enfatizado no capítulo 2, no item 2.4, A Psicanálise Existencial de Jean Paul Sartre, entendemos que esse autor considera o homem sempre em situação, não há possibilidade de compreendê-lo isolado de seu mundo. Para Sartre, o homem é ser-no-mundo e vive dentro das possibilidades deste. Sass (2014), baseando-se na proposta sartreana, afirma que as “determinações sociais e materiais existem, elas somente são vividas concretamente por cada pessoa, ou seja, de forma individual, sem serem uniformes e válidas para todos da mesma maneira” (p. 234). Entende-se, então, que, em Sartre, o homem é sempre ser-com, ser da relação, e que jamais conseguiríamos pensá-lo fora ou longe das determinações do mundo que é o seu, mas também sabendo que cada homem, ao existir, terá que se haver com o seu ser e se construir de modo singular nesse mundo partilhado com outros homens.

Sendo assim, para Sartre, não há uma essência humana que determinaria os atos e as ações do sujeito: ele tem de escolher-se a cada momento, não há determinações *a priori*. O homem escolhe o seu ser, e o modo como o faz Sartre denominou de projeto, a escolha que cada homem faz de si. Pode-se entender projeto como o projeto de fazer uma faculdade, de se casar, de ter filhos, de ser feliz, entre outros tantos que vamos estabelecendo durante a vida. Entretanto, o modo como esses projetos são construídos e colocados em ação, a forma como são vividos dizem respeito a algo mais originário, a uma escolha fundamental, que dá sentido a todas as outras escolhas feitas no cotidiano, o projeto fundamental, como **denomina** Sartre (1943/2011).

Partindo, então, da descrição daquilo que os participantes nos trouxeram, procuramos fazer o movimento de vai-e-vem que Sartre nos traz como o método progressivo-regressivo, o qual nos leva ao passado para compreender a realidade concreta experienciada pelo sujeito, seu contexto social, histórico, político, econômico, aquilo que foi possível escolher, mas que também nos leva para o futuro, para aquilo que o sujeito projeta para si.



## 5 O PROJETO DOS PAIS COM A PSICOTERAPIA DE SEUS FILHOS

As entrevistas foram analisadas conforme exposto no capítulo anterior. Como resultado, chegamos a quatro unidades de significado, as quais mostram aspectos diferenciados, mas entrelaçados entre si, das vivências dos pais/mães em relação à psicoterapia de seus filhos. Neste capítulo, apresentaremos tais resultados juntamente a uma discussão que procura salientar o projeto dos pais/mães com a psicoterapia de seus filhos. Optamos por apresentá-los a partir das unidades de significado, as quais foram denominadas: 1) Vislumbrando a necessidade de psicoterapia; 2) O lugar da mãe e o lugar do pai; 3) De quem é a culpa?; e 4) Sentidos atribuídos à psicoterapia.

### 5.1 Vislumbrando a necessidade de psicoterapia

Como já apontamos no início desta dissertação, geralmente, é um adulto que identifica a necessidade de a criança ser levada a um psicólogo. É o adulto que entende que existe um problema, uma dificuldade com a criança e que o atendimento psicológico poderia ajudar.

As queixas que mobilizam os pais são as mais diversas possíveis, mas podemos pensar que aparecem quando encontram dificuldades para lidar com os “problemas” que as crianças começam a apresentar. Isso pode se dar na escola, nas relações familiares, nas relações com amigos e colegas. Do ponto de vista do adulto, em algum momento, o comportamento da criança não corresponde ao que deveria ser na escola, ao modo como gostaria que ela se comportasse em casa, com os colegas. Ou, até mesmo, percebem que a criança não está bem, está triste, muito tímida, com poucos amigos, apresenta poucas habilidades para se expressar, e que eles, enquanto pais ou escola, fizeram o que podiam e sabiam, mas que, agora, precisam de uma “ajuda extra” ou de “orientação”.

Dentre nossos entrevistados, três mães e um dos pais participantes perceberam a necessidade de seus filhos passarem pelo psicólogo, não receberam orientação para isso de nenhum profissional. Outras três colaboradoras receberam o pedido da escola para que as crianças passassem pela profissional de Psicologia, além disso, elas mesmas já estavam se incomodando com alguns comportamentos dos filhos: em dois casos, com a dificuldade de relacionamento com outras crianças, devido a comportamentos agressivos, considerados desajustados a situações escolares e extraescolar, e um caso de dificuldade de aprendizagem e timidez. Por fim, tivemos o relato de duas mães que procuraram atendimento psicológico para seus filhos por orientação de outrem. A mãe de Drica não tinha conhecimento sobre a

Psicologia e levou a filha ao psicólogo por encaminhamento da escola, e, por fim, Amanda foi encaminhada ao serviço de Psicologia após o filho sofrer abuso sexual, conforme orientação recebida na delegacia de polícia onde foi prestar queixa. Assim, dos oito atendimentos referidos na pesquisa, três aconteceram por iniciativa dos pais, quatro sob a orientação da escola e um como parte do protocolo de atenção à criança vítima de abuso sexual. Vejamos como os pais/mães vivenciaram isso.

### 5.1.1 Meu filho precisa de psicólogo

As mães que relataram que elas mesmas identificaram algum problema com os filhos e buscaram, por conta própria, a psicoterapia para eles, também tiveram de lidar com os pais das crianças, convencendo-os da necessidade do tratamento, já que, num primeiro momento, eles não concordaram com tal decisão.

Os motivos que as levaram a buscar um profissional da Psicologia são variados. Bernardo e Bruna demonstraram não encontrar outra saída para a situação que viviam com o Breno, e a gota d'água foi quando o menino precisou passar por uma lavagem intestinal, procedimento visto pelos pais como traumático, para que pudesse evacuar. Eles já estavam preocupados e atentos com a disfunção na fala, a gagueira, e o movimento de desfralde não foi bem aceito pela criança e, após ele, sempre tivera dificuldades para evacuar. Ele ficava ansioso quando tinha de ir ao banheiro, ficava dias sem evacuar.

Primeiramente, levaram Breno à fonoaudióloga, e ela também mencionou que seria interessante o acompanhamento psicológico, mas não a atenderam prontamente. Tendo sido o menino submetido a uma lavagem intestinal, a qual os pais denominaram “traumática”, eles buscaram atendimento psicológico.

A mãe relata que o atendimento foi tranquilo e, logo, começaram a perceber resultados positivos e que, para ela, não foi um problema o fato do filho necessitar de atendimento psicológico. Entretanto, o pai disse que teve de enfrentar seus preconceitos ante a psicoterapia e passou a acreditar nesse trabalho quando viu as primeiras mudanças de Breno. Os pais afirmaram que eles mesmos já não tinham mais o que fazer com a criança, já não sabiam como lidar.

Com quase cinco anos, ele começou a ter problema de ter medo de ir ao banheiro. Aí, todas as vezes que ele tinha medo, ele entrava em desespero e deixava a gente, assim, bem desesperado também. Então, assim, ele ficou uns sete dias sem ir ao banheiro, né, amor? (Bruna). E, aí, a gota d'água foi quando ele ficou sete dias sem fazer as necessidades dele, começou a ficar

muito irritado, a barriga dele começou a inchar, ficou nervoso, aí, a gente teve que levar no pronto socorro, e, no pronto socorro, foi pior ainda, porque ele passou pela lavagem, que eles falam que é... (Bernardo). É agressiva, é traumática (Bruna). É traumática, então, assim, a gente não gostou daquilo, aí, começou a procurar o psicólogo a partir daquele momento (Bernardo). Nós que decidimos (Bruna). A gente mesmo que decidiu (Bernardo).

Bruna e Bernardo pareceram estar muito preocupados com o filho: o pai mais com a intenção de que isso se resolva logo, e a mãe tentando compreender o que se passa, mas ambos disseram que ficaram “desesperados”, sem saber como agir frente a tal problema do filho.

Carol, por sua vez, procurou psicoterapia para Caio em um momento em que ela o sentia triste e só, “apagado”. Relata que ele deve ter começado a se sentir assim com o nascimento dos filhos trigêmeos, quando a dinâmica da família passou por uma mudança radical. Carol contava somente com a ajuda de sua mãe nos cuidados com a casa e com os quatro filhos, o que ela afirma ter sido muito difícil. E, é claro, os trigêmeos demandavam um grande cuidado, o que a fazia não ser mais tão presente para Caio, o filho mais velho, que estava com três anos de idade.

Era difícil, e eu acho que ele via aquela correria, dá chupeta e dá banho, acho que aquilo agitou a cabeça dele, ainda mais que morávamos em apartamento e não tinha um quintal para ele sair, para ele brincar, tanto é que ele... Quando eles nasceram, ele tinha três anos. No mesmo ano, ele entrou na escolinha para ele ter contato com crianças da idade dele, para ele brincar, mas mesmo assim ele ia chorando, porque ele achava que a gente não ia mais buscar ele, porque tinha muita criança em casa. Ele falava: “mãe, você não vai me deixar, você vai me buscar?”. Aí, às vezes, a gente dava banho nos bebês, e eles dormiam, e eu ia buscar ele antes da hora, porque a gente morria de dó, porque ele descia as escadas do prédio chorando, ele pensava: “poxa, eu tive que sair de casa para dar lugar para os meus irmãos”. Ele sofreu muito. (Carol).

A preocupação de Carol parece ser exclusiva com Caio. Ela percebia que ele não estava bem e mesmo que ela proporcionasse alguns momentos para estar só com ele, para fazerem algo juntos e dar-lhe atenção, isso não estava deixando-o mais alegre, ela o percebia em sofrimento.

(...) mesmo saindo só nós dois, dando atenção, não estava melhorando, principalmente, pela agitação dele, uma agitação que incomodava a gente, fazia a gente ficar agitada de ver quanta ansiedade que ele estava. (Carol).

Carol assinala que o marido não via necessidade de procurar ajuda psicológica para o filho. Ela entende que, por ele estar fora de casa trabalhando, não percebia a gravidade do mesmo modo que ela.

(...) o meu marido sempre achou que não tinha necessidade. Não sei se todos os pais são assim. A gente, porque fica em casa, percebe mais. Por ele estar muito triste, por ele estar muito agitado, por ele ficar subindo nas coisas, por ele não ter medo de se machucar. Ele não estava tendo medo de se machucar, ele subia em muro alto, ele se jogava, ele “tava” sempre procurando um perigo, sabe? (Carol).

A mãe nos conta que quando o menino estava com nove anos é que ela procurou psicoterapia para ele, e esse tratamento perdurou até os 18 anos do garoto, trocando uma vez de psicóloga. Carol, assim como Amanda e Bruna demonstrar o incomodo com o sofrimento do filho, devido a situação, e também demonstrar sofrer que essas dificuldades do filho, buscaram fazer o que podiam, mas não conseguiram resolver. Num momento da entrevista, ela faz uma síntese dos motivos que justificaram o início do tratamento psicológico de Caio:

Ele começou por dois motivos: primeiro, porque eu tive o Caio, quando ele estava com 3 anos, nasceram trigêmeos. Aí, ele ficou com a **cabeça muito bagunçada** (...), mas, daí, ele se sentiu rejeitado, porque ele não tinha colo, atenção toda que era para ele, porque ele era o primeiro neto, aí, foi voltada para os trigêmeos, aí, ele **se sentia isolado** e ficou mais **ansioso**. [Segundo] Porque ele sempre foi um bebê que deu trabalho, um bebê que chorava muito, mas, aos 9 anos, a gente via que ele estava sofrendo, que ele estava **triste**, que ele não tinha interesse nos brinquedos, nos desenhos. (Carol).

Gilda, ao contrário de Carol e de Bernardo e Bruna, não procurou a psicoterapia para seu filho Guto devido a algum problema com ele ou a um sofrimento já evidente e específico, mas, sim, por estar se divorciando de seu marido, pai da criança. Ela entendia que o processo de separação poderia ser sentido pelo filho como um momento de muita dor, muitas mudanças aconteceriam a partir dessa decisão do casal, e ela gostaria de cuidar e prevenir que Guto sofresse. Ela relata que não teve nenhuma reclamação da escola ou que ele tenha apresentado qualquer alteração de comportamento, ela entende como um cuidado dela.

Gilda já havia feito psicoterapia e menciona que foi um processo libertador, engrandecedor. Então, entendia que também faria bem para Guto. Sendo assim, parece que essa mãe partiu de uma percepção de si mesma – chega mesmo a dizer que queria a psicoterapia para ela –, da dificuldade que ela entendia e sentia ser a separação e de que seria bom para ela proporcionar ao filho o atendimento psicológico num momento delicado para a família.

Partiu de mim de buscar (...), ele não teve alteração de nota, não teve alteração de comportamento... nunca foi um menino 100% de comportamento, a escola sempre chamou, porque ele sempre gostou de chamar atenção do professor, ele estava em uma turminha junta há muito tempo, mas nunca, assim, “ah, precisa de uma psicóloga”, nunca a escola, assim, pediu. Partiu de mim mesmo, e foi mais de mim e do pai concordar, de achar que poderia ser bom. Eu já tinha feito terapia por três anos, já tinha feito duas vezes e, no fundo, eu queria

para mim também, mas, com relação a ele, eu sabia que era uma momento difícil de separação e tudo (Gilda).

### 5.1.2 A escola quer que meu filho vá ao psicólogo

Daniela foi mãe jovem e solteira e precisou lidar com a responsabilidade que implicava ter uma filha sem a ajuda de um parceiro. Percebemos que isso não foi fácil, estar sozinha, não ter se casado com o pai de Drica. Parece que ela não lida bem com isso e sente como um grande esforço ter de cuidar da filha. Há cerca de quatro anos, a menina foi diagnosticada com dislexia, e, desde muito antes, a mãe era frequentemente chamada na escola para receber reclamações sobre o comportamento e a dedicação de Drica aos afazeres escolares e, também, para receber orientações sobre como proceder: procurar um neurologista para avaliar e acompanhar a filha, psicopedagoga, fonoaudióloga e psicóloga.

Daniela seguiu a recomendação da escola, Drica é acompanhada por um neurologista, fez tratamento fonoaudiológico por, aproximadamente, três anos, ainda frequenta a psicopedagoga e a psicóloga. Mesmo assim, a mãe relata que somente procurou o serviço de psicologia por recomendação da escola, já que, além dos problemas na escola, a filha também apresentava problemas de relacionamento com os colegas e com ela.

O pai de Drica não é presente, e eles só se encontram de vez em quando na casa da avó paterna, a qual a menina frequenta semanalmente. Daniela entende a falta de amor do pai e do relacionamento entre eles, como a questão chave na vida da filha, que provavelmente não será solucionado. Daniela relata que a filha é insegura e imatura devido à falta do pai. Menciona que a menina sofria preconceito, mas não dá relevo a isso.

A Drica era a **insegurança, a imaturidade, a falta do pai**. E a escola tinha aquele preconceito, a Drica sempre mais gordinha, cabelo sempre mais enrolado, ela nunca gostou. Então, assim, a questão dela era a insegurança, o afeto do pai, tudo isso, a dificuldade no colégio, foi mais essa parte que precisou [de psicoterapia] (...) Aí, o colégio via a necessidade dela ter um acompanhamento maior. (Daniela).

Sendo assim, aqui podemos ver também que a escola, mesmo sendo uma instituição valorizada, entendida como necessária para o “desenvolvimento” das crianças, é também um espaço onde pode acontecer rotulações, criação de estereótipos, classificação de quem são os bons alunos e maus alunos. E que apesar de desempenhar um grande serviço a sociedade, de ser um lugar de socialização, de acesso ao conhecimento formal, pode vir a realizar um desserviço, quando permite a disseminação do preconceito.

Por vezes, a mãe pensou se realmente seria necessário um atendimento psicológico para Drica ou se não seria melhor impor-lhe castigo, lidar com ela com maior rigidez ou se todos esses problemas não seriam desencadeados pelo fato de Drica não ter o amor do pai.

(...) às vezes, o que falta é uma bronca, um castigo... não sei se para os outros pais, mas, para mim, não era fácil, para mim, era uma parte dela estar mais mimada, de estar dependendo de limites, então, assim, até você chegar ao ponto de que “não, ela precisa de um acompanhamento” é difícil, mas também, depois que você percebe [a necessidade], não. (...) mas, aí, você começa a perceber: desde o começo, nasceu sem pai, porque, assim, tem o pai, mas não tem o acompanhamento do pai, entendeu? (Drica).

Fica nítida, no relato dessa mãe, a ambivalência: ora ela entende que a filha necessita da atenção psicológica, teme, inclusive, que algo mais sério possa sobrevir, mas, ao mesmo tempo, pensa que esse tipo de atenção possa ser desnecessária.

É um pouco difícil, porque até você entender que precisa e, ao mesmo tempo, você entende que não precisa. Será que precisa? Você fica com aquele ponto de interrogação. (...) Chegar ao ponto: será que é isso? Entender que não, que não era uma frescura, que não era... e o medo até daquilo se tornar uma depressão infantil, alguma coisa... será que realmente eu estou fazendo bem de levar minha filha em um psicólogo? Será que é necessário? (Drica).

De um modo geral, os participantes tiveram algumas dúvidas e questionamentos sobre se iriam ou não levar o filho ao psicólogo. Percebemos que os pais/mães pensam e repensam sobre a necessidade de psicoterapia dos filhos. Recebem os pedidos e orientações da escola ou médicos, vão juntando elementos que fundamentem a procura pelo profissional da Psicologia. Percebemos que um dos fatores que contribui para a dificuldade em procurar o psicólogo é o preconceito e desconhecimento que ainda se tem em relação ao tratamento psicológico, particularmente, mais expresso pelos homens, como veremos adiante.

Se Daniela relutou para aceitar a recomendação da escola, Eliane, por sua vez, conta-nos que procurou o psicólogo da escola para entender o que acontecia com seu filho, Eliton. Ela criou os quatro filhos sozinha, sem a ajuda direta do marido, pois ele é caminhoneiro e está sempre na estrada, faz longas viagens, fica dias seguidos fora de casa. Ela ficava sozinha com os cuidados das crianças e, quando adotaram Eliton, não foi diferente. O que mudou foi que Eliane teve problemas com ele, os quais nunca havia tido com os outros três meninos. Relata que se cansou de ser chamada na escola para conversar sobre o filho. Ele tinha muitos problemas na escola, dificuldade de acompanhar o conteúdo, de se concentrar, de se expressar, de conversar com a professora, de perguntar alguma coisa que ele não tivesse entendido em sala de aula.

Eliane afirma que não sabia o que fazer, que ficava muito preocupada, mas que não conseguia ajudar. No período que ela trabalhou na mesma escola em que Eliton estudava, havia um psicólogo que vinha de outra cidade atender as demandas do colégio e também fazia o atendimento a alguns alunos, e ela era a responsável por atender e receber esse profissional nos momentos em que ele estava a serviço da escola. Em conversa com ele sobre as dificuldades do filho, ele explicou como funcionavam os atendimentos e que poderia atendê-lo quando estivesse na cidade.

Ele tinha muitas dificuldades na escola, ele tinha **déficit de atenção**, ele tinha **medo**, tinha algumas coisas, assim, que não era, assim, de uma criança normal. Aí, como ele estudava no colégio x, e atendia lá um psicólogo que vinha de Curitiba, ele era um parapsicólogo (*sic*) (... ) Daí, como eu trabalhava com ele, eu comentei sobre o Eliton, e ele começou a atender o Eliton. E eu vi que o Eliton foi se desenvolvendo muito bem. (Eliane).

Já Flávia e Fábio perceberam que o modo como lidavam com o filho mais velho, Francisco, não era satisfatório nem para o menino nem para eles, não lhes trazia os resultados esperados. Por vezes, viam-se sendo mais rígidos com ele do que seus amigos eram com os respectivos filhos, e, mesmo assim, Francisco continuava com os comportamentos que desaprovavam. O menino estava muito agressivo, brigava, batia, mordida e empurrava as outras crianças e o irmão mais novo, “já estava ficando com fama de criança que bate”, conforme o relato dos pais. E, mesmo que eles o repreendessem, ele não os obedecia e não parava.

No ano que Francisco passou pelo processo de psicoterapia, ele havia mudado de colégio. A nova escola, tal como a antiga, chamava os pais para conversarem sobre os comportamentos inadequados do filho com as outras crianças. Alguns pais já haviam reclamado dele com a escola. Diante disso, foi recomendado aos pais que Francisco passasse pelo acompanhamento psicológico.

Flávia conversava com as amigas sobre o que estava acontecendo, sobre a dificuldade que ela sentia ao lidar com o filho e, também, sobre a orientação da escola para buscar psicoterapia para a criança. Uma de suas colegas relatou o seu caso e como a psicóloga havia ajudado a ela e à sua filha. Com esse depoimento e a sensação de que o casal tinha de não estar conseguindo agir da melhor forma com o filho, ela e o marido decidiram procurar uma profissional.

Quando a gente falou assim: “vamos fazer”, **porque a gente viu que estava começando a errar...** sempre o castigo, era uma surrinha, um negocinho assim. Pôr no castigo e o jeito de tratar a criança, a gente percebeu que a gente não estava fazendo legal (Fábio). Fazia mal para

a gente (Flávia). Fazia mal para a gente também, além de fazer mal para a criança, e não resolvia nada. A gente viu que não estava resolvendo (Fábio). Estava piorando (Flávia). Piorando. Aí, a gente falou assim: “pô, para tudo na vida, a gente tem que estudar, então vamos estudar um pouquinho mais, aprender um pouquinho mais” (Fábio). Mas o pai, a principio, não gostou da ideia (Flávia). Aí, a gente falou: “vamos levar”. Não, mas, aí, quando eu vi que **a gente não conseguia resolver**, aí, eu falei: “vamos levar” (Fábio). Eu contei a experiência de uma amiga que foi e levou e falou que era assim: eram três sessões com essa pessoa, que você ia primeiro, só os pais, daí, depois, ia a criança e, depois, voltavam os pais. Daí, ele gostou dessa sistemática assim, para a gente se orientar, não a criança em si. No começo, não era a criança que precisaria (Flávia).

Num primeiro momento, o pai havia sido resistente e não havia concordado em levar o filho ao psicólogo. Mudou de ideia quando a esposa contou que o processo seria rápido e direto, uma sessão com eles, uma com o filho e, na terceira, receberiam as orientações e as estratégias de como agiriam com Francisco para que ele não mais se comportasse do modo inadequado. Entretanto, após a psicóloga conhecer a criança, ela recomendou que Francisco fizesse mais algumas sessões; os pais concordaram, mas, após dois meses de acompanhamento, interromperam por questões financeiras e por um conflito que a profissional teve com a avó materna.

A situação vivida por Hisla se aproxima do que aconteceu com Flávia e Fábio. Sua filha, Hilda, também mudou de colégio no último ano: até 2016, estudava em período integral, e a mãe recebia muitas reclamações do colégio sobre o comportamento da filha. Na nova escola, as reclamações diminuíram, contudo, Hisla ainda é chamada para conversar sobre o modo agressivo de agir da filha com os colegas.

Relatou que isso não acontece nos momentos em que a menina está somente em sua presença, percebia alguma coisa quando Hilda estava com mais crianças, quando estavam na área comum do prédio onde moram, mas não percebeu nada que considerasse sério. Diante das reclamações vindas da escola, ela começou a questionar a tia e a avó paterna que também a ajudam a cuidar de Hilda, e ambas relataram episódios de agressividade que aconteciam com certa frequência, e que isso as incomodava quando tinham de ficar com a menina para mãe trabalhar ou para poder sair um pouco.

Hisla se diz uma pessoa que sente facilidade em receber críticas, e aceitou tanto o que a escola colocara, como o que a tia e a avó contaram. Consultou sua irmã, que é psicóloga e, também, pediu orientação à sua ex-psicoterapeuta e decidiu por procurar uma profissional para acompanhar a filha.

Daí, eu vi que ela apresentava algumas coisas, assim, **irritabilidade, mudança, assim, de comportamento** (...). Como a Hilda é filha de pais separados, e eu já achava importante,

minha psicóloga indicou essa aí, eu levei ela, eu procurei, ela chama MC, aí, ela falou que atendia ela, tudo, e eu comecei o tratamento. Tudo foi, na verdade, por conta do **comportamento, que eu achava ela muito agressiva, ela batia, do nada, ela batia (...)**. As professoras me chamavam para contar, e nem parecia a mesma criança, porque, comigo, só de olhar nela, ela já me obedece, mas fora de casa não. Aí, foi por isso, aí, eu comecei a procurar ajuda (Hísla).

Uma situação que fica à parte nesta unidade de significado é a de Amanda, cujo filho Antônio sofreu abuso sexual. O encaminhamento para o serviço de psicologia, como já dissemos, foi feito pela psicóloga que atendeu os pais na Delegacia de Polícia, quando foram formalizar a queixa. Antes desse evento, a mãe relata que o menino não manifestava nenhum problema, tinha um desenvolvimento normal para uma criança de dois anos.

Entendemos que, em todos os casos que nossos entrevistados trouxeram, existiu uma situação objetiva que fez com que os pais buscassem o atendimento psicológico para seus filhos. Essa situação foi identificada por eles ou pela escola. Com isso, retomamos o que Castro (2001) traz sobre a criança e os espaços onde socialmente circula. Essa autora afirma que a escola e a família são, por excelência, os espaços em que as crianças frequentam, que pouca coisa lhes resta além deles. Não que a criança não tenha condições de estar presente e de agir em outros espaços, mas que o modo como nos organizamos confinam as crianças, prioritariamente, a esses ambientes e contextos. Sendo a criança vista como ser que está em processo de desenvolvimento, e que este deve acontecer para que alcance o modo de ser do adulto esperado para a nossa sociedade.

A família tornou-se responsável por garantir que a criança tenha acesso ao que for necessário para que esse desenvolvimento ocorra sem problemas. Bruna e Bernardo representam bem isso, queriam garantir que tudo estaria bem com o filho, bem como Flávia e Fábio, que sentiram precisar urgentemente de estratégias que resolvessem o problema que estavam enfrentando com o filho, pois almejavam que ele não tivesse mais os comportamentos agressivos que prejudicavam sua relação com as outras crianças e a própria relação na família.

Por sua vez, a escola tornou-se uma instituição sem a qual a criança não pode ficar, pois ali terá acesso aos conteúdos fundamentais para o seu desenvolvimento intelectual e psicossocial, bem como para sua formação cidadã, ou seja, como participante ativo na sociedade.

Como visto anteriormente neste estudo, desde o século XIX, a escola é um espaço de importância quando pensamos a criança e suas relações. A escola tornou-se a instituição que, a princípio, todos os meninos deveriam frequentar e, depois, também as meninas. O

sentimento de família, de amor e cuidado entre os seus membros aparece juntamente à priorização da escola. Desde o século XVIII, a escola tornou-se o local para onde as crianças devem ir para aprender, para ter acesso à educação, que não seria mais dada nas casas e dentro da família. A escola teve papel fundamental para a criação da família moderna (Ariès, 1973/2015).

Atualmente, está no Estatuto da Criança e do Adolescente que toda criança tem direito à educação e a frequentar a escola. Por isso, a escola é uma instituição fundamental, tal como a família, em termos de mediações sociais que concorrem para a constituição do sujeito e de sua subjetividade. Como pudemos observar na pesquisa, a escola comparece como mediadora da constituição do ser-pai/ser-mãe com o ser-filho, não ficando apenas na esfera da constituição do ser-pai-de-aluno e do ser-aluno, e o mesmo podemos dizer da família, que também atravessa o sujeito no seu ser-aluno e no ser-pai/mãe de aluno.

Contudo, o ser pai, o ser mãe, o ser criança, apesar de serem atravessados pelas condições sociais e históricas, não são determinadas *a priori*; são os próprios homens, livres que são, que escolhem como ser pai, como ser mãe e até como ser criança. Nas situações que se encontram e nas condições coletivas, o indivíduo se situa singularmente, conforme seus possíveis. Estudiosos, como Castro (2002), buscam trazer novos modos de olhar as crianças: não como seres que são produtos do que os pais e a sociedade, a família e outras instituições fazem delas. Para a autora, elas não são seres menores do que os adultos e que devem desenvolver-se para alcançarem os modelos de adultos previamente estabelecidos. A criança é um sujeito atuante que se constitui a partir do que é passado pelos pais, escola, família, mas que também age nesses espaços, modificando-os e modificando-se. Os comportamentos inadequados, a agressividade, a timidez e outras formas de manifestação da criança serem apontados pelos entrevistados mostram isso: elas não são seres passivos, como seres humanos, guardam em si a condição de liberdade, de abertura para se fazerem. Elas não reagem somente, elas também agem em seu ambiente, seja na família, seja na escola.

O pensamento de Sartre nos ajuda a pensar nisso, como bem apresenta Pretto (2013). Para esse filósofo, é fato que a criança nasce em uma família ou em um ambiente com muitas coisas já postas, a condição sócio econômica, o espaço geográfico, a cultura, os valores, os princípios já estabelecidos. Já está situada por tudo que a cerca ao nascer, e que, geralmente, é a família que vai lhe apresentar. A família traz o modo como funciona, o que é bom ou ruim, certo ou errado, determinadas formas de lidar com os outros e de se relacionar com os membros da família. A criança já vai nascer com um lugar a ser ocupado, com expectativas,

com um sentido que foi construído dentro dessa família. Mas a criança transcende sua situação.

Sartre traz que a criança não pode ser vista como somente um ser que viria a absorver tudo o que lhe é passado. Não, a criança se faz nessas relações e somente na relação pode existir, o que não significa que estas a determinam. A criança está sempre no processo de interiorização e exteriorização, de subjetivação e objetivação, universalização e singularização. Nasce já em um ambiente, já situada por tudo que a cerca, interioriza e age nesse espaço, mas não é mero produto dele, é também agente de modificação e construção desse meio. Tanto é assim que as crianças retiram, muitas vezes, os adultos de suas zonas de conforto, como é o caso das situações relatadas por nossos entrevistados, as quais foram tidas como motivos para a busca de ajuda especializada por seus pais/mães.

Salientamos que tanto os pais como os educadores que lidam com a criança na escola têm um olhar sobre ela, e esse olhar a define, e isso tende a enclausurá-la em determinados rótulos: fulano “é agressivo”, fulano “é tímido”, fulano “é filho de pais separados”, ele é um “déficit de atenção”.

Sartre (1943/2011) afirma que precisamos do olhar do outro para nos constituirmos, somos seres da relação e é nela que nos constituímos. Nascemos em um mundo que Outros construíram, subjetivamos as objetivações de outros, o que está posto e feito o foi por outras liberdades. A questão que surge é que eu vejo o Outro e o Outro me vê; ao me ver, pode me tratar como uma determinação, como tímido, agressivo, como legal, chato e, então, aos olhos do outro, sou uma coisa. É como se, nessa relação, eu pudesse me tornar Em-si, descansasse nessa classificação que me foi conferida e suspendesse a liberdade que sou. Entretanto, esse relaxamento com relação à liberdade não pode acontecer, mesmo que eu seja visto pelo outro como tímido, agressivo ou adjetivado de qualquer outra maneira, ainda assim sou liberdade. O modo como o Outro me define não me determina, e o que importa é o que será feito com aquilo que fizeram de mim.

Como no conto A Infância de um Chefe: Lucien cresceu em meio às amigas da mãe, nos passeios com o pai, e todos apresentavam suas expectativas com relação ao que esperavam que ele se tornasse. Como se, dessa maneira, fossem completando a criança, preenchendo aquilo que estava vazio. Todavia, é Lucien quem precisava se haver com tudo isso e se escolher em meio a todos os olhares dos Outros, a tudo que diziam que ele era. Parece que, assim, o olhar do Outro, quando tenta nos determinar, esconde o vazio que somos, e, de repente, estamos cheio de características que já nos dizem o que, como e quando devemos agir.

Para Sartre (1943/2010), o Para-si é aquilo que não é, o modo de ser do homem é a incompletude, é abertura, é falta originária, nunca fechamento, somente sermos plenitude na morte, quando já não há existência. E a criança também, desde sempre, é essa falta, essa totalização em curso, esse projetar-se para o futuro, sem nunca encontrar o que possa determiná-la. Nas relações, parece que alguns momentos se pode preencher e, de certo modo, descansar nessa completude. Todavia, pouco tempo se passa e a falta aparece novamente, pois não há como conquistar esse fechamento que é próprio dos seres Em-si, das coisas.

Um caso que pode nos servir para ilustrar isso é a fala de Daniela sobre a sua filha: “A Drica era a insegurança, a imaturidade, a falta do pai”. Para a mãe, Drica é toda falta, Drica é toda necessidade não atendida e, como que consequência disso, Daniela também se encontra nessa falta. Não tem o reconhecimento a respeito da filha como gostaria, não tem a satisfação de ter uma filha que não lhe dá problema. Tem sempre alguma coisa ou um problema em casa, no relacionamento entre ela e a filha, ou uma reclamação da escola. Por outro lado e ao mesmo tempo, não podemos deixar de interrogar que, se Drica é falta de segurança, o que ela fará para se sentir segura? Se ela é falta de maturidade, o que ela fará para amadurecer? O que fará para não sentir a falta do pai? Para alcançar isso, ela poderá, irrefletidamente, na sua condição de criança, fazer coisas, ter comportamentos considerados inadequados, agressivos, e isso adentra o mundo dos adulto tanto quanto o mundo dos adultos adentra o dela, e todos terão de escolher o que farão com isso.

Os pais também recebem o olhar do outro, sofrem as mediações da escola, recebem um modelo de pai/mãe da sociedade, e este é, muitas vezes, ratificado pela escola. A escola é responsável pela aprendizagem da criança de conteúdos já pré-definidos e organizados para cada faixa etária. Mas, muitas vezes, os educadores entendem que precisam do apoio dos pais e da ajuda deles para lidarem com singularidades de seus alunos, sejam elas relacionadas aprendizagem, sejam relacionadas ao comportamento. Em alguns momentos dos relatos de nossos entrevistados, percebemos que família e escola se integravam bem, em outros, no entanto, percebemos que a escola teve que se imiscuir mais na vida familiar de determinadas crianças para conseguir que elas fossem melhor atendidas em suas necessidades, segundo o seu olhar.

A escola entendia que esses pais precisavam tomar alguma providência com relação ao seu filho, pois, de um modo ou de outro, eles estavam perturbando o bom andamento da turma, além de terem seus prejuízos pessoais. Chamando os pais à responsabilidade em relação aos “problemas” de seus filhos, a escola demanda que eles providenciem, por meio do atendimento psicológico, a alteração de comportamentos da criança, a superação de

dificuldades de aprendizagem e outros problemas, para que, assim, tanto o aluno quanto a escola possam obter o sucesso escolar.

Tem-se uma escola para diferentes crianças, e socialmente entende-se que todas precisam se “encaixar” no padrão da instituição, estar inserida na escola e correspondendo ao que esta espera. Pode ser que não seja tarefa fácil para muitas crianças. Por isso, precisa-se olhar e repensar tanto o comportamento da criança como também o da escola, o sofrimento ou o comportamento desajustado se dá nesta relação.

O limite entre o que é de responsabilidade da escola, o que é de responsabilidade dos pais e o que é de responsabilidade da criança é algo difícil de delimitar. Não há, sobre isso, uma conclusão unânime, um consenso, o que seria mais correto, o que é o certo. O que temos, hoje, é o Estatuto da Criança e do Adolescente que regulamenta que todas as crianças têm o direito à educação e devem frequentar a escola, e o Ministério da Educação, órgão nacional que fiscaliza, orienta e estabelece as diretrizes que serão seguidas na educação.

Para Sartre (1943/2011), falaremos de responsabilidade com outro sentido. Para esse autor, como já foi dito em capítulos anteriores, somos sempre responsabilidade, não há como fugirmos a isso, temos de nos haver com o nosso ser a todo momento. Somos livres para nos escolhermos e, sendo assim, responsáveis por aquilo que fizemos de nós mesmos. Os outros, as outras coisas não podem assumir isso por nós. A escola, os pais, outros alunos, a criança tanto quanto os pais são responsáveis por aquilo que tem sido, pelo modo como tem se colocado nas relações. Então, mesmo que a escola chame estes pais muitas e muitas vezes, não seria essa instituição que faria com que os pais cuidassem de seus filhos ou os tutelassem de outra forma, talvez mais comprometida.

Mesmo que tenhamos já pré-determinada o que se espera de um pai e do modo de ser mãe, não há como garantir que todos serão assim. Tanto é que não é isso que constatamos na realidade. Somente nessa pesquisa, com o exemplo de oito pais, já temos vivências diversas, modo diferentes de lidar com os filhos. Não há um padrão que possa determinar a escolha que o homem faz de si. Para Sartre, somos sempre liberdade, e a ela também não há como fugir.

Independente da idade, adultos ou crianças são livres e responsáveis pela escolha que fazem de si. Não que isso se dê do mesmo modo. Possivelmente, as crianças fazem suas escolhas a partir de uma consciência irreflexiva, sem se posicionar, já os adultos podem partir de uma consciência reflexiva em que se posicionam, pensam o seu modo de ser, questionam-se e refletem sobre si. Esse movimento, de alcançar a reflexão sobre aquilo que se fez, pode ser visto como mais fácil para os adultos do que o é para as crianças (PRETTO, 2013). E Sartre (1943/2011) afirma, ainda, que não há um só gesto, uma só fala nossa que não diga do

meu ser, somos ato, somos o modo que agimos, como nos colocamos na relação com o outro e com as coisas. Tudo que faço diz do meu ser, da escolha que fiz e faço de mim.

Sendo assim, a partir das vivências dos pais que trouxemos nesta unidade de significado, podemos perceber que um aspecto do projeto dos pais com a psicoterapia de seus filhos consiste em que o filho possa ser um bom aluno, que se relacione bem com os colegas, com os professores, que dê conta dos conteúdos, enfim que obtenha o sucesso escolar, algo tão enfatizado e desejado nos dias atuais. Além disso, a preocupação dos pais, o medo que tem do filho sofrer no futuro, de não ser bem aceito ou incluído na sociedade, já é para estes pais uma dor, um sofrimento. Estes também demonstraram que frente ao comportamento agressivo do filho, a sua tristeza, a dificuldade de relacionamento, ou dificuldade de aprendizagem os pais sofriam junto com seus filhos.

Além disso, percebemos que os pais buscam alguém que os ajude ou que resolva uma situação que eles mesmos já não conseguem lidar. Parece, então, hoje em dia, ser pai é não saber como fazer, não saber agir com o filho. Diante dessa impotência, eles buscam alguém especializado no assunto. Fábio disse que “precisamos estudar e aprender para tudo na vida” e que levar o filho ao psicólogo seria algo próximo disso, conhecer mais sobre como agir com o filho.

## **5.2 O lugar da mãe e o lugar do pai**

Do que nos contaram nossos entrevistados, pudemos perceber como eles concebem e vivenciam a família, qual o papel do pai e da mãe, o que entendem por infância e como entendem suas responsabilidades em relação ao que vivenciam como o “problema” do filho.

O primeiro contato realizado via telefone, para explicar e convidar os pais a participarem da pesquisa, deu-se pelo telefone celular da mãe, todas as psicólogas, quando me indicaram os colaboradores, já me passaram o contato da mãe. E, após a realização da entrevista, percebemos que isso se deu, pois, efetivamente, mesmo que a mãe trabalhe fora de casa, a responsabilidade pelos cuidados com o filho é dela. Todas as colaboradoras se colocaram como sendo responsáveis pela criança. Nos dois casos em que participaram da entrevista o casal, o marido demonstrou tentar partilhar dessa função com a esposa, mas, mesmo assim, fica subentendido, na relação entre eles, que a responsabilidade é da mãe e que eles ajudam.

No caso de Daniela, o pai, por não participar da criação da filha, não foi contatado, e ressaltamos que ele também não participa do processo de psicoterapia de Drica. O mesmo se

dá no caso de Hilda: no início, o pai chegou a participar do processo de psicoterapia da filha, entretanto, passado cerca de quatro meses, percebeu uma piora nos comportamentos de Hilda e deixou de participar e arcar com os gastos com a psicóloga. Já Gilda, mesmo separada, parece ter uma relação cordial com o ex-marido, tenta fazê-lo participar da rotina de Guto, entretanto é ela quem cuida do filho no dia-a-dia, o pai está presente mais aos finais de semana.

Prevalece, entre os entrevistados, a noção de que a criança é alguém que precisa de muito cuidado, de atenção contínua dos pais, já que não consegue se cuidar sozinha, mas que esse cuidado é prioritariamente da mãe. A mãe tem de estar sempre presente, entretanto isso é vivenciado com ambiguidade, já que a criança precisa ser cuidada, tutelada, mas também precisa ser ensinada a se cuidar, a lidar com momentos difíceis que podem acontecer, pois, por vezes, é impossível a mãe dar conta de tudo, como bem expressa Amanda em duas passagens:

Porque quando você tem filho, você acha que nada vai acontecer. Ai, eu sou a supermãe. Você acha que a gente vai “tá” sempre por perto para proteger o filho, sempre, e isso não é possível. Por isso que eu acho que é muito importante a gente estar preparando os filhos da gente, para as dificuldades, e eu aprendi a preparar o Antônio para as dificuldades; depois que isso [o abuso sexual] aconteceu, que eu tive mais este olhar, sabe? Deixei de ser super protetora demais. Porque o filho mais velho, a mãe sempre é super protetora demais. Mas nem sempre a gente está perto para proteger. (...) Porque, às vezes, a gente é tão mãezona que queríamos fazer tudo, mas a gente não dá conta, Renata. Não dá conta. A gente precisa preparar os filhos da gente para o mundo, e é isso que eu tento fazer com o Antônio. (Amanda).

E tenta explicar e justificar por que precisou interromper a psicoterapia do filho, mesmo sentindo que ele ainda precisaria desse acompanhamento.

E agora, porque a mãe, ela é assim, ela sempre “tá”, mãe é mãe, ela faz para os três, mas ela acolhe mais aquele que precisa mais naquele momento (Amanda).

Amanda parece falar de uma sabedoria que seria natural de mãe, que precisa atender a necessidade do filho que está mais necessitado no momento. Atualmente, é o seu filho do meio quem mais está precisando, visto que é uma criança que tem sérios problemas de saúde. Sendo assim, entendemos que essa mãe está sobrecarregada com filhos que demandam cuidados intensos. Antônio passou por uma situação muito séria de abuso sexual aos dois anos de idade, e, logo, nasceu seu irmão com outros problemas de saúde. Amanda precisa se organizar e tentar escolher quem atender no momento, já que não tem os recursos objetivos para atender aos dois ao mesmo tempo.

Outra mãe também traz a sobrecarga de cuidados com os filhos e descreve o que pareceu um período muito atarefado e corrido de sua vida familiar. Carol conta que, quando Caio estava com três anos, não foi fácil cuidar dele e dos trigêmeos. Tinha de fazer toda essa parte, o marido trabalhava fora o dia todo. Ela deixou de trabalhar fora de casa e contou com a ajuda da mãe para cuidar dos filhos e da casa.

Não, não era muito fácil, não. Porque eu não pude contar com a ajuda de uma empregada, **era eu e minha mãe**. Então, era aquele serviço de casa, comida, roupa, fralda e, naquela época, nem era fralda descartável ainda. Era muito caro, a gente usava só para dormir (Carol).

Da mesma forma, Eliane relata uma vivência parecida: o marido caminhoneiro ficava fora de casa por meses, ajudava na parte financeira, mas os cuidados da casa, dos filhos sempre foram dela.

Era sempre eu, o mais difícil era lidar com ele [o filho] na escola, nem tanto pelos tratamentos, porque eu já tinha consciência de antes dele nascer, porque eu já conhecia a gestação dele. Eu sabia que ia precisar de algo, mas eu não sabia que ia ser tão complexo (...) Ele [o marido] na estrada, mas sempre me ajudava com tudo o que eu precisava, principalmente, financeiramente, né, porque esses tratamentos, você sabe, tudo particular. É difícil. (Eliane).

Hisla é divorciada, e ela e a avó paterna cuidam de Hilda, o pai não participa. Assim como Daniela, que sempre teve de cuidar e criar de Drica sem a ajuda do pai da criança, já que ele nunca assumiu efetivamente que tem uma filha, conta, também, com a ajuda das avós. E Gilda, que é divorciada, fica responsável pela rotina semanal da criança, e o pai fica, geralmente, com os finais de semana e eventuais encontros durante a semana. Ela relata que a pouca participação do pai na criação do filho não é algo novo, já que, quando casados, era ela quem fazia tudo.

(...) sempre fui eu que fiz tudo, o pai nunca trocou uma fralda, não jogou uma bola, não ensinou a andar de bicicleta, tudo foi eu (...) E como ele [pai] não fica no dia-a-dia, eu “tô” tentando formas para ele entender. Que nem ontem, nós fizemos uma conferência, porque eu uso muito o celular e conversamos nós três, para ver se eu consigo colocar um pouco do dia-a-dia. Porque o pai é fim de semana, é viagem, é férias. E o dia-a-dia é uma coisa muito complicada com o Guto, então eu “tô” achando que eu preciso voltar [voltar para a terapia]. (Gilda).

O que essas mães apresentam nos remete, ainda, ao modo como grande parte das famílias, hoje, estão organizadas, e como, de um modo geral, a vida familiar é organizada na sociedade capitalista pós-moderna. Das oito famílias que participaram da pesquisa, três mães são divorciadas, duas delas têm somente um filho, e somente uma casou-se novamente e tem

mais uma filha. As outras cinco famílias são constituídas por pai, mãe e filho(a) ou filhos(as). Somente duas das mães que participaram da pesquisa não trabalham fora de casa, pararam de trabalhar para cuidar dos filhos, todas as outras possuem empregos formais, cuidam da casa e dos filhos.

São dados de uma pequena amostra da população, mas que trazem informações a pensarmos. As famílias não têm mais, somente, o formato de pai, mãe e filhos legítimos, com o pai em sua principal função de provedor da casa, e as mães de cuidadora do lar e educadora dos filhos. Atualmente, têm-se muitas mães vivendo o dilema de trabalhar fora e deixar os filhos sob o cuidado de outros, algumas, se podem, optam ou entendem como sendo sua responsabilidade ficar em casa cuidando dos filhos.

Segundo dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) (2015), o número de lares chefiados por mulher praticamente dobrou nos últimos vinte anos, atingindo 40,2% das casas. Isso aconteceu com maior intensidade nas cidades, apresentando índices de 43% dos lares chefiados por mulheres em 2015, em comparação aos 25% em 1995. Nas áreas rurais, também houve um crescimento, entretanto proporcionalmente menor: de 15%, em 1995, subiu para 25% em 2015.

Percebemos que perpassa, nas famílias dos participantes da pesquisa, a ideia de que a mãe é quem deve, prioritariamente, cuidar dos filhos. O pai faz falta e precisaria estar presente e também ajudar, mas, mesmo assim, o peso maior fica com a mulher. As falas de que o marido/pai deve ou precisa ajudar já mostram que a própria mulher internalizou a ideia de que o homem tem um papel menor nos cuidados dos filhos e da casa, o papel de ajudante, de auxiliar, e ela, o papel principal. Então, mesmo que sintam a falta da participação do pai da criança nos cuidados dela, as mulheres não reivindicam uma parceria em que ambos possuem as mesmas responsabilidades, ainda reivindicam uma “ajuda”.

As mães das crianças que se encontram separadas dos pais de seus filhos afirmam que eles não desempenham o papel necessário de pai, que, segundo elas, seria o de acompanhar o dia-a-dia das crianças, fazer as correções, chamar a atenção, levar e buscar da escola e dos locais das atividades extras, atender às necessidades afetivas e emocionais dos filhos. Esse maior peso do trabalho prático e mental do cuidado com os filhos, a organização da casa e os serviços domésticos repercutem em sua saúde mental. Uma delas menciona que se sente tão sobrecarregada que precisa voltar para a terapia, e, quando as coisas não andam, elas demonstram sentir-se culpadas por não terem dado conta de todas essas obrigações.

### 5.3 De quem é a culpa?

Observamos, de maneira geral, a preocupação dos participantes da pesquisa em olhar para possíveis contribuições pessoais nos problemas dos filhos e de buscar orientação sobre como deveriam agir para deixarem de influenciar negativamente suas crianças.

A fala de Amanda é bastante permeada pela culpa que ela sentiu por não ter podido cuidar em tempo integral do filho e conseguido evitar o abuso sexual que ele sofreu. Ela precisava sair para trabalhar, deixava o filho com uma pessoa de “confiança”, sua vizinha, que já cuidava de outras crianças, e o abuso aconteceu. Menciona, inclusive, que seu marido também chegou a culpá-la e vice-versa, mas que, com a orientação da psicóloga, isso foi se diluindo.

(...) a gente acha que, porque é pai e é mãe, é tão impecável, e a gente acaba se desapontando quando a gente enxerga: “nossa, eu errei”. “Tô” fazendo tudo errado. Nossa, “tô” estragando meu filho. Não “tô” conseguindo suprir. (...) ele [o marido] veio me culpar, porque se eu não tivesse ido trabalhar, não tivesse deixado ele [o filho] (...) eu culpava ele, porque eu tinha que trabalhar para ajudar a sustentar a casa, porque naquela época ele ganhava muito pouco. E ele me culpava, porque eu tinha saído para trabalhar e deixado o Antônio. Aí, ela [a psicóloga] falou que achava ser a hora de parar de brigar, de se culpar e se unir, porque o Antônio “precisa de vocês”. (Amanda).

O evento traumático, aliado ao sentimento de culpa, acarreta mais sobrecarga física e mental aos cuidados que Amanda dispensa ao filho, e ela se vê numa situação ambígua, em que reconhece a necessidade de dar e ensinar autonomia ao filho, mas, ao mesmo tempo, superprotege-o, cerceando suas experiências, como fica nítido em sua fala:

Renata, eu ainda não consigo soltar o Antônio. Olha, vou te falar a verdade: de um ano para cá que eu deixo ele andar na rua sem segurar na mão dele, porque ele já está naquela fase que fica com vergonha. Assim, ele vai na padaria para mim, eu chego no portão e fico olhando (...) é aqui em frente (risos), não, eu não deixo ele ir longe. Agora, assim, soltar no parquinho e deixar brincar com qualquer criança assim, eu não deixo. (...) engraçado, agora que ele está crescendo, ele está me dando menos trabalho. Eu achei que fosse ser o contrário, que ele fosse me dar mais trabalho, porque eu não deixo ir em muita casa de amigo brincar. Deixo, assim, se eu estiver junto. Quer ir na casa de amiguinho? Eu te levo. Você brinca, eu espero, sabe? (Amanda).

Bruna, mãe de Breno, parece se sentir responsável pelos medos que o filho traz, preocupa-se em deixar um bom legado emocional para ele, mas vê que isso é difícil. Ela entende que os defeitos, os medos dos próprios pais são, também, vividos na relação com os

filhos e pode ser que sejam passados para eles. Ela entende que, nessa relação, não se pode estar com o filho somente com aquilo que os pais julgam ser seus pontos positivos.

Foi até uma coisa que eu falei para a psicóloga nas primeiras vezes que a gente veio, que ela fazia terapia com a gente, eu falei para ela que, assim, às vezes, **você passa inconsciente** o medo que você tem. Hoje, eu já sei administrar os meus medos, não que eu sou completamente curada disso, mas eu já sei administrar, mas, às vezes, eu... pode ser que eu passe para ele, e não sabia que estava passando, por isso que **eu precisava que ela verificasse** o por que estava acontecendo aquilo com ele (Bruna).

Essa mãe necessitava da confirmação de um profissional sobre o que imaginava ser sua responsabilidade nas dificuldades do filho, queria garantias de que ele não sofresse tanto quanto ela sofreu no passado, queria evitar que a criança pudesse ter algo mais sério no futuro. Ela e o marido queriam se assegurar de que estavam proporcionando o que poderia haver de melhor para o filho no tocante de ele se sentir seguro e bem.

(...) eu tinha muito medo de deixar passar essa fase e, depois, mais para frente, termos outros tipos de problema, de ser um adolescente retraído, muitas dificuldades, ter uma depressão lá na frente por conta disso, sei lá. (...) é uma fase, mas se não fosse uma fase, ele poderia perder o medo de fazer cocô e, mais para frente, adquirir outros tipos de transtornos, por isso que eu decidi, que eu achava que o melhor seria isso, porque eu me coloquei no lugar. Eu tive muito problema, eu parei de dar problema para a minha mãe com 15 anos de idade. Com 15 anos, eu dormia no quarto dos meus pais, porque eu tinha muito medo. Será que ele vai crescer como eu? (Bruna).

Já no discurso de Flávia e Fábio, eles tomam para si a responsabilidade pelo que está acontecendo com o filho. E, diferentemente do que se deu com Antônio, um episódio pontual, o abuso sexual, no momento em que ele não estava sob os cuidados dos pais, o que se dava com Francisco era comportamental, ele se manifestava agressivo, brigão, e os pais entendem que é culpa deles o filho estar apresentando tais comportamentos, por não conseguirem lidar com a situação da nova dinâmica familiar que envolvia um novo bebê, por perderem a paciência, tanto que, primeiramente, buscaram o psicólogo para eles e não para a criança, como enfatiza o pai.

Na época, ele tinha três e pouquinho até. Não, não, ele tinha quatro. Foi quando, assim... bem na época que o L. [irmão] nasceu, ele mudou de escola, a gente percebeu que era por isso. Mas a gente não sabia lidar. E, quando começamos a ficar muito irritados quando, quando ele batia no L.. Quando ele começou a bater no L... Se o L. estava engatinhando, ele ia e batia na cabeça do L., aí o L. cai de cara no chão, aí a gente perdia a paciência, saía de si, porque aí é outro filho também envolvido. Aí a gente via e ficava nervosa, dava uma chinelada, punha de castigo, só que nada estava resolvendo. Aí, por isso, a gente resolveu, né amor? (Flávia). Isso, aí, isso repercutiu nele também no nosso... por isso que eu falo, **é tudo problema de pais que**

**não sabem lidar com as crianças.** Aí, você chega e fala assim: filho... você começa a bater nele, você fala uma vez, duas vezes, legal, na terceira, você já agride (Fábio).

Essas falas nos retomam ao que falamos há pouco sobre a noção e responsabilidade em Sartre (1943/2011). Não temos como escapar da responsabilidade do que somos por aquilo que fazemos de nós mesmo, somos sempre liberdade e responsabilidade por toda e qualquer ação nossa. E falam da escolha que fazemos do nosso ser, falam do nosso projeto existencial. Essa questão, por si, já é bastante densa e pesada para lidarmos, o cuidado consigo mesmo não é algo fácil, e acontece a todo momento.

Quando pensamos nesses pais, o que agrava é que, além da responsabilidade por si, tutelam um outro ser, o filho. Há determinações e ideais de como os pais devem ser, e como devem seus filhos. O que é bom e o que é ruim, o que está certo a se fazer e o que não está. Todavia, como também já mencionamos, essas determinações não contemplam a singularidade, tratam como se toda experiência e situações próximas fossem do mesmo modo. O que não acontece. A experiência é sempre a partir de um coletivo universal, mas se dá sempre na singularidade, o que a permite ser sempre única.

Sendo assim, pensando no sujeito que se expressa, que aparece na sua singularidade, não podemos esquecer que a criança é seu modo de se colocar nas relações, é escolha de si no mundo. Não há como retirarmos a liberdade que é das crianças. Temos é que a partir disso compreender o modo como as crianças se escolhem e se colocam nas relações, podem sim, ser apresentadas, construídas e até certa medida conduzida pelos pais.

Esses pais trazem a culpa por aquilo que deveriam ser e não o foram, por aquilo que deveria ter feito e não o fizeram. Como se houvesse sempre uma sombra da acusação, um terceiro que o condena culpado. Muitas vezes, como no caso de Amanda, o marido a via como culpada, se ela estivesse em casa, não teria acontecido o abuso. E ela assume esse lugar, do “deveria” estar ali.

Nesse sentido, também podemos pensar a partir de Sartre (1943/2011), quem vai afirmar que, no hoje, estamos em um posição privilegiada para pensarmos o passado. Podemos olhar para julgar e avaliar aquilo que se deu, o modo como fizemos. Aquilo que se aconteceu, já foi, é Em-si, fechado, acabado e determinado e possível de ser determinado como algo bom ou ruim. Sendo assim, entendemos que a culpa aparece no momento de revisar o que se deu e refletir sobre como gostaria que tivesse acontecido no passado, para estarem, no hoje, em uma situação diferente.

#### 5.4 Sentidos atribuídos à psicoterapia

Nos relatos dos participantes, aparecem alguns sentidos que eles atribuem ao tratamento psicológico de seus filhos. Eles conferem à psicoterapia, principalmente, os sentidos de “ajuda” e “orientação”. Contudo, essa possibilidade de ajuda e orientação não é recebida tão prontamente. Já assinalamos, no início deste capítulo, que é considerada desnecessária, principalmente, pelos pais das crianças. Observamos que um elemento das vivências dos pais/mães que contribui para isso é o preconceito.

Ainda se tem preconceito em relação a dizer e assumir que o filho vai ao psicólogo, no mínimo, há um desconforto em torno disso. Somente Híslia e Gilda disseram que não foi um problema por parte delas, pois ambas já haviam feito psicoterapia e gostado, conheciam o processo e então entendiam que seria bom para seus filhos também. Entretanto, os ex-maridos delas não aceitaram facilmente a ideia de levar os filhos ao psicólogo. Assim como nas demais famílias, a mãe precisou “convencer” o pai a autorizar ou concordar com o atendimento à criança.

Bernardo foi o participante que mais buscou esclarecer como vivenciou o que ele mesmo denominou de preconceito. Ele já havia trabalhado com uma pessoa que fazia psicoterapia semanalmente e não entendia como um homem adulto, trabalhador, “precisava” ir ao psicólogo. Via isso com certa desconfiança: “eu tinha esse preconceito, um cara com 30 anos, toda semana tem que ir no psicólogo, não sei...”. É como se o fato de ir ao psicólogo representasse uma fraqueza, uma incompetência da pessoa, algo pejorativo. Por isso, ao pensar em levar seu filho ao psicólogo, a ideia não lhe aparecia como algo positivo inicialmente, porque era percebida como um tratamento para pessoas que não são normais. Ele pensava: “hum, vai no psicólogo, hum, “tá” com problema, né, aí, não sei o quê, meu filho não está normal”. Bernardo superou essa impressão e concordou em procurar ajuda para eles e o filho.

Na verdade, eu acho que a maior dificuldade foi eu, assim... porque eu sempre tive, assim, meio que **preconceito**, sabe? Psiquiatra, psicólogo, né, então, assim, de levar no psicólogo, é (Bernardo). Achava que **não tinha necessidade** (Bruna). É, achava que não tinha necessidade, mas é porque eu também não sei... eu tenho, até hoje, um pouco, nada assim muito, mas, na verdade, foi eu que, no começo, assim, que não queria mesmo, mas, depois, tranquilo (Bernardo).

A partir dos relatos, podemos pensar que a dificuldade maior apresentada pelos pais de aceitar o processo de psicoterapia, ou de reconhecerem que havia a necessidade de passar o

filho pelo psicólogo, se deve ao fato de que muito mais próxima das crianças estão mesmo as mães. Se os pais não acompanham a rotina do filho, não se implicam neste cuidado, possível não veem o que se dá, a tristeza, a dificuldade de relacionamento, a dificuldade de aprendizagem, os medos. Estes ficariam sob responsabilidade da mãe e ela precisaria da conta disso. Tendo então, menos contato com a criança no dia-a-dia, os pais tenham menos envolvimento e menos tempo para perceber o que está acontecendo com elas.

#### 5.4.1 Uma relação de ajuda

Apesar do preconceito, do receio e das dúvidas iniciais em relação à necessidade e importância da psicoterapia, foi constante a afirmação, especialmente pelas mães, de que o profissional de psicologia ofereceu aos pais uma ajuda. Em dois casos, foi relatado que os resultados esperados não foram totalmente satisfatórios, pois, num deles, não se obteve, da psicóloga, encontros com os pais para orientá-los e discutir a situação da criança, e, noutro, porque, com o tempo transcorrido do processo psicoterapêutico, a mãe gostaria que a filha já tivesse adquirido mais segurança de si e desenvolvido mais habilidades sociais.

A psicoterapia foi sentida como um espaço de acolhimento e de ajuda à criança e aos pais. As mães disseram que o processo as ajudou a não se sentirem tão sós na lida com a criança e com a situação identificada como problema.

Amanda, por exemplo, disse que, sem a psicoterapia, não teriam conseguido lidar com o ocorrido com o filho. Foram as reflexões feitas nos atendimentos que permitiram a ela e à família passar pela situação do abuso com um pouco menos de sofrimento. O episódio transtornou a família a tal ponto que ela e o esposo não sabiam que rumo tomar ou como cuidar do filho, como lidarem um com o outro, e foi, nos encontros com a psicóloga, que encontraram uma luz, um caminho. Nas palavras dela, o processo de psicoterapia foi um “abraço” para toda a família, não somente para Antônio.

Para Amanda, o filho ainda precisaria continuar o tratamento, pois os progressos com a psicoterapia foram muitos, mas, no momento, ela não consegue ajuda-lo, uma vez que a instituição que os atendia mudou de sede e está bem longe da sua casa, e ela não pode se ausentar de casa devido ao problema de saúde de seu filho do meio, que necessita ficar ligado a aparelhos médicos, sob sua supervisão.

É por isso que eu te falo: graças a Deus, eu te falo que foram anjos, foram anjos em nossas vidas, porque, sem esses anjos, não seria possível, não seria possível. Porque **abre muito a cabeça da gente**, você fica tão focado no seu ideal, na sua forma, que você não enxerga que

tem outra coisinha ali (...) Pai e mãe acha que nunca está errado, e foi bom para gente poder aprender, com esse acompanhamento do Antônio, que nós também erramos. E que a gente pode errar, mas que a gente tem esse **abraço para poder seguir em frente** e poder acertar, sabe? (...). (Amanda).

Amanda pontua algo importante que aprendeu com a psicoterapia de seu filho: frente a situações de muita dor e sofrimento, os envolvidos sentem como se não houvesse mais nenhuma outra possibilidade, mas ela, com a ajuda da psicoterapia, foi percebendo que há outras formas de lidar com as adversidades. A culpa, a raiva, o não falar seriam algumas delas, mas que, também, existiam outras formas que mitigavam sua dor e a de sua família.

Um dos pressupostos da filosofia de Sartre é que somos sempre possibilidade de ser, sempre uma totalização-em-curso, um projeto de ser, nunca fechado, fadados a ser uma única coisa para sempre. Por vezes, podemos nos colocar como se fôssemos “Em-si”, fechados, encerrados. No processo de psicoterapia, pode-se perceber que somos sempre liberdade, somos “Para-si”, apesar do sofrimento que nos abala. É isso que Amanda traz sem o saber.

Daniela, que ora acredita ora desacredita no processo de psicoterapia da filha, entende que restam, ainda, muitas questões da menina que precisam ser trabalhadas, pensadas e resolvidas, e que, mesmo em terapia há pouco mais de dois anos, isso não se deu. Entretanto, apesar dos seus próprios questionamentos e do inquérito de terceiros sobre a necessidade ou não da psicoterapia, essa mãe aponta o processo como algo importante para a filha e para ela mesma, como um apoio, não se sentindo tão só nessa trajetória de cuidado com a menina.

Até esses dias, eu ouvi falar: “ah, mas não tá resolvendo a Drica ir no psicólogo”. Sempre tem aquele, mas **é desnecessário**. Mas, aos poucos, você vai vendo que melhoras tem, então é necessário. Porque, **sozinha, a gente não consegue** (...) me ajuda. Porque, aí, às vezes, “psicóloga, está acontecendo isso, está acontecendo aquilo, me ajuda”. Às vezes, uma parte que nem é da psicóloga, mas por ela ter aquela infinidade (*sic*) [intimidade] com a Drica, você consegue conversar, resolver (Daniela).

A psicóloga parece, então, desempenhar um papel de ligação entre os pais e os filhos, de religar um diálogo que, em algum momento, quebrou-se ou se rompeu. E, em alguns casos, até mesmo de tradução, como se os pais estivessem falando e se expressando em uma língua e a criança em outra. O profissional da psicologia os aproxima para que possam compreender o que se passa com a criança.

Até a gente assimilar. Só que, no caso dele, ali, era tão complexo, era tanto problema na escola, que eu nunca tive com os outros três, e todos eles estudaram na mesma escola, que eu já não aguentava mais ser chamada na escola (...) E eu, também, não sabia lidar com a situação dele sozinha, **sozinha eu não ia conseguir**. Em hipótese nenhuma (...) E, agora, ele está trabalhando, com a Graça de Deus e a ajuda da psicóloga. Por isso, eu falo que eu devo

muito a ela, ela me ajudou demais, demais, demais, demais (...) E quem ajudou ele nisso tudo foi a psicóloga, juntamente com o neurologista. E a psicopedagoga, né, a psicopedagoga na época de estudo, escola, a psicopedagoga ajudou muito ele (Eliane).

Eliane deixa claro que precisou muito dos profissionais que atenderam seu filho, que, sem o trabalho de todos eles, não teria conseguido, e o filho não teria alcançado um modo diferente de lidar com a vida, menos preso, menos tímido, com menos medo. Ela atribui todo o desenvolvimento do filho, nesses pontos, à psicopedagoga, à psicóloga e ao neurologista. Isso, porque essa mãe já tinha outros três filhos que não apresentaram os problemas desse último. Não sabia o que fazer frente a tantas situações inusitadas, sabia que precisava ajudar o filho, que ele não estava bem, e ela não sabia como fazer. Essa mãe percorreu, com o filho, um longo processo de psicoterapia de pouco mais de dez anos e afirma que foi um tempo valioso e muito importante para que o filho se tornasse a pessoa que é hoje.

Foi um tratamento bem completo e, graças a Deus, eu consegui proporcionar isso para ele (...) Nossa... muito, muito, muito. Tanto é que o dia que a psicóloga deu alta para ele e o neurologista também, ele abraçou os dois e chorou. Ele agradeceu muito. (Eliane).

Eliane e a Amanda também deixam claro que, diante de situações que lhes trouxeram muito sofrimento, que causaram um impacto negativo sobre todos os membros da família, o processo de psicoterapia ajudou. E Eliane ainda especificou que foi somente quando todos os membros da família – ela, os três filhos e o marido – entenderam que Eliton precisava de ajuda, quando eles todos ficaram envolvidos nisso, que as coisas começaram a melhorar.

Esse foi o mesmo discurso de Amanda. Ela afirma que a psicóloga, com frequência, chamava os pais para conversar e que isso era importante, porque o acontecido com o filho foi uma dor enorme para ela e para o esposo. Então, conversar com a psicóloga era sofrido, pois remetia imediatamente ao episódio, entretanto era acolhedor, era um apoio, desvelava-se, ali, novas possibilidades para a família seguir. Além disso, também pontua que Antônio sentia-se mais seguro e confiante quando via que os pais também passavam pela psicóloga.

As expectativas de Carol em relação à psicoterapia também foram alcançadas. Assim como Eliane, ela teve seu filho em tratamento por cerca de dez anos. Ela avalia que foram encontros muito importantes para o filho e que ele construiu, com a psicóloga, uma relação de muita confiança, que lhe fez muito bem, que foi uma ajuda extremamente necessária.

Para Bruna e Bernardo, o processo foi considerado bem tranquilo. Os dois traziam juntos o filho para a psicóloga e, também juntos, aguardavam o término das sessões. Quando

contatamos Bruna para participar da pesquisa, ela prontamente falou que Bernardo também compareceria para a entrevista.

Bernardo, que relutou um pouco a começar o tratamento do filho em vista de seu preconceito, terminou considerando que o processo foi necessário e que os resultados obtidos foram muito positivos. Ele se refere à psicoterapia como “ajuda”.

(...) não tenho mais aquele preconceito, “ai, não vou precisar”, mas assim, a ver a pessoa... às vezes, a gente tenta, tenta e não consegue, às vezes, a gente precisa de uma ajuda fora do que você esta tentando. É válido, hoje, eu vejo como é válido você buscar essa ajuda (...). (Bernardo).

#### 5.4.2 Orientação e estratégias

Flávia e Fábio entendiam que o problema estava com eles, eles agiam e a criança respondia ao modo como eles estavam lidando com ela. Então, queriam estratégias para impedir que a criança continuasse com aqueles comportamentos indesejados, buscaram, na psicoterapia, estratégias para solucionar essa questão. E, pelo que trouxeram, encontraram tais orientações.

Tá, daí, a gente foi então, aí, ela deu umas dicas, assim, bem pontuais, que já resolveu 50% do problema, né, amor? (Flávia). **A estratégia foi interessante** (Fábio) Daí, assim, ao invés da gente reforçar aquilo que ele fazia que a gente não gostava, reforçar aquilo que a gente esperava que ele fizesse (Flávia). Reforço positivo para as coisas boas (Fábio). (...) Começou a dar mais efeito dessa forma (Flávia) (...) **Qual estratégia a gente usa?** (Fábio) Estratégia tal, não é assim, não é assim. (Flávia).

Fábio expressa, de modo muito claro, que gostaria de algo rápido, pontual e muito direto do que precisariam fazer para evitar que o filho continuasse com os comportamentos agressivos. E isso precisaria acontecer em uma sessão, após a psicóloga ter estado com Francisco uma única vez. Isso não aconteceu em uma sessão, porque a psicóloga orientou que o menino viesse mais vezes, mas não durou mais do que dois meses o processo todo, e, já nesse período, Fábio manifestou toda a expectativa de que a profissional precisava, logo, fornecer as instruções esperadas.

Esse posicionamento dele; o modo como vieram para a entrevista – chegaram com alguns minutos de atraso –; em vários momentos, ele interrompeu a fala da esposa para lembrá-la que eles precisavam ser breves, já que tinham outros compromissos logo em seguida à entrevista; em dois momentos, ele precisou responder mensagem pelo celular e, em

um momento, saiu para atender ao telefone; conferiu a hora várias vezes; tudo isso me fez entender que as coisas, para ele, parecem ser bastante apressadas e corridas.

Flávia, apesar de não verbalizar tão diretamente como o marido, concordava com ele que estavam com pressa e que não tinham tempo, por vezes, ria dessa correria toda e relatou que isso também acontecia na rotina da sua casa. Então, pensamos que a escolha que fizeram por uma psicóloga que se propõe a resolver a situação deles em três sessões traduz muito bem a dinâmica dessa família. Tudo é corrido. Precisa ser rápido. Não estão com tempo para parar, pensar, refletir sobre o que acontece, se o problema é com eles, como concluíram que era, então eles precisam de estratégias e orientação de como trabalhar com a criança.

Tanto é que eles “aplicaram” as técnicas, a maioria funcionou, e, em dois meses, as coisas estavam melhores e interromperam os atendimentos. Em momento algum, no discurso deles, aparece algo que remetesse a um repensar, a tentar compreender o que o filho sentia. Buscavam “aprender”, como Fábio expressou, as estratégias que a psicóloga passava para eles lidarem com o filho. Por algum motivo, antes, estavam fazendo errado e queriam fazer certo de uma maneira imediata. Como disse Flávia acerca do marido: “ele queria a receita de bolo”.

Por outro lado, Gilda e seu ex-marido já não tiveram esse mesmo retorno. Não tiveram, durante o processo psicoterapêutico do filho, o contato com a psicóloga e o retorno dela que imaginavam que teriam. Gilda não expressa a necessidade de obter estratégias tão diretas quanto Fábio pedia, mas gostaria de ter tido momentos de reflexão com a psicóloga do filho, e isso não ocorreu. Os pais tinham a expectativa de que a psicóloga os convidasse para pensarem juntos sobre o filho, para que pudessem compreendê-lo melhor e, quem sabe, mudar alguma coisa para ajuda-lo. Para o casal, era importante que pudessem conversar sobre o filho tanto sobre o que a psicóloga estava compreendendo dele como para que a mãe pudesse atualizar a profissional sobre como Guto estava em casa.

(...) na verdade, eu não sei o que ela fez com ele, o que ela trabalhou com ele. Porque **ela nunca passou nada**. Então, eu chegava para ela e perguntava: “então, fulana, o que que eu faço?”, “o que eu posso melhorar?”, porque ela falava que ele tinha um vínculo muito grande comigo, e que eu tinha que soltar, e só, era a única coisa que ela falava. Então, assim, eu esperava mais nesse sentido, né, o que não teve (...). (Gilda).

Gilda não tinha uma queixa em si, um problema com o filho, a situação era a separação do casal, uma mudança importante na rotina familiar, na sua estrutura e organização. Essa separação parece ter trazido dor e sofrimento para ela, que sentiu que poderia, também, afetar o filho. Buscou, na psicoterapia, um cuidado para Guto, uma atenção especial para ele nesse momento. Embora ela não tenha recebido o retorno esperado da

psicóloga, ela acredita que tenha sido um processo bom para o filho, pois ele relutou em encerrar. Quando, após nove meses de psicoterapia, o pai falou que ele iria parar, o menino chorou, disse que não queria, que gostava de ir e que queria continuar. Os pais respeitaram e prosseguiram por mais 3 meses, quando já não puderam deixar que o filho continuasse a ir em uma psicóloga que não conversava com eles.

Ela relata não ter gostado da postura da psicóloga de não conversar com os pais, ficou incomodada, justamente porque sentia que precisava de ajuda para saber como lidar com o filho e o processo não lhes ofereceu isso. Durante um ano, Gilda se encontrou com a psicóloga apenas duas vezes, para ela e o ex-marido considerado pouco, por isso, eles optaram por encerrar o processo. Afirma que ela teve um pouco mais de paciência, pois percebia que o filho apreciava o contato com a profissional, mas que, pelo seu ex-marido, teriam interrompido o tratamento bem antes de quando, de fato, interromperam.

(...) ele [o filho] não reclamava de ir [à psicóloga], era o dia que ele ficava a tarde inteira no clube por conta da aula de tênis, eu tirava ele do clube, muitas vezes da piscina, para ir, e ele não reclamava, então era porque ele gostava de ir. Ele sofreu, ele chorou no começo, que ele não queria parar [o tratamento], então, assim, eu acho que foi bom, mas faltou esse contato conosco, essa devolutiva, essa orientação para a gente, que não tinha (...) O pai achou um horror, por ele tinha parado seis meses [antes], eu que segurei (...) ele é super crítico, eu acho que eu tenho mais um pouco de paciência, e como eu via o Guto gostando, tal, eu falava: “não, ele gosta, tá bom, vamos esperar um pouco”. Então, eu ainda meio que fui colocando panos quentes. Mas pelo pai dele já tinha parado, com seis meses, já tinha parado, já tinha trocado, já tinha visto outra, né, eles não têm muita paciência, eles são mais racionais, né? (...) eu acho que poderia ter sido pior se ele não estivesse com ela, mas... eu esperava mais enquanto profissional, nesse sentido, de **orientar**, porque ele é uma criança, e como é que não orienta pai e mãe? (Gilda).

Hisla também relatou que gosta de receber devolutivas de como está sua filha, de como ela mesma está agindo enquanto mãe e que aceita algumas críticas, quando são construtivas, e se repensa frente a elas. Afirma que a decisão de colocar a filha para fazer psicoterapia não foi um sofrimento para ela, porque já havia passado por um processo psicoterapêutico de dois anos, e isso tinha sido muito positivo para ela. Além disso, ela tem uma irmã psicóloga, com quem podia conversar claramente sobre seus receios e recebia orientações de como proceder com a filha.

Hisla, diferentemente de Gilda, teve muito contato com a profissional que atendeu sua filha e tinha a liberdade de lhe enviar mensagens, de questioná-la quando estava em dúvida sobre o que fazer. Quando a psicóloga via que a mãe estava ligando muito, perguntando muitas coisas, ela a chamava para conversarem, e Hisla tinha um espaço para conversar e questionar sobre sua filha e sobre como deveria agir com ela. Para essa mãe, a psicoterapia da

filha tem sido uma boa experiência, tem recebido orientações e tem podido refletir sobre si e sobre a lida com a filha.

(...) levei mais susto quando eu vi que eu precisaria [de psicoterapia], porque eu achava que só mais pessoas, assim... deprimido ou alguma coisa assim. Quando eu vi... que eu achava que eu precisava foi mais assim, mas quando a gente vê que não é, que é muito melhor, que todo mundo deveria fazer, que é mais um ser evoluído mesmo, aí não foi difícil. Como eu já sabia, eu já sabia como é que era. Inclusive, eu sempre falo para a minha tia para ela fazer, para o meu primo fazer, porque eu acho que todo mundo deveria fazer, **receber uma orientação**, independente de que área que vai essas coisas que vai. Eu já falei para a minha tia (...) Porque, assim, a Hilda, agora, está com nove, e está começando a sexualidade, você não sabe o que você pode falar, o que não pode falar, se você deve, até que parte não é para falar. Aí, esses dias ela falou: “como é que faz um bebê?” Aí, você, tipo, não sabe o que falar, você não sabe qual parte pode falar, aí, você, tipo, pede **orientação**. Acho que é bom, para mim, pelo menos, foi sempre bom (Hísla).

Entendemos que a proposta da psicoterapia infantil ou, de modo geral, da psicoterapia proposta por Sartre (1943/2011), em sua *Psicanálise Existencial*, não seria de oferecer resultados positivos aos pais ou o comprometimento do profissional da psicologia com a cura da queixa apresentada. A proposta dessa clínica é um acompanhamento, um caminhar junto com o analisando para que, nessa trajetória, ambos pudessem compreender o que acontece. E, a partir da compreensão, desvelar o sentido daquilo que aconteceu, do que foi feito, e, quem sabe, tendo essa compreensão, possam se abrir novas possibilidades de ação, de relação e de lida.

A proposta não é um compromisso em orientar e guiar os pais mediante ações ou programas pré-estabelecidos, já que se se encontram perdidos e sem direção nessa complexa caminhada de mediar a constituição da criança, pelo contrário, o psicólogo suspende as hipóteses e diagnósticos já dados, sejam eles especializados ou não, e olha para esses pais e seus filhos com os olhos de novidade, como seres em relação que tateiam, buscando seus caminhos existenciais, procurando concretizar seus projetos de ser.

Não é trabalho fácil para o profissional da psicologia, como afirmou Britto (2015) e Feijoo (2015), manter-se nesse lugar de suspender as determinações, de estar com o analisando e conseguir acompanhá-lo e não classificá-lo. De não seguir o pedido dos pais, de arrumar os filhos, de resolver estritamente o problema identificado. Tanto que, nessa pesquisa, com exceção de duas mães, todas as outras entrevistadas tiveram alcançado seu desejo maior de resolver a situação-problema do filho. Para algumas, isso foi alcançado no decorrer de anos de psicoterapia, para outra, em menos de três meses, entretanto, isso se deu.

Sendo assim, pudemos compreender que, de modo geral, o projeto dos pais permanece intimamente entrelaçado ao que clama a sociedade pós-moderna: rapidez, imediatividade,

resolução de problemas. Pouco apareceu, no discurso dos entrevistados, a intenção de compreender o que estava acontecendo com o filho, como era para a criança aquilo que estava acontecendo. Os pais se mantiveram voltados para si, com alguns momentos de reflexão sobre a criança e com o projeto de alcançar a resolução, rapidamente, do problema que identificaram na criança.

Não almejamos, aqui, determinar os pais que foram entrevistados nem realizar uma avaliação do modo como se mostraram relacionar com o filho e com o processo de psicoterapia. O que se compreendeu é que a construção social que se tem, hoje, com relação aos pais e às crianças, é bastante direta: os pais precisam estar aptos a se engajarem no trabalho, seja formal ou informalmente, em casa ou fora de casa. E precisam cumprir com o “papel” de pais, de tutelar e encaminhar a criança para seu bom desenvolvimento orgânico, social, profissional e emocional. Entretanto, por vezes, essa tarefa não se mostra simples e, no decorrer do caminho, encontram alguns problemas que precisam ser solucionados para que esse desenvolvimento transcorra *naturalmente*. E, nesse momento, o profissional da psicologia pôde ajuda-los.

Ademais, entendemos que esse projeto não seja algo pensado ou construído a partir de uma consciência reflexiva, mas, sim, partindo de uma consciência irreflexiva dos pais. Que, como também estudamos ser uma característica do tempo que é o nosso, na maioria das vezes, acabam por ser “carregados” pela velocidade com que as coisas precisam funcionar. A família, as crianças, os pais precisam funcionar, e um problema de relacionamento, comportamentos agressivos, dificuldades de aprendizagem, a separação dos pais pode, em algumas situações, ser um freio.

Ademais, é importante pensarmos brevemente sobre o próprio psicólogo e o seu fazer nesta relação. Estamos nós também, profissionais da psicologia, imersos nesse contemporâneo, permeados pelas demandas desse tempo, construídos e constituídos nessa relação. Qual o nosso lugar? E a que se presta o atendimento infantil? Dificilmente sairemos ilesos dessa relação, então pensamos que a sensação de impotência, que assombrou estes pais, também nos persegue e pode mobilizar comportamentos que não correspondam ao que pensa a psicologia fenomenológico-existencial. A sensação de não dar conta, de não alcançar o objetivo, de fracassar, não nos é algo confortável.

E realmente, podemos cometer erros, não cumprir a proposta da Psicanálise Existencial, podemos falhar neste acompanhar, que não envolve somente a criança, mas seus pais, cuidadores, quem a trouxe para psicoterapia. Como no caso de Gilda, os pais ficaram totalmente excluídos deste processo, o que gerou um incomodo muito grande por parte dos

pais, que não compreendiam como poderiam não participar disso. Legitimamos o seu estranhamento, e entendemos que este processo de atendimento infantil, precisaria, quando possível, envolver também estes pais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta dissertação com o objetivo de conhecer o projeto dos pais com o processo de psicoterapia dos filhos. Todavia, este caminho não poderia ser trilhado sem antes entendermos quem são esses pais e essas crianças que chegam às clínicas de psicologia na atualidade. Foi fundamental estudarmos um pouco do entorno desses pais e dessas crianças, onde elas se constituem, seu contexto histórico, social, político e econômico, para que pudéssemos nos situar um pouco mais e acompanhá-las, para, então, compreender os seus projetos.

Isso, porque partirmos de uma visão de homem fundamentada em Jean-Paul Sartre, que o entende como um ser que irá se constituir como sujeito a partir de suas relações com o mundo e com os outros; portanto, não é possível pensar sobre qualquer pessoa sem que a compreendamos a partir de seu contexto social e histórico. Até porque esse autor nos diz que homem e mundo são co-originários, não é homem e mundo, homem é ser-no-mundo, de modo que não poderíamos excluir o homem do mundo para estudá-lo. Sendo assim, não poderíamos pensar o projeto dos pais sem, também, inteirarmo-nos desse mundo no qual nos constituímos.

Percebemos que a sociedade pós-moderna em que vivemos é uma sociedade bastante apressada, que exige velocidade, rapidez, fluidez e não permite muitas pausas. Necessita-se ser rápido no trabalho, nas relações pessoais, no seguir as redes sociais virtuais, na aprendizagem; enfim, exige-se uma atenção veloz que dê conta de captar e processar muitas informações ao mesmo tempo. Estímulos sonoros e visuais estão constantemente sendo transmitidos, via televisão, rádio, computadores, celulares. Informações acerca de muita coisa nos chega por todos os lados, inclusive, de como é preferível que sejamos nos mais variados contextos da vida, de como nos comportarmos, de como obter sucesso nos estudos, no trabalho, no amor etc. Também nos chegam informações sobre o que é preciso fazer quando as coisas não dão certo, quando estamos tristes, quando estamos fracassando nos nossos empreendimentos pessoais e profissionais.

As informações transitam rapidamente, e é importante estar atualizado, acompanhando as notícias, pois, caso contrário, logo se fica para trás. Para trás no trabalho, no crescimento profissional, nas relações pessoais, no desenvolvimento, e não se alcança o sucesso tão esperado. Para que isso possa acontecer, muitas soluções mágicas prometem resolver o problema que não permite que a pessoa obtenha o sucesso ou, até mesmo, são soluções

mágicas que prometem ser, em si, um sucesso. A sensação que prevalece é que quem não acompanhar é realmente deixado para trás.

Na Introdução, pontuamos que, paradoxalmente a tudo isso, encontramos a psicoterapia, como uma proposta muito mais “calma”, se assim podemos dizer, resistindo à celeridade característica do sistema capitalista, esse regulador da vida social, que também prima pela efemeridade. Para o sujeito, parece estar bastante difícil levar uma vida assim, haja vista que o uso de psicotrópicos tem aumentado consideravelmente, a quantidade de livros de auto-ajuda publicados e prescrevendo formas rápidas de lidar com o mal-estar também, indicando que, nesse movimento acelerado, o sujeito tem adoecido.

A proposta da psicoterapia de aguardar, de dar um passo atrás para que aquele que dela se utiliza possa compreender o que, eventualmente, incomoda-lhe, acena para esperar que algo a ele se mostre e que se possa refletir e escolher com tranquilidade. Não seria um movimento de aguardar passivamente, mas, ao acompanhar e descrever o modo como as coisas acontecem, o profissional da psicologia possa apontar, clarificar com seu analisando aquilo que ele mesmo trouxe como problemático, como sofrimento. Isso pode ser dar com os adultos mais pelo diálogo e, com as crianças, a partir do lúdico e do diálogo também. Entretanto, geralmente, esse não é um processo que se dê na aceleração, mas em um espaço em que o analisando possa se expressar, e o psicólogo possa caminhar com ele nesse refletir, nesse repensar, numa escuta compreensiva. Isso não combina, exatamente, com as exigências do nosso tempo.

A proposta da psicoterapia é, também, de não assumir, de pronto, os rótulos e estereótipos, como, por exemplo, a ideia de que a criança tem um problema de aprendizagem, que já vem com uma série de explicações e orientações de como deve ser tratada e como os pais devem proceder, definindo-as num rótulo. Ou que, então, não se aceite de imediato que a criança é agressiva, é um problema para a escola e para os pais, sem que se veja as relações e mediações em que a criança está e recebe. Embasados no referencial fenomenológico e no Existencialismo de Sartre, concebemos que a criança nadifica o que está instituído e visa outra coisa, vai além dessas determinações e classificações que se podem fazer dela. Não que não pudessem realmente ter os comportamentos agressivos ou a dificuldade de aprendizagem, as situações objetivas de violência a que são submetidas, como no caso do abuso sexual do filho que uma das participantes traz para nossa pesquisa, mas esses dados, por si só, não nos mostram a singularidade da criança. Podemos dizer ser nossa função desconstruir esses rótulos, que enquadram as crianças, e as classificam, para isso seria preciso também o contato com os pais.

Estes estereótipos tanto não determina a criança quanto não determina os seus pais. Pareceu-nos que alguns pais chegaram apressados ao psicólogo para pegar uma receita do que precisavam fazer para resolver logo o problema que haviam identificado no filho, para remover aquilo que incomodava. Afinal de contas, precisavam voltar ao trabalho, conduzir o desenvolvimento dos outros filhos, e aquele que estava apresentando dificuldades esbarrava nesses projetos.

A minha experiência prática com clínica infantil, que foi o principal mobilizador para pesquisar sobre os pais no processo de psicoterapia dos filhos, já apontava alguns indícios de que os pais e as crianças que eu atendia viviam bastante agitados e apressados a resolver os problemas que haviam identificado. Talvez, mais atarantados estavam os pais do que as crianças, e, por vezes, senti-me impotente e incompetente para solucionar o problema que os pais demonstravam esperar que eu, enquanto especialista, solucionasse.

Não gostaríamos de, aqui, afirmar que somente os pais da pós-modernidade gostariam de solucionar, rapidamente, algo que identificaram como um problema. Possivelmente, não. Entretanto, atualmente, têm-se recursos que, em outros momentos históricos, não puderam contar, como uma variada gama de especialistas, cada vez mais setorizados, o que pode passar a impressão de que tudo é passível de resolução.

Isso nos remete ao próprio fazer do psicólogo, cuja profissão é produto da sociedade capitalista, nascida com o propósito de adequar as pessoas o melhor possível ao seu meio, o que, apesar das críticas a esse respeito, ainda é compartilhada por aqueles que procuram os seus serviços, pelo menos, pareceu-nos ser essa a visão dos pais entrevistados. Pareceu-nos que, de maneira geral, a experiência desses sujeitos com a psicoterapia de seus filhos, o projeto que tiveram em relação a ela, foi por um lado voltado à adequação, à resolução de problemas, de modo que pudessem responder ao que se esperava deles, e por outro lado, voltado à aliviar o sofrimento tanto dos pais como das crianças.

Com a pesquisa, compreendemos que o sentimento de impotência aparecia aos pais. Levaram seus filhos ao psicólogo, porque, de alguma forma, eles mesmos não conseguiam solucionar o problema que identificavam a necessidade de ser superado, então precisavam de uma ajuda, como disseram.

Nossa primeira unidade de significado foi intitulada “Vislumbrando a necessidade de psicoterapia”, denotando que não foi uma tarefa fácil, para os pais, reconhecerem que seus filhos precisariam ir ao psicólogo, principalmente, para os genitores masculinos. Em metade das situações estudadas, as mães reconheciam que algo não estava bem com o filho, mas foi, após o encaminhamento da escola, que buscaram o atendimento psicoterapêutico.

Já nesse primeiro momento da análise, pudemos compreender como é difícil se perceber impotente frente a uma situação que almejam resolver e que entendiam que poderia se agravar futuramente se não fosse trabalhada. Muitas mães tinham medo de que o problema que viviam, hoje, com o filho, no futuro, pudesse piorar. Já a maioria dos pais pensava, em um primeiro momento, que não havia necessidade de psicoterapia, que isso seria somente uma fase, e que tudo se resolveria.

Denotando algo que não seria especial à sociedade pós-moderna, pelo contrário, parece que a visão do homem como viril, forte e independente, presente mais notadamente em sociedade mais antigas, permanece ainda. É mais difícil para os homens reconhecerem que precisam de ajuda com os filhos do que foi para as mães.

A partir desse ponto, começamos a visualizar nossa segunda unidade de significado, “O lugar da mãe e o lugar do pai”. Percebeu-se que a mãe se coloca de um modo, geralmente, em um lugar de responsabilidade pelos cuidados da casa e das crianças, e o marido estaria na posição de dar o suporte financeiro. Em todos os entrevistados, pode-se perceber que a mulher, casada ou não com o pai da criança, é quem deveria tomar a responsabilidade pela criança e realizar as atividades que fossem necessárias para o bom desenvolvimento dela.

O que nos chama mais a atenção – já que, em nossa sociedade, grande parcela da população feminina não fica somente em casa, mas, como os homens, está inserida no mercado de trabalho. Contudo, ainda lhe é designado os cuidados com os filhos. O que não pudemos perceber ser algo que as mulheres acolheram a partir de uma consciência reflexiva, mas sentimos estar mais próximo a um movimento concebido como natural e sem muitos questionamentos, elas assumiam esse lugar.

Esse lugar das mulheres não é novidade. O que nos parece contraditório é que, ainda no século XXI, a visão que se tem e que é concretamente vivida por muitas mulheres é de ser responsável tanto quanto o homem por trabalhar fora de casa, entretanto, nos serviços domésticos e na tutela dos filhos, cabe ao homem o lugar de, simplesmente, ajudante da mulher.

Ademais, esse lugar da mulher e mãe não é assumido sem nenhum ônus. Percebemos, em nossa terceira unidade de significado, “De quem é a culpa?” que a culpa pela situação em que o filho se encontra também está presente. Sentimos que as mulheres se responsabilizam e se culpam pelo que acontece/aconteceu de não positivo com os filhos, defrontavam-se com aquele “*mas e se eu tivesse feito diferente? Será que a culpa é minha?*”. Buscam o profissional da psicologia para, também, explicar-lhes isso: se o que estão fazendo está bom ou não, se é correto ou não.

A busca por encontrar de onde veio tal comportamento – se são as influências da mãe, se são influências do pai, se é algo que ambos estão fazendo que pode estar causando tal sintoma – é bastante presente também. Como se, com isso, também fosse possível expiar um pouco da culpa pela situação do filho. Duas mães afirmaram que a falta de amor do pai era algo que elas não podiam suprir para suas crianças e se sentiam sem possibilidades de ação para melhorar tal situação, e que a criança, talvez, não obtivesse a melhora desejada, porque isso não mudaria, o pai continuaria ausente. Outra mãe, com a ratificação de outros psicólogos, concluiu que os problemas do filho eram originários de uma gravidez muito conturbada.

Na última unidade de significado, “Sentidos atribuídos à psicoterapia”, apresentamos o sentido da psicoterapia para os pais participantes da pesquisa, conforme nos mostraram – uma relação de ajuda, da qual esperam orientação para a lida com os filhos. Tal ajuda e tais orientações podem ou não atender aquilo que os pais almejam de mais imediato, isso dependerá muito da percepção de cada um, do trabalho desenvolvido, da relação estabelecida entre os atores do processo, mas isso não foi o objeto de nossa pesquisa. Contudo, a partir das experiências trazidas pelos participantes, entendemos ser difícil o profissional da psicologia conseguir atingir as expectativas dos pais com relação à sua ação no processo de psicoterapia dos filhos. Mesmo que o profissional consiga dar encaminhamento ao processo de um modo que os resultados sejam considerados satisfatórios, não podemos nos esquecer que, ainda assim, a responsabilidade do ser não poderá, nunca, ser assumida por esse profissional. A criança, mesmo que irrefletidamente, é responsável por aquilo que faz de si, inclusive com aquilo que é produzido no processo psicoterapêutico, e os pais do mesmo modo também o são.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, C.C. & Holanda, A.F. (2010) Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 27(2), 259-268.
- Angerami, V.A.C. (Org.). (2011) *O atendimento infantil na ótica fenomenológico-existencial*. (2ª ed.). São Paulo: Cengage Learning.
- Ariès, P. (1973/2015) *História Social da criança e da família*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Azevedo, D.C. (2002) Análise situacional ou psicodiagnóstico infantil: uma abordagem humanista-existencial. In: Angerami, V.A.C. (Org.). *Psicoterapia fenomenológica-existencial* (pp. 93-121). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. (2010) Alagoas: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Britto, O.H.G. (2017) A clínica psicológica infantil pela abordagem fenomenológico-existencial: uma aposta não-moralizante. In: Feijoo, A.M.L.C. & Feijoo E.L. *Situações Clínica Infantil 2*. (pp.17-51). Rio de Janeiro: IFEN.
- Bello, A.A. (2006) *Introdução à fenomenologia*. Bauru: EDUSC.
- Castro, L. R. (2001) Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: Castro, L. R. *Crianças e Jovens na construção da cultura*. (pp.19-47). Rio de Janeiro: FAPERJ
- Costa, J.F. (2004) Perspectiva da juventude na sociedade de mercado. In: Novaes, R. & Nabnuchi, P. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- Dartigues, A. (2003) *O que é a fenomenologia*. São Paulo: Centauro.
- Digiácomo, I.A. (2013) Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado (6ª ed.). Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, Centro de Apoio Operacional dos Promotorias da Criança e do Adolescente.
- Diogo, M.F. & Maheirie, K. (2007) Uma breve análise da constituição do sujeito pela ótica das teorias de Sartre e Vygotski. *Aletheia*, (25). (pp. 139-151). Recuperado em 13 de março de 2017, a partir de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942007000100011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000100011&lng=pt&tlng=pt).
- Feijoo, A.M.L.C. & Mattar, C.M. (2014) A fenomenologia como método de investigação nas filosofias da existência e na Psicologia. *Psicologia: Teoria e Prática*, 30(4), 441-447.
- Feijoo, A.M.L.C. (2017) Uma ou quatro crianças em um consultório de psicologia: José e, também, Menino Maluquinho, João sem medo e Bentinho? In: Feijoo, A.M.L.C. & Feijoo E.L. *Situações Clínica Infantil 2*. (pp.17-51). Rio de Janeiro: IFEN.

- Freitas (2015) A criança sob o olhar fenomenológico: O despertar do Mundo-da-Vida. In: Feijoo, A.M.L.C. & Feijoo E.L. (Orgs.). (pp.35-52). *Ser criança: uma compreensão existencial da experiência infantil*. Rio de Janeiro: Edições IFEN.
- Foucault (1997/2011) *O Nascimento da Clínica*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Kehl, M.R. (2015) *O espetáculo como meio de subjetivação*, 01(26), ano 16. Concinnitas. Recuperado em 1 de outubro de 2017, a partir de: [http://www.e-publicacoes\\_teste.uerj.br/index.php/concinnitas/article/viewFile/20102/14422](http://www.e-publicacoes_teste.uerj.br/index.php/concinnitas/article/viewFile/20102/14422).
- Lasch, C. *A Sociedade Narcisista: a vida americana numa era da esperança em declínio*.
- Maheirie, K. & França, K.B. (2007). Vygotski e Sartre: aproximando concepções metodológicas na construção do saber psicológico. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 23-29. Recuperado em 20 de agosto de 2017, a partir de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000100004>.
- Maheirie, K., & Pretto, Z. (2007). O movimento progressivo-regressivo na dialética universal e singular. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, 19(2), 455-462. Recuperado em 3 de julho de 2017, a partir de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232007000200014>.
- Maichin, V. (2011) Os diversos caminhos em psicoterapia infantil. In: Angerami V.A.C (Org.). (pp.1-50). *O atendimento infantil na ótica fenomenológico-existencial*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Mattar, C.M. (2015) A criança e a família: aspectos históricos e dilemas contemporâneos. In: Feijoo, A.M.L.C. & Feijoo E.L. (Orgs.). (pp.13-34). *Ser criança: uma compreensão existencial da experiência infantil*. Rio de Janeiro: Edições IFEN.
- Moutinho (1995) L. S.D.. *Sartre Existencialismo e Liberdade*. São Paulo: Moderna.
- Muller, V.R. (2002) Aspectos da construção do conceito de infância. In: Muller, V.R. & Morelli, A.J. *Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver*. Maringá: Eduem.
- Nascimento, A.B., Campos, C.M. & Alt, F. (2012) Psicologia fenomenológica, Psicanálise existencial e possibilidades clínicas a partir de Sartre. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(3), 706-723. Recuperado em 6 de agosto de 2017, a partir de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180842812012000300002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812012000300002&lng=pt&tlng=pt).
- Postman, N. (1982/2012) *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.
- Pretto, Zuleica. (2013). A infância como acontecimento singular na complexidade dialética da história. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 623-630. Recuperado em 6 de Agosto de 2017, a partir de: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000300016>
- Prizskulnik, L. (1995) A criança e a Psicanálise: o “lugar” dos pais no atendimento infantil. *Psicologia USP*, 6, 95-102. Recuperado em 5 de Julho de 2017, a partir de: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/viewFile/34523/37261>.

- Sartre, J.P. (1939/1990) *O Muro*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Sartre, J.P. (1939/2005) *Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl*. 2(01). (pp. 102-107). Caruaru: Veredas FAVIP.
- Sartre, J. P. (1939/2010) *Um esboço para a teoria das emoções*. (P. Neves, Trad.). Porto Alegre: L&PM.
- Sartre, J.P. (1946/2010) *O existencialismo é um humanismo*. (2ª ed.). Petrópolis: Vozes de Bolso.
- Sartre, J.P. (1943/2011) *O Ser e o Nada: ensaio de uma ontologia fenomenológica*. (19ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Sass, S.D. (2014) A noção de compreensão na filosofia de Sartre. *Sapere Aude*, 5(10), 223-240, 2º sem.
- Schneider, D.R. (2002) *Novas perspectivas para a Psicologia Clínica: um estudo a partir da obra de "Saint-Genet: comédien et martyr", de Jean-Paul Sartre*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, São Paulo.
- Struchiner, C.D. (2007). Fenomenologia: de volta ao mundo-da-vida. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(2), 241-246. Recuperado em 7 de agosto de 2017, a partir de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672007000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000200009&lng=pt&tlng=pt).
- Vaccaro, M.M. (2014) *Constituição do sujeito e historicidade: um estudo a partir do existencialismo sartreano*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá.

## APÊNDICE 1

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada O projeto dos pais com o processo de psicoterapia de seus filhos: um estudo fenomenológico-existencial, que faz parte do curso de mestrado em Psicologia e é orientada pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucia Cecilia da Silva da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O objetivo da pesquisa é compreender as intenções dos pais em relação a psicoterapia de seus filhos. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: concedendo uma entrevista, e dialogando sobre como é para você ter seu filho em psicoterapia. Informamos que você poderá sentir-se mobilizado(a) pelos assuntos relacionados a seu filho, sentir-se incomodado(a) ao falar sobre questões da intimidade familiar com uma pessoa desconhecida. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade e privacidade. A entrevista será gravada por meio de um dispositivo celular e os registros gravados serão deletados após o término da pesquisa. Espera-se produzir benefícios com os resultados da pesquisa, como oferecer subsídios para a ampliar o conhecimento sobre a psicoterapia infantil e a atuação do psicólogo nessa prática. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,.....(nome por extenso do  
sujeito de pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar  
VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo  
Prof.....(nome do pesquisador responsável)

\_\_\_\_\_ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Renata Rodrigues Penha de Souza, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data:.....

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Renata Rodrigues Penha de Souza

Endereço: Rua Arthur Thomas, 999 apto:121

(44) 99921-9570 – email: [re-penha@hotmail.com](mailto:re-penha@hotmail.com)

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)